



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX – Nº 24

SEXTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 1994

BRASÍLIA – DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1994

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) sobre suas obrigações, privilégios e imunidades, firmado em Brasília, em 27 de março de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) sobre suas obrigações, privilégios e imunidades, firmado em Brasília, em 27 de março de 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ————— Cr\$70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE
CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS
NUCLEARES (ABACC) SOBRE SUAS OBRIGAÇÕES,
PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES**

O Governo da República Federativa do Brasil (doravante designado "Governo")

e

A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC);

Tendo presente o determinado nos artigos XV, § 1º, e XVII, § 1º, do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear, assinado em Guadalajara, em 18 de julho de 1991 (doravante designado "Acordo");

Considerando o Protocolo Adicional sobre Privilégios e Imunidades ao Acordo, firmado em Brasília, em 20 de agosto de 1991 (doravante designado "Protocolo");

Acordam o seguinte:

ARTIGO I**Personalidade e Capacidade Jurídica da ABACC**

O Governo reconhece à ABACC e seus órgãos – a Secretaria e a Comissão – personalidade jurídica própria e capacidade para exercer direitos e contrair obrigações com vistas à execução de todos os atos jurídicos inerentes ao cumprimento de suas funções, em conformidade com a legislação brasileira.

ARTIGO II**Privilégios e Imunidades em Geral**

O Governo reconhece que a ABACC gozará, no território brasileiro, dos privilégios e das imunidades que forem necessários para o exercício de suas funções e a realização de seus propósitos, de conformidade com o disposto no Acordo.

ARTIGO III**Imunidade de Jurisdição**

O local da ABACC, seus bens e seus arquivos gozarão da imunidade de jurisdição no Brasil e não poderão ser objeto de busca, requisição ou medida de execução, salvo nos casos particulares em que a ABACC renuncie expressamente a essa imunidade.

ARTIGO IV**Inviolabilidade**

O local, os arquivos e a correspondência da ABACC serão invioláveis e não poderão ser objeto de busca, requisição ou medida de execução.

ARTIGO V**Condições Monetárias e Cambiais**

Para seu funcionamento, a ABACC poderá ter fundos e transferi-los dentro ou fora do Brasil, de acordo com a legislação brasileira.

ARTIGO VI**Tributos**

A ABACC gozará de isenção fiscal no que se refere a todos os tributos federais incidentes sobre:

1. introdução, no território nacional, de bens para seu uso ou consumo;
2. exportação, no território nacional, de bens para seu uso ou consumo;
3. aquisição de bens e veículos necessários às suas atividades, em conformidade com a legislação brasileira;
4. obtenção de contribuições, fundos, doações e empréstimos para fins consagrados no Acordo.

ARTIGO VII**Comunicações**

A ABACC gozará, no Brasil, para suas comunicações oficiais:

1. de facilidades não menos favoráveis do que as concedidas pelo Governo a qualquer organismo internacional, em matéria de prioridades, tarifas e taxas referentes a cabogramas, telegramas, radiogramas, serviços de telex, telefax, telefone, telefotos e outras formas de comunicação;
2. do direito de empregar códigos ou chaves e de despachar e receber sua correspondência por meio de malas-postais lacradas, gozando para esse fim dos mesmos privilégios e imunidades que os concedidos a correios ou malas diplomáticas.

ARTIGO VIII**Funcionários em Geral**

Os funcionários da Secretaria da ABACC, tal como definidos no inciso ii do Artigo I do Protocolo, gozarão, no território brasileiro, dos privilégios e imunidades previstos no seu Artigo III. Entretanto, os funcionários que forem nacionais do Brasil, ou que tenham nele residência permanente, gozarão somente da isenção prevista no inciso vi do Artigo III do mesmo Protocolo.

ARTIGO IX**Funcionários Estrangeiros**

1. Os funcionários estrangeiros da ABACC receberão documentos de identidade oficial expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores de acordo com as normas vigentes.

2. Os funcionários da ABACC e seus dependentes, que não forem nacionais do Brasil nem tenham nele residência permanente, gozarão também dos seguintes privilégios e imunidades:

a) facilidades e cortesias comuns, compatíveis com a legislação sobre nacionalidade e migração vigente no Brasil, e entradas e saídas no território nacional sem outro requisito além, quando exigido, de documento de viagem válido, com o respectivo visto concedido pelas autoridades brasileiras;

b) viagens no território nacional sem outro documento além do de identidade oficial expedido pelo Ministério das Relações Exteriores;

c) isenção de tributos;

i) sobre importação ou introdução no País de bagagem pessoal, mercadorias e artigos de uso ou consumo familiar, inclusive um automóvel, nos primeiros seis meses de suas instalação, à exceção do funcionário de maior hierarquia, que gozará dessa isenção durante o período do exercício de suas funções;

ii) decorrentes da exportação de bagagem pessoal, de propriedade de um funcionário, ao concluir sua missão ou serviço;

d) os veículos com franquias diplomáticas deverão limitar-se a um automóvel para uso pessoal de cada funcionário e sua venda ou transferência obedecerá à legislação aplicável no Brasil para esses casos.

ARTIGO X

Credenciamento

O Secretário comunicará ao Ministério das Relações Exteriores a relação do pessoal da ABACC que exercerá funções no Brasil e que terá direito a privilégios de conformidade com o Protocolo e com o presente Acordo.

ARTIGO XI

Funcionários Contratados e Especialistas Internacionais

O Secretário comunicará ao Ministério das Relações Exteriores a relação dos funcionários contratados por tarefa e de outros especialistas designados pela ABACC para cumprir missão oficial no País, para conhecimento e qualquer cortesia e prerrogativa que lhes forem aplicáveis, de acordo com a legislação em vigor.

ARTIGO XII

Disposições mais Favoráveis

A ABACC poderá beneficiar-se das disposições mais favoráveis existentes, ou das que forem emitidas ou acordadas no futuro pelo Brasil em matéria de imunidades e privilégios, em

benefício de organismos internacionais instalados no Brasil em condições similares às do pessoal desses organismos.

ARTIGO XIII

Cooperação

A ABACC:

1. zelará para garantir, por parte de seus funcionários, respeito pela legislação brasileira, evitando que se verifiquem abusos dos privilégios e das imunidades concedidos por meio do Protocolo e deste Acordo;

2. tomará as medidas que forem necessárias para a solução adequada de litígios provenientes de contratos ou outras questões de direito privado em que ela ou seus funcionários sejam partes.

ARTIGO XIV

Salvaguarda

Nenhum artigo do presente Acordo será interpretado como impedimento à adoção de medidas apropriadas de salvaguarda dos interesses do Brasil.

ARTIGO XV

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia sobre a aplicação ou a interpretação das disposições do presente Acordo será submetida a um processo de solução acordado entre o Governo e a ABACC, de conformidade com os costumes internacionais.

ARTIGO XVI

Vigência

O presente Acordo entrará em vigor quando o Governo notificar à Secretaria da ABACC sua aprovação pelo Congresso Nacional. O presente Acordo permanecerá vigente enquanto o for o Acordo para o *Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear*. Um período de dois meses será facultado às Partes, após a expiração do presente Acordo, para fins de desmobilização de pessoal e do escritório.

Feito em Brasília, aos 27 dias do mês de março de 1992, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil, – **Francisco Rezek** – pela Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) – **Jorge Coll**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1994

Aprova o texto do acordo sobre funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas obrigações, privilégios e imunidades, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, em Brasília, em 23 de fevereiro de 1988.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do acordo sobre o funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas obrigações, privilégios e imunidades, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, em Brasília, em 23 de fevereiro de 1988.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A
SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO
DOS ESTADOS AMERICANOS SOBRE O
FUNCIONAMENTO DO ESCRITÓRIO
DA SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO
DOS ESTADOS AMERICANOS, SUAS OBRIGAÇÕES,
PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos,

Considerando:

Que, em 13 de março de 1950, o Governo da República Federativa do Brasil depositou o instrumento de ratificação da Carta da Organização dos Estados Americanos, assinada em Bogotá, em 30 de abril de 1948, e que, igualmente, em 11 de dezembro de 1968, depositou o instrumento de ratificação do "Protocolo de Buenos Aires", assinado nessa cidade em 27 de fevereiro de 1967;

Que o Conselho da Organização dos Estados Americanos, em sua resolução de 3 de junho de 1953, autorizou o Secretário-Geral a estabelecer escritórios da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos nos diversos Estados-Membros;

Que, em virtude dessa autorização, o Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos no Brasil foi estabelecido pela Secretaria-Geral em 1º de julho de 1954;

Que o Governo da República Federativa do Brasil tem proporcionado sua colaboração ao Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e, em diversas ocasiões, propôs ampliá-la de maneira a facilitar a ação do Escritório na consecução de objetivos de interesse comum;

Que o art. 139 da Carta da Organização dos Estados Americanos estabelece que esta "gozará no território de cada um de seus Membros da capacidade jurídica, dos privilégios e das imunidades que forem necessários para o exercício das suas funções e a realização dos seus propósitos";

Que, em 22 de outubro de 1965, o Governo da República Federativa do Brasil depositou o instrumento de ratificação ao Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Americanos, aberto à assinatura em 15 de maio de 1949;

Que, conseqüentemente, é necessário formalizar um Acordo com o propósito de definir as modalidades de cooperação entre as Partes e determinar as condições, facilidades, prerrogativas e imunidades que o Governo da República Federativa do Brasil concederá à Secretaria-Geral da OEA, com relação ao funcionamento do citado Escritório;

Acordam o seguinte:

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1

**Personalidade e Capacidade Jurídica
de Organismo Internacional**

De acordo com a Carta da Organização dos Estados Americanos (Organização), o Governo da República Federativa do Brasil (Governo) reconhece à Organização, à Secretaria-Geral da Organização (Secretaria-Geral) e ao Escritório da Organização (Escritório):

1.1. personalidade jurídica própria e capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações com vistas à execução de todos os atos jurídicos inerentes ao cumprimento de suas funções, em conformidade com a legislação brasileira.

1.2. a independência e liberdade de ação a que têm direito os organismos internacionais, de acordo com o costume interna-

cional e do local, sem prejuízo do disposto nos demais artigos deste Acordo.

**II. RECONHECIMENTO, FUNÇÕES,
REPRESENTAÇÃO E OBJETIVOS DO ESCRITÓRIO**

ARTIGO 2

Reconhecimento e Funções

De acordo com a Carta da Organização, o Governo reconhece o Escritório que a Secretaria-Geral estabeleceu na cidade de Brasília, o qual, como parte da Secretaria-Geral, exercerá no País as funções que lhe forem atribuídas pelo Secretário-Geral da Organização (Secretário-Geral).

ARTIGO 3

Representação

O Escritório será dirigido por um Diretor, que será o seu representante legal, por delegação do Secretário-Geral.

ARTIGO 4

Objetivos

Os objetivos principais do Escritório serão os seguintes:

4.1. representar a Secretaria-Geral junto às autoridades competentes e em todos os atos relacionados com as funções do Escritório e da Secretaria-Geral no Brasil;

4.2. servir como centro para promover, supervisionar e coordenar todas as atividades e operações da Secretaria-Geral no Brasil;

4.3. promover o intercâmbio de informação e experiências e propiciar coordenação com outros organismos internacionais, bem como com os demais órgãos, organismos e entidades do Sistema Interamericano;

4.4. divulgar os programas e atividades da Organização e supervisionar as atividades de informação pública da Secretaria-Geral no Brasil;

4.5. informar a opinião pública nacional sobre os princípios, finalidades e objetivos da Organização;

4.6. propiciar o conhecimento da arte e da cultura dos povos da América, mediante a promoção, no Brasil, e o intercâmbio com os países da América, de exposições, conferências e outras manifestações de interesse mútuo;

4.7. representar a Secretaria-Geral ou atuar como seu observador em seminários e conferências a que for convidada, e que sejam levadas a cabo no País;

4.8. dar atenção prioritária às atividades referentes à prestação de serviços diretos e de cooperação técnica da Organização no Brasil, em prol do desenvolvimento econômico, social, educacional, científico, tecnológico e cultural do País.

III. FINANCIAMENTO DO ESCRITÓRIO

ARTIGO 5

Orçamento da Organização

A Secretaria-Geral destinará, para a manutenção do Escritório no Brasil, a dotação que for aprovada com esse fim no Orçamento-Programa da Organização, assim como outros recursos que vierem a ser alocados para este fim.

IV. PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

A. de Caráter Institucional

ARTIGO 6

Privilégios e Imunidades em Geral

O Governo reconhece que o Escritório, a Secretaria-Geral e a Organização gozarão no território do País:

6.1. dos privilégios e das imunidades que forem necessários para o exercício das suas funções e a realização de seus propósitos, como organismo internacional, de acordo com o disposto no art. 139 da Carta da Organização.

6.2. dos privilégios e imunidades consignados no Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Organização dos Estados Ame-

ricanos, aberto à assinatura em 15 de maio de 1949, e ao qual o Brasil aderiu, ao depositar o instrumento correspondente em 22 de outubro de 1965.

6.3. os privilégios e imunidades a que se referem os parágrafos anteriores, poderão ser também aplicados aos projetos de cooperação para o desenvolvimento que forem levados a cabo no Brasil, de âmbito nacional ou multinacional, mediante Acordos ou Ajustes específicos.

ARTIGO 7

Imunidade de Jurisdição

O local do Escritório, seus bens e arquivos gozarão de imunidade no País e não poderão ser objeto de busca, requisição, embargo ou medida de execução, salvo nos casos particulares em que o Diretor do Escritório renuncie expressamente a essa imunidade.

ARTIGO 8

Inviolabilidade

O local, bens, arquivos, correspondência do Escritório serão invioláveis e não poderão ser objeto de busca, requisição ou medida de execução.

ARTIGO 9

Condições Monetárias e Cambiais

Para o seu Funcionamento o Escritório poderá ter fundos e transferi-los dentro ou fora do País, de acordo com a legislação brasileira.

ARTIGO 10

Tributos

O Escritório terá os seguintes privilégios tributários:

10.1. Isenção fiscal no que se refere a todos os impostos federais decorrentes do seguinte:

a) *introdução no território nacional* de bens, para seu uso ou consumo, ou, desde que previsto em Acordo ou Ajuste específico, para uso ou consumo dos projetos de cooperação que executem, total ou parcialmente no País, ou de cuja execução participem;

b) *exportação do território nacional* de bens, para seu uso ou consumo, ou para uso ou consumo dos projetos de cooperação que executem ou de que participem, desde que previstos em Acordo ou Ajuste específico, em conformidade com a legislação brasileira;

c) *aquisição de bens e veículos necessários às atividades do Escritório*, em conformidade com a legislação brasileira;

d) *obtenção de contribuições, fundos, doações e empréstimos para os fins consagrados na Carta.*

ARTIGO 11

Comunicações

O Escritório gozará, no Brasil, para suas comunicações oficiais:

a) de facilidades não menos favoráveis do que as concedidas pelo Governo a qualquer organismo internacional, em matéria de prioridades, tarifas e taxas referentes a cabogramas, telegramas, radiogramas, serviços de telex, telefone e telefotos e outras comunicações;

b) do direito de empregar códigos ou chaves e de despachar e receber sua correspondência por meio de malas-postais lacradas, gozando para esse fim dos mesmos privilégios e imunidades que os concedidos a correios ou malas diplomáticas.

ARTIGO 12

Laissez-Passer

O Governo reconhece o *laissez-passer* expedido pela Secretaria-Geral como documento válido para as viagens nacionais e internacionais, em missão oficial, das autoridades, funcionários, contratados independentes e especialistas internacionais da Organização, da Secretaria-Geral e dos demais órgãos da Organização, dentro ou fora do País. Os dependentes do portador do *laissez-*

passer que não estiverem nele incluídos obterão vistos oficiais que lhes permitam acompanhá-lo para entrar no País e permanecer nele.

B. de Caráter Pessoal

ARTIGO 13

Geral

Os funcionários do Escritório e da Secretaria-Geral:

1. terão o *status* de funcionários internacionais a serviço de um organismo internacional, de acordo com o art. 124 da Carta e serão selecionados, contratados e nomeados pelo Secretário-Geral, de conformidade com o disposto no art. 119 da Carta;

2. na qualidade de funcionários de um organismo internacional:

a) gozarão de imunidade penal e administrativa em relação aos atos e ações que pratiquem em caráter oficial, sem prejuízo da autoridade do Secretário-Geral de renunciar a esta imunidade nos casos em que o julgar necessário;

b) serão isentos de qualquer espécie de tributos com relação aos seus salários, benefícios e demais emolumentos recebidos do Escritório e da Secretaria-Geral;

c) ser-lhes-ão fornecidos documentos de identidade oficial expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores de acordo com as normas vigentes.

ARTIGO 14

Funcionários Estrangeiros

Os funcionários do Escritório, da Secretaria-Geral e da Organização e seus dependentes, que não forem nacionais do País nem tenham nele residência permanente, gozarão também dos seguintes privilégios e imunidades:

1. facilidades e cortesias comuns compatíveis com a legislação sobre nacionalidade e migração vigente no País; e entradas, saídas e viagens no território nacional sem outro requisito ou documento que não o *laissez-passer* emitido pela Secretaria-Geral, com o respectivo visto concedido pelas autoridades brasileiras;

2. isenção dos tributos:

a) decorrentes da importação ou introdução no País de bagagem pessoal, mercadorias e artigos de uso ou consumo familiar, nos primeiros seis meses de sua instalação, à exceção do Diretor do Escritório, que gozará dessa isenção durante o período do exercício das suas funções;

a.i) os veículos com franquia diplomática deverão limitar-se a um automóvel para uso pessoal de cada funcionário e sua venda ou transferência obedecerá a legislação aplicável no Brasil para esses casos;

b) decorrentes da exportação de bagagem pessoal, de propriedade de um funcionário, ao concluir sua missão ou serviço.

ARTIGO 15

Bolsistas da Organização

Os bolsistas designados pela Organização para receber treinamento ou fazer pesquisas no País ou no exterior terão os seguintes benefícios:

1. isenção, no tocante ao subsídio para despesas de manutenção que receberem da Organização, de impostos, taxas ou contribuições;

2. visto compatível com sua condição de bolsista para seus cônjuges e dependentes, pelo período de duração da bolsa de estudo no País.

ARTIGO 16

Credenciamento

O Diretor do Escritório comunicará ao Ministério das Relações Exteriores a relação do pessoal do Escritório e da Secretaria-Geral que exerça funções no País, e que terá direito a privilégios de conformidade com este Acordo.

ARTIGO 17

Funcionários Contratados e Especialistas Internacionais

O Diretor do Escritório comunicará ao Ministério das Relações Exteriores a relação dos funcionários contratados por tarefa e de outros especialistas internacionais, designados ao País em missão oficial da Secretaria-Geral, para seu conhecimento, e para fins de qualquer cortesia e prerrogativa que lhes forem aplicáveis, de acordo com a legislação em vigor.

C. de Caráter Geral

ARTIGO 18

Natureza dos Privilégios e Imunidades

De conformidade com o art. 14 do Acordo sobre Privilégios e Imunidades a que se refere o art. 6º, os privilégios e imunidades concedidos nesta seção ao pessoal do Escritório e da Secretaria-Geral são reconhecidos exclusivamente no interesse deste e da Organização. Por conseguinte, o Secretário-Geral e o Diretor, por delegação deste, deverá renunciar aos privilégios e imunidades de qualquer funcionário nos casos em que, na opinião do Secretário-Geral, o exercício desses privilégios e imunidades possa impedir o curso da justiça e quando esta renúncia possa ser feita sem prejudicar os interesses do Escritório e da Secretaria-Geral.

ARTIGO 19

Disposições mais Favoráveis

O Escritório, a Secretaria-Geral e a Organização poderão recorrer às disposições mais favoráveis existentes, ou às que forem emitidas ou acordadas, no futuro, pelo Brasil em matéria de imunidades e privilégios, em benefício de outros organismos internacionais ou missões de cooperação técnica e do pessoal desses organismos ou missões.

V. DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 20

Cooperação

O Escritório, a Secretaria-Geral e a Organização:

1. Zelarão para garantir por parte dos seus funcionários respeito pela legislação brasileira evitando que se verifiquem abusos dos privilégios e imunidades concedidos por meio deste Acordo.

2. Tomarão as medidas que forem necessárias para a solução adequada de litígios provenientes de contratos ou outras questões de direito privado em que, seja parte o Escritório ou seus funcionários.

ARTIGO 21

Salvaguarda

Nenhum artigo do presente Acordo será interpretado como impedimento à adoção de medidas apropriadas de salvaguarda dos interesses do Brasil.

ARTIGO 22

Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia sobre a aplicação ou interpretação das disposições deste Acordo será submetida a um processo de solução acordado pelo Governo brasileiro e pela Secretaria-Geral de acordo com os costumes internacionais.

ARTIGO 23

Emendas

Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre o Governo brasileiro e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

ARTIGO 24

Vigência

Este Acordo entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Congresso brasileiro. Entretanto, qualquer das Partes poderá notificar a outra do seu desejo de denunciá-lo com um ano de antecedência.

Feito em Brasília, aos 23 dias do mês de fevereiro de 1988, em dois exemplares originais, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Roberto de Abreu Sodré** – Pela Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos: **João Clemente Baena Soares**.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 1994

Autoriza a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 91% da dívida mobiliária do Estado, vencível no primeiro semestre de 1994.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizado o Estado do Paraná, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 91% de sua dívida mobiliária, vencível no primeiro semestre de 1994.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, atualizados nos termos do § 6º do art. 15 da Resolução nº 11, de 1994, deduzida a parcela de 9%;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) rendimentos: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) prazo: de até um mil quatrocentos e sessenta e um dias;

- e) valor nominal: CR\$1,00 (um cruzeiro real);
f) características dos títulos a serem substituídos:

Título	Vencimento	Quantidade
611825	15-3-94	1.700.000.000

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Colocação	Vencimento	Título	Data-base
15-3-94	15-3-98	611461	15-3-94

h) forma de colocação: por intermédio de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização legislativa: Lei nº 8.212, de 30 de dezembro de 1985, Lei nº 8.914, de 13 de dezembro de 1988, Lei nº 9.058, de 3 de agosto de 1989 e Decreto nº 5.700, de 13 de setembro de 1989.

Art. 3º A autorização a que se refere o art. 1º deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, a contar da data em que seja publicada a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO, EM 3 DE MARÇO DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

– Nº 107, de 1994 (nº 157/94, na origem), de 1º do corrente, restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

– Nºs 108 e 109, de 1994 (nºs 160 e 161/94, na origem), de 1º do corrente, de agradecimento de comunicações.

– Nº 110, de 1993 (nº 164/94, na origem), de 2º do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 3 a 5 de março do corrente ano.

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Previdência Social

– Nº 97/94, de 24 de fevereiro último, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 1.443, de 1993.

1.2.3 – Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

– Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

– Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91, na Casa de origem), que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1994 (nº 217/92, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Tratado Geral de Cooperação e Amizade e do Acordo Econômico Integrante do Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1994 (nº 299/93, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pro-

toloco de São Salvador) e do Protocolo Referente à Abolição da Pena de Morte.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1994 (nº 330/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste sobre Cooperação e Intercâmbio de Tecnologia de Saúde, complementar ao Acordo Sanitário, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1994 (nº 341/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Turística celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile.

1.2.4 – Comunicação da Presidência

– Abertura de prazo para recebimento de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nº 13 a 16, de 1994, lidos anteriormente.

1.2.5 – Leitura de Projetos

– Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1994, de autoria do Senador Albano Franco, que dispõe sobre medidas de estímulo para o reequipamento de instituições dedicadas ao ensino técnico e tecnológico, bem como ao aprimoramento de recursos humanos.

– Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1994, de autoria do Senador Albano Franco, que cria o Programa Nacional de Adoção de Obras Sociais – PROADOTE, e dá outras providências.

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG – Considerações acerca do parecer da Comissão de Assuntos Sociais, de sua autoria, ao Projeto de Lei do Senado nº 80/93, do Senador Jarbas Passarinho, tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 97 e 106, de 1993, dispondo sobre a adição de micronutrientes em alimentos. A problemática da adição de

vitamina A no açúcar. O despreço do Governo com as áreas de saúde e educação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reflexão sobre a estabilização econômica e a sucessão presidencial, nas entrelinhas das declarações do Ministro Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR JOSÉ EDUARDO – Acordo da Câmara Setorial da Indústria Automotiva, de redução das alíquotas de ICMS na comercialização de veículos, favorecendo o preço final. Apelo para o fechamento do Confaz.

SENADOR NELSON WEDEKIN – Transcurso dos 24 anos da EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica, em clima de desestatização iminente.

SENADOR JOÃO FRANÇA – Apelo ao Ministro da Saúde, Dr. Henrique Santillo, para que interceda junto ao Conselho Nacional de Saúde, no sentido de conceder parecer favorável ao processo de criação e implantação do Curso de Medicina na Universidade Federal de Roraima – UFRR.

1.2.7 – Offícios

– Nº 137/94, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PTB/PSC, referente a substituição de membros na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 434, de 28 de fevereiro de 1994.

– Nº 97/94, da Liderança do PSDB, referente à substituição de membros representantes do partido na Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 423, de 4 de fevereiro de 1994.

– Nº 136/94, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PTB/PSC, referente à substituição de membros na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 433, de 28 de fevereiro de 1994.

– Nº 232/94, da Liderança do PSDB, referente à substituição de membros na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 434/94.

1.2.8 – Apreciação de Matérias

– Requerimentos nºs 101 e 102, de 1994, lidos em sessão anterior, dos Senadores Esperidião Amin e Alfredo Campos, solicitando licença para se ausentarem dos trabalhos da Casa nos períodos que mencionam. **Aprovados.**

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1993 (nº 270/93, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções nºs 267 (E-V), 268 (XII) da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares da América Latina e no Caribe (OPANAL), que alteram, respectivamente, a denominação legal do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e o § 2º de seu artigo 25, bem como o texto emendado do referido Tratado. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1993, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 97 e 106, de 1993). **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1993, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fortificação dos alimentos básicos e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 106, de 1993). **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1993, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 97, de 1993). **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, que dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

– Ofício nº S/130, de 1993, através do qual o Governo do Estado do Tocantins solicita autorização para que possa contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor equivalente a oitenta e sete milhões de dólares norte-americanos, para os fins que especifica. **Extinção da urgência**, nos termos do Requerimento nº 110/94.

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1991 (nº 265/87, na Casa de origem), que dispõe sobre a comprovação de habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações técnico-contábeis apresentados ao Tribunal de Contas da União. **Aprovado**, após parecer de plenário favorável, ficando prejudicado o Requerimento nº 1.254/93. À sanção.

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1994 (nº 826/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Onumoz, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria. **Aprovado com emenda**, após parecer de Plenário favorável. À Comissão Diretora para a redação final.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5/94. **Aprovada.** À promulgação.

1.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 8ª SESSÃO, EM 3 DE MARÇO DE

1994

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Discurso do Expediente

SENADOR CID SABOIA DE CARVALHO – Veemente protesto a respeito de notícia veiculada em órgãos da imprensa, de que S. Ex^a estaria obstaculizando os trabalhos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no processo que apura a citação do Senador Ronaldo Aragão na CPI do Orçamento.

2.2.2 – Offícios

– Nº 109/94, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros em Comissão Mista.

– Nº 101/94, da Liderança do PT, na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em Comissão Mista.

2.2.3 – Leitura de projeto

– Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1994, de autoria do Senador César Dias, que acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".

2.2.4 – Requerimento

– Nº 111, de 1994, de urgência para o Ofício S/38, de 1994 (nº 868/94, na origem), do Banco Central do Brasil, solicitando autorização para que o Governo do Estado de Goiás possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1994.

2.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências. **Aprovado** com emenda. À Comissão Diretora para redação final.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/94. **Discussão adiada** para o dia 9-3-94, nos termos do Requerimento nº 112/94, tendo usado da palavra os Srs. Ronan Tito e Cid Saboia de Carvalho.

Ofício nº S/37, de 1994 (nº 867/94, na origem), através do qual o Banco Central do Brasil encaminha a solicitação do Governo do Estado do Paraná a fim de que este possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1994. **Aprovado**, após parecer de plenário favorável, nos termos do Projeto de Resolução nº 34/94. À Comissão Diretora para redação final.

Redação final do Projeto de Resolução nº 34/94. **Aprovada**. À promulgação.

Parecer nº 464, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor RUY COUTINHO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Aprovado**.

Parecer nº 464-A, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome da Senhora NEIDE TERESINHA MALARD, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Aprovado**.

Parecer nº 464-B, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favo-

ravelmente à aprovação do nome do Senhor CARLOS EDUARDO VIEIRA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Aprovado**.

Parecer nº 464-C, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor MARCELO MONTEIRO SOARES, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Aprovado**.

Parecer nº 464-D, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor JOSÉ MATIAS PEREIRA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Aprovado**.

Parecer nº 53, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 54, de 1994 (nº 70/94, na origem), de 28 de janeiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor ALKIMAR RIBEIRO MOURA, para exercer o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil. **Aprovado**.

Parecer nº 60, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 1, de 1994 (nº 1.079/93, na origem), de 28 de dezembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Athos Gusmão Carneiro. **Aprovado**.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 537, de 1993 (nº 1.051/93, na origem), de 23 de dezembro último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Apreciado em sessão secreta**.

2.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

– Requerimento nº 111/94, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**.

2.3.2 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES – Aspectos do sistema federativo brasileiro.

2.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – ATO DO PRESIDENTE

– Nº 86, DE 1994

4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

– Nº 20, DE 1994

5 – MESA DIRETORA

6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 7ª Sessão, em 8 de março de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Carlos Patrocínio.:

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Alexandre Costa – Almir Gabriel – Carlos Patrocínio – Chagas Rodrigues – Dario Pereira – Francisco Rollemberg – Irapuan Costa Júnior – João Calmon – José Eduardo – José Richa – Levy Dias – Mauro Benevides – Odacir Soares – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 107, de 1994, (nº 157/94, na origem), de 1º do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1993 (nº 1.733/91, naquela Casa), que fixa a jornada de trabalho dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, sancionado e transformado na Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994.

De agradecimento de comunicações:

Nºs 108 e 109, de 1994 (nºs 160 e 161/94, na origem), de 1º do corrente, referente às matérias constantes das Mensagens SM nºs 41 e 43, de 1994.

De Comunicação:

Nº 110, de 1993 (nº 164/94, na origem), de 2º do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 3 a 5 de março do corrente ano, para encontrar-se na Cidade de La Guaira, Venezuela, com o Presidente daquele País.

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nº 97/94, de 24 de fevereiro último, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 1.443, de 1993, de autoria do Senador Josaphat Marinho.

As informações serão encaminhadas, em cópias, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIOS DO SR. 1º SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 1994 (Nº 2.248/91, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I

Dos Serviços Notariais e de Registros

CAPÍTULO I

Natureza e Fins

Art. 1º Serviços notariais e de registro são os de organização técnica e administrativa destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos.

Art. 2º Os serviços notariais e de registro são exercidos, em caráter privado, por delegação do Poder Judiciário do Estado-membro e do Distrito Federal.

Art. 3º Notário ou tabelião, e o oficial de registro ou registrador, são profissionais do Direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.

Art. 4º Os serviços notariais e de registro serão prestados, de modo eficiente e adequado, em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.

§ 1º O serviço do registro civil das pessoas naturais será prestado, também, nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão.

§ 2º O atendimento ao público será, no mínimo, de seis horas diárias.

CAPÍTULO II

Dos Notários e Registradores

SEÇÃO I

Dos Titulares

Art. 5º Os titulares de serviços notariais e de registro são os:

I – tabeliães de notas;

II – tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos;

III – tabeliães de protesto de títulos;

IV – oficiais de registro de imóveis;

V – oficiais de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas;

VI – oficiais de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas;

VII – oficiais de registro de distribuição.

SEÇÃO II

Das Atribuições e Competências dos Notários

Art. 6º Aos notários compete:

I – formalizar juridicamente a vontade das partes;

II – intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal ou autenticidade, autorizando a redação ou redigindo os instrumentos adequados, conservando os originais e expedindo cópias fidedignas de seu conteúdo;

III – autenticar fatos.

Art. 7º Aos tabeliães de notas compete com exclusividade:

I – lavrar escrituras e procurações, públicas;

II – lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados;

III – lavrar atas notariais;

IV – reconhecer firmas.

V – autenticar cópias

Parágrafo único. É facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, sem ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.

Art. 8º É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

Art. 9º O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

Art. 10. Aos tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos compete:

I – lavrar os atos, contratos e instrumentos relativos a transações de embarcações a que as partes devam ou queiram dar forma legal de escritura pública;

II – registrar os documentos da mesma natureza;

III – reconhecer firmas em documentos destinados a fins de direito marítimo;

IV – expedir traslados e certidões.

Art. 11. Aos tabeliães de protesto de título compete privativamente:

I – protocolar de imediato os documentos de dívida, para prova do descumprimento da obrigação;

II – intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto;

III – receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação;

IV – lavrar o protesto, registrando o ato em livro próprio, em microfilme ou sob outra forma de documentação;

V – acatar o pedido de desistência do protesto formulado pelo apresentante;

VI – averbar;

a) o cancelamento do protesto;

b) as alterações necessárias para atualização dos registros efetuados;

VII – expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.

Parágrafo único. Havendo mais de um tabelião de protestos na mesma localidade, será obrigatória a prévia distribuição dos títulos.

SEÇÃO III

Das Atribuições e Competências dos Oficiais de Registros

Art. 12. Aos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os oficiais de registro de imóveis e civis das pessoas naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas.

Art. 13. Aos oficiais de registro de distribuição compete privativamente:

I – quando previamente exigida, proceder à distribuição equitativa pelos serviços da mesma natureza, registrando os atos praticados; em caso contrário, registrar as comunicações recebidas dos órgãos e serviços competentes;

II – efetuar as averbações e os cancelamentos de sua competência;

III – expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis.

TÍTULO II

Das Normas Comuns

CAPÍTULO I

Do Ingresso na Atividade Notarial e de Registro

Art. 14. A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos:

I – habilitação em concurso público de provas e títulos;

II – nacionalidade brasileira;

III – capacidade civil;

IV – quitação com as obrigações eleitorais e militares;

V – diploma de bacharel em direito;

VI – verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

Art. 15. Os concursos serão realizados pelo Poder Judiciário, com a participação, em todas as suas fases, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, de um notário e de um registrador.

§ 1º O concurso será aberto com a publicação de edital, dele constando os critérios de desempate.

§ 2º Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro.

§ 3º Excepcionalmente, nos Municípios cujas sedes tenham população de até trinta mil habitantes, na data de publicação do primeiro edital, admitir-se-á a participação em concurso público de provas e títulos de candidatos que comprovem possuir escolaridade mínima de segundo grau ou habilitação equivalente.

Art. 16. As vagas serão preenchidas alternadamente, duas terças partes por concurso público de provas e títulos e uma terça parte por concurso de remoção, de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia notarial ou de registro fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses.

Parágrafo único. Para estabelecer o critério do preenchimento, tomar-se-á por base a data de vacância da titularidade ou, quando vagas na mesma data, aquela da criação do serviço.

Art. 17. Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de dois anos.

Art. 18. A legislação estadual disporá sobre as normas e os critérios para o concurso de remoção.

Art. 19. Os candidatos serão declarados habilitados na rigorosa ordem de classificação no concurso.

CAPÍTULO II

Dos Prepostos

Art. 20. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.

§ 1º Em cada serviço notarial ou de registro haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

§ 2º Os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos.

§ 3º Os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.

§ 4º Os substitutos poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios exceto, nos tabelionatos de notas, lavrar testamentos.

§ 5º Dentre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

Art. 21. O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

CAPÍTULO III

Da Responsabilidade Civil e Criminal

Art. 22. Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.

Art. 23. A responsabilidade civil independe da criminal.

Art. 24. A responsabilidade criminal será individualizada, aplicando-se, no que couber, a legislação relativa aos crimes contra a administração pública.

Parágrafo único. A individualização prevista no **caput** não exime os notários e os oficiais de registro de sua responsabilidade civil.

CAPÍTULO IV

Das Incompatibilidades e dos Impedimentos

Art. 25. O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.

§ 1º *Poderão notários e oficiais de registro exercer mandatos eletivos, cargos de Ministro de Estado, Secretários Estaduais e Municipais ou de magistério, bem como cargo executivo em autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações federais, estaduais e municipais.*

§ 2º A diplomação, na hipótese de mandato eletivo, e a posse, nos demais casos, implicará no afastamento da atividade.

Art. 26. Não são acumuláveis os serviços enumerados no art. 5º

Parágrafo único. *Poderão, contudo, ser acumulados nos Municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços.*

Art. 27. No serviço de que é titular, o notário e o registrador não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.

CAPÍTULO V

Dos Direitos e Deveres

Art. 28. Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei.

Art. 29. São direitos do notário e do registrador:

I – exercer opção, nos casos de desmembramento ou desdobramento de sua serventia;

II – organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar.

Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:

I – manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros;

II – atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza;

III – atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo;

IV – manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade;

V – proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada;

VI – guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;

VII – afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor;

VIII – observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício;

IX – dar recibo dos emolumentos percebidos;

X – observar os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício;

XI – fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;

XII – facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas;

XIII – encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecida a sistemática processual fixada pela legislação respectiva;

XIV – observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente.

CAPÍTULO VI

Das Infrações Disciplinares e das Penalidades

Art. 31. São infrações disciplinares que sujeitam os notários e os oficiais de registro às penalidades previstas nesta lei:

I – a inobservância das prescrições legais ou normativas;

II – a conduta atentatória às instituições notariais e de registro;

III – a cobrança indevida ou excessiva de emolumentos, ainda que sob a alegação de urgência;

IV – a violação do sigilo profissional;

V – o descumprimento de quaisquer dos deveres descritos no art. 30.

Art. 32. Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas:

I – repreensão;

II – multa;

III – suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta;

IV – perda da delegação.

Art. 33. As penas serão aplicadas:

I – a de repreensão, no caso de falta leve;

II – a de multa, em caso de reincidência ou de infração que não configure falta mais grave;

III – a de suspensão, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.

Art. 34. As penas serão impostas pelo juízo competente, independentemente da ordem de gradação, conforme a gravidade do fato.

Art. 35. A perda da delegação dependerá:

I – de sentença judicial transitada em julgado ou;

II – de decisão decorrente de processo administrativo instaurado pelo juízo competente, assegurado amplo direito de defesa.

§ 1º Quando o caso configurar a perda da delegação, o juízo competente suspenderá o notário ou oficial de registro, até a decisão final, e designará interventor, observando-se o disposto no art. 36.

§ 2º Na hipótese do inciso II do **caput**, estando a decisão **sub judice**, não será aberto concurso até que haja sentença com trânsito em julgado.

Art. 36. Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, *for necessário o afastamento do titular do serviço*, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de noventa dias, *prorrogável por mais trinta*.

§ 1º Na hipótese do **caput**, o juízo competente designará interventor para responder pela serventia, quando o substituto também for acusado das faltas ou quando a medida se revelar conveniente para os serviços.

§ 2º Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.

§ 3º Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; condenado, caberá esse montante ao interventor.

CAPÍTULO VII

Da Fiscalização pelo Poder Judiciário

Art. 37. A fiscalização judiciária dos atos notariais e de registro, mencionados nos arts. 6º a 13, será exercida pelo juízo competente, assim definido na órbita estadual e do Distrito Federal, sempre que necessário, ou mediante representação de qualquer interessado, quando da inobservância de obrigação legal por parte de notário ou de oficial de registro, ou de seus prepostos.

Parágrafo único. Quando, em autos ou papéis de que conhecer, o Juiz verificar a existência de crime de ação pública, remeterá ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

Art. 38. O juízo competente zelará para que os serviços notariais e de registro sejam prestados com rapidez, qualidade satisfatória e de modo eficiente, podendo sugerir à autoridade competente a elaboração de planos de adequada e melhor prestação desses serviços, observados, também, critérios populacionais e sócio-econômicos, publicados regularmente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CAPÍTULO VIII

Da Extinção da Delegação

Art. 39. Extinguir-se-á a delegação a notário ou a oficial de registro por:

- I – morte;
- II – aposentadoria facultativa;
- III – invalidez;
- IV – renúncia;
- V – perda, nos termos do art. 35.

§ 1º Dar-se-á aposentadoria facultativa ou por invalidez nos termos da legislação previdenciária federal.

§ 2º Extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, a autoridade competente declarará vago o respectivo serviço, designará o substituto mais antigo para responder pelo expediente e abrirá concurso.

CAPÍTULO IX

Da Seguridade Social

Art. 40. Os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são vinculados à Previdência Social, de âmbito federal, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.

Parágrafo único. Ficam assegurados, aos notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares os direitos e vantagens previdenciários adquiridos até a data da publicação desta lei.

TÍTULO III

Das Disposições Gerais

Art. 41. Incumbe aos notários e aos oficiais de registro praticar, independentemente de autorização, todos os atos previstos em lei necessários à organização e execução dos serviços, podendo, ainda, adotar sistemas de computação, microfilmagem, disco ótico e outros meios de reprodução.

Art. 42. Os papéis referentes aos serviços dos notários e dos oficiais de registro serão arquivados mediante utilização de processos que facilitem as buscas.

Art. 43. Cada serviço notarial ou de registro funcionará em um só local, vedada a instalação de sucursal.

Art. 44. Verificada a absoluta impossibilidade de se prover, através de concurso público, a titularidade de serviço notarial ou de registro, por desinteresse ou inexistência de candidatos, o juízo competente proporá à autoridade competente a extinção do serviço e a anexação de suas atribuições ao serviço da mesma natureza mais próximo ou àquele localizado na sede do respectivo Município ou de Município contíguo.

§ 1º Os serviços de registro civil das pessoas naturais não poderão ser extintos nos Municípios, incumbindo ao Poder Público subvencioná-los, se deficitários.

§ 2º Em cada sede municipal haverá no mínimo um registrador civil das pessoas naturais.

§ 3º Nos municípios de significativa extensão territorial, a juízo do respectivo Estado, cada sede distrital disporá no mínimo de um registrador civil das pessoas naturais.

Art. 45. São gratuitos para os reconhecidamente pobres os assentos do registro civil de nascimento e o de óbito, bem como as respectivas certidões.

Art. 46. Os livros, fichas, documentos, papéis, microfilmes e sistemas de computação deverão permanecer sempre sob a guarda e responsabilidade do titular de serviço notarial ou de registro, que zelará por sua ordem, segurança e conservação.

Parágrafo único. Se houver necessidade de serem periciados, o exame deverá ocorrer na própria sede do serviço, em dia e hora adrede designados, com ciência do titular e autorização do juízo competente.

TÍTULO IV

Das Disposições Transitórias

Art. 47. O notário e o oficial de registro, legalmente nomeados até 5 de outubro de 1988, detêm a delegação constitucional de que trata o art. 2º

Art. 48. Os notários e os oficiais de registro poderão contratar, segundo a legislação trabalhista, seus atuais escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial desde que estes aceitem a transformação de seu regime jurídico, em opção expressa, no prazo improrrogável de trinta dias, contados da publicação desta lei.

§ 1º Ocorrendo opção, o tempo de serviço prestado será integralmente considerado, para todos os efeitos de direito.

§ 2º Não ocorrendo opção, os escreventes e auxiliares de investidura estatutária ou em regime especial continuarão regidos pelas normas aplicáveis aos funcionários públicos ou pelas editadas pelo Tribunal de Justiça respectivo, vedadas novas admissões por qualquer desses regimes, a partir da publicação desta lei.

Art. 49. Quando da primeira vacância da titularidade de serviço notarial ou de registro, será procedida a desaccumulação, nos termos do art. 26.

É que o exercício do serviço público, no caráter privado, acarreta o aproveitamento de particularidades inerentes aos dois setores, o público e o privado, assim, os notórios, como também os efeitos, são diferentes, as vantagens independentes. Não estando subordinadas hierarquicamente ao sistema de controle da autoridade do órgão público, fazem adotar o caráter lucrativo, mesmo limitado, em relação ao elemento patrimonial. Por outro lado, os seus atos têm conotação administrativa, passíveis de recursos e sanções administrativas.

Deuses híbridos, mas a consideração de que são os titulares desses serviços "agentes essenciais", sujeitos a direitos, deveres, atribuições e responsabilidades específicas, cujas atividades extensivas aos seus precatos e auxílios. Tal entendimento foi admitido pela própria Carta Constitucional quando criou, que "as funções das atividades, disciplina e responsabilidades civil e criminal dos notários, oficiais de registro e seus precatos" (artigo 22, do artigo 22, sendo oportuno ressaltar que a responsabilidade administrativa, apesar de não estar citada, está implícita na administração prevista no inciso II do artigo 22, do artigo 22).

A **LEGISLAÇÃO FEDERAL** é a de que a delegação para o exercício de serviços notariais, ou de registro, e **LEGISLAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** sujeita a requisitos, formalidades locais e fiscalização pública, podendo ser mudados ou extintos.

A principal das vinculações é a aprovação em concurso público de provas e títulos, conforme expressa o dispositivo constitucional (artigo 226, parágrafo 3º), mas há outras de ordem local, como a filiação cívica, por exemplo.

Quanto à complexidade, a natureza da delegação envolve uma inalienável individualização (considerando a inibição de se pautar a execução de seus efeitos), não podendo ser onerosa ou indiscriminada, apesar de não possuir duração temporária delimitada, isto é, no individualizar, portanto, o delegante, o delegado e a serventia onde a delegação vai ser exercida.

Ademais, o exercício desses delegados está restrito a uma série de atos localmente previstos e atribuições, cujas condições de validade devem necessariamente determinados e formalizados específicos.

Outrossim, o exercício de delegados não deriva de atribuições sem decisão a respeito da existência de delegação, e que também não seja a decorrência de situações inerentes ao exercício - renúncia, morte ou inabilidade do titular ou delegado.

Quanto à **fiscalização pública**, a sua necessidade é decorrente da observância dos requisitos e formalidades acima elencadas. A Constituição não somente considerou-a indispensável como indicou quem deve exercê-la: "...e definir a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário". Mas se não houver tal previsão, está implícita dentro da ideia que o Poder Público deve fiscalizar o cumprimento fiel das atividades que delega. Pelo que o Projeto ao estabelecer a **LEGISLAÇÃO** como tal fiscalização é exercida, está simplesmente cumprindo a vontade do legislador constituinte, e se atuando dentro de um enfoque lógico. Por essas razões, E. A. não considero a existência de um órgão de fiscalização como, por exemplo, um conselho formado pelos próprios notários e oficiais de registro. O que não quer dizer que tal ou tais conselhos não devam existir dentro da liberdade de associação constitucionalmente admitida (artigo 5º, VIII), e que possam fazer uso pacífico da autofiscalização. Mas, resta-nos a fiscalização das atividades notariais e registrais está prevista constitucionalmente no Poder Judiciário, e isto terá de ser refletido no texto da lei regulamentadora.

7. A **LEGISLAÇÃO** é a de que a delegação do exercício de serviços notariais, ou de registro, sendo conferida pelo Poder Público, é **constitucionalmente conferida pelo Poder Judiciário**.

Que a delegação parte do Poder Público não resta a menor dúvida, face ao caput do artigo 226 da Lei Maior. Sendo o Poder Público das competências genéricas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, dentro do conteúdo "reservado" de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, há que se definir de qual parte tal delegação, que exige, como já foi dito, uma individualização de delegante, delegado e área de atribuições, para a plena configuração de suas finalidades. Tal individualização só pode ser estabelecida pela lei regulamentadora, inclusive a de que o Poder Público é o **LEGISLAÇÃO** e outorgante da delegação.

Nestas condições, afirma-se não que esse poder delegante deve ser o **Poder Judiciário**, pela natureza dos serviços delegados, voltados a "concessão da segurança jurídica" e tendo por objetivos "a garantia, a publicização e a autenticação, a segurança e a eficácia dos atos jurídicos".

Atento-se, ainda, que tais serviços vêm tradicionalmente exercendo um papel de auxílios de prestação jurisdicional, ao assegurar que foi conferido constitucionalmente ao Poder Judiciário a incumbência de fiscalização, envolvendo a serventia de que é mais próxima a quem delega atribuições e tarefas de fiscalização e seu cumprimento, até pela eventual possibilidade de mudá-las ou extingui-las de acordo.

Fazendo analogia com a delegação de serviços notariais e de registro deve partir do Poder Judiciário, resta a situar em que **LEGISLAÇÃO** da competência irá se produzir. A relevância territorial desses serviços aponta para que a sua regulamentação se faça no âmbito de cada Estado, e no Distrito Federal, sendo o sistema federalativo vigente no País, quando a autonomia estadual foi significativamente fortalecida pela Constituição de 1988.

A **LEGISLAÇÃO** é a de que compete a União fixar as normas gerais das atividades, ficando a cada Estado e ao Distrito Federal a incumbência de regulamentá-las, de acordo com as suas peculiaridades e necessidades.

8. Na verdade, um correlato das atividades anteriores. O eficaz desempenho dos serviços notariais e de registro pressupõe uma padronização de modo a facilitar a ação dos usuários, e tal uniformização só pode ser dada por via de lei federal, aplicável em todo o território brasileiro. Não há prejuízo de autonomia estadual, pois os Estados ficam com a tarefa de organização e execução, através de disposições em suas leis de organização judiciária.

III - ASPECTOS NORMATIVOS

9. O texto sugerido para ser apresentado como projeto de lei regulamentadora dos serviços notariais e de registro definiu:

asseio, dos fundamentos, objetivos e promessas essenciais, cabendo ainda destacar algumas particularidades, para a sua melhor compreensão.

- **adotou-se a nomenclatura observada pela Constituição Federal**, que fala de "serviços notariais" e "serviços de registro", sendo os seus titulares, respectivamente, os "notários" e os "oficiais de registro", daí decorrendo uma denominação uniforme para todo o País, que será inclusive observada pelos serviços atualmente existentes, como, por exemplo, de "tabeliães" (artigos 15, I e 16 e 22).

- a organização de tais serviços - e cargo dos tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios - considera a estruturação em **circunscritas** conforme a ele vem sendo tradicionalmente observada. Outrossim, a obrigatoriedade de uma única via evitar a multiplicação de instalações de "tabeliães", em detrimento da criação de novos serviços (artigos 22 e parágrafo único).

- no estabelecimento das atribuições, deveres, direitos, incumbências e responsabilidades, conferiu-se aos **circunscritas** cargos destacados, cabendo-lhes a exclusividade de substituir o titular em suas férias, impedimentos, ausências e até na ausência de delegação (artigos 12, 17, 18 e 20).

- dentro as delegações contempladas aos titulares dos serviços notariais e de registro figura a de afastamento para exercer outra atividade pública. Excepcionalmente, se a execução de mandato eletivo, constitucionalmente garantido, e a ocupação de função de ministro, secretário estadual, municipal ou do Distrito Federal, de fato de suas relevâncias (artigo 17 e parágrafo único).

- a fiscalização dos serviços notariais e de registro pelo Judiciário é **constitucional** - imperativa constitucional - e que não exige sua, eventualmente, de titulares dessas atividades possam autofiscalizar-se através de associação, sindicato ou conselho. Mas não se vê sentido numa instituição desses entes locais, que lhe dariam, inclusive, natureza **autárquica** (artigos 21 e 15, VI).

- a modificação da redação do artigo 114 da Lei nº 4.015, de 21 de dezembro de 1973, com a extinção de seu inciso II, objetivo alinear de uma vez por todas, as contradições sobre o registro de entidades mercantis, que ficaram distribuídas às juntas comerciais, previstas sob as suas competências com as disposições do Código Comercial, de Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1945, que dispõe sobre os serviços de registro de comércio e atividades afins, e com a Lei nº 4.929, de 09 de setembro de 1981, que institui o "Poder Judiciário de registro e arquivamento no Registro do Comércio" (artigos 22, parágrafos 2º e 3º).

- as disposições relativas aos direitos adquiridos das atuais serventias, que também não aplicadas às normas projetadas de serventia do Poder Judiciário e os oficializados até a promulgação da Constituição, decorrem de princípios constitucionais nesse sentido (artigos 5º, 27 e 28).

Em face de todo o exposto, creio, Senhor Presidente, que o Projeto de Lei ora sugerido irá contribuir à consolidação das disposições da Constituição de 1988, e ao fortalecimento da ordem jurídica brasileira.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de profunda respeito.

Assinatura
JOSÉ FERNANDO
Ministro da Justiça

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988
ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Assimilando a consequência das respectivas posições acerca do princípio internacional transcendente como a autodeterminação dos povos, a ele-inaplicável nas condições internas das Colônias, a solução pacífica das controvérsias, a redução ao uso da força, a simulação

Políticas das Nações, a primazia do direito internacional e a cooperação internacional para o desenvolvimento, bem como a necessidade de controlar por todos os meios para a internacionalização das ações no nível da paz e cooperação internacionais;

Convenções de que as democracias firm, aberta e transparente é o único regime político que já pôde responder às aspirações éticas, morais e culturais dos povos e respalda a suas aspirações e expectativas;

Reiterando seu compromisso com a defesa e a promoção dos princípios contidos no Declaração Universal dos Direitos Humanos e os outros instrumentos internacionais sobre esses direitos;

Percebendo de que o desenvolvimento econômico e social é só um direito fundamental, mas também um requisito essencial para a prosperidade, a participação das instituições democráticas e da direitos e liberdades fundamentais, a obtenção de melhores níveis de vida e a preservação da paz internacional;

Diagnosando a existência de obstáculos estruturais, econômicos e de serviços como barreiras insuperáveis em um mundo competitivo e interrelacionado;

Consciente da gravidade do problema da dívida externa, que torna necessária a busca de soluções conjuntas que permitam a recuperação e o desenvolvimento econômico e social dos países afetados;

Reafirmando que os dois países esforços em escala internacional para lutar contra o terrorismo e a narcotráfico;

Levando em conta a necessidade de promover iniciativas comuns, nas distintas áreas internacionais, para alcançar maior proteção e defesa imediata de seus cidadãos, e lot das instituições nacionais da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992;

Consciente de que o Brasil e Espanha, na sua qualidade de país-membro da Comunidade Europeia, e o Brasil, na de país-membro do mercado Comum do Sul, da Associação Latino-Americana de Integração e de participante do Grupo de Rio, devem dirigir suas ações de maneira a internacionalizar, nas distintas áreas regionais, todo tipo de relações entre a América Latina e a Europa;

Consciente da necessidade de impulsionar no processo de integração regional, que fortalecimento o desenvolvimento e a integração entre os países;

Reconhecendo que o V Centenário do desenvolvimento - Encontro de Deus - oferece excelente oportunidade histórica para especificar as ações de cooperação em todos os setores, no âmbito interamericano, por meio das instituições do Sistema de Comércio do Estado e Comércio que, depois de Guadalajara, têm sua continuidade na Espanha em 1991, e no Brasil em 1992;

Reafirmando o objetivo de completar, mediante um Tratado de caráter legal e abrangente, o disposto no âmbito do acordo específico em vigor em que se concluiu em base neste Tratado, e no cumprimento dos termos do Rio que fortaleceu os laços de um Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre o Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, em 11 de maio de 1991;

Assim e seguintes:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ÂMBITO DE COOPERAÇÃO

ARTIGO 1º

As Partes, a partir das relações de cooperação bilateral nos âmbitos político, econômico e financeiro, de cooperação técnica e científica, cultural, jurídica e consular, por meio das modalidades previstas neste Tratado Geral e das que, em virtude dele, possam estabelecer-se no futuro. Para isso, cria-se uma Comissão de Alto Nível que, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, será a via pela qual se estabelecerá no futuro o fortalecimento das relações bilaterais nos distintos âmbitos.

ARTIGO 2º

A Comissão de Alto Nível, a ser criada pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha, será o órgão responsável pelo acompanhamento e pela avaliação deste Tratado Geral, bem como das ações de cooperação já previstas nos acordos específicos, e elaborará relatórios de cooperação e análise.

A avaliação dos membros que integram as respectivas delegações, e das das reuniões e o acordo de trabalho serão estabelecidos por via diplomática.

CAPÍTULO I Cooperação Política

ARTIGO 3º

No âmbito de cooperação política, as Partes acordam:

a) intensificar as visitas conjuntas e reuniões entre os respectivos Chefes de Estado, Chefes de Governo

Ministros. Para promover a fluida do diálogo político entre os dois países;

b) regularizar as consultas políticas de alto nível em todas as condições e de acordo com o sistema de cooperação internacional. Para isso, propõem-se estabelecer entre o representante pelas relações exteriores tanto no âmbito bilateral como nos diversos fóruns regionais multilaterais.

ARTIGO 4º

As Partes instituirão um sistema de consultas políticas de alto nível por meio da Comissão Política de Cooperação de Alto Nível.

A Comissão Política criará uma Secretaria-Geral Permanente de Trabalho e se reunirá no âmbito das reuniões bilaterais em Madrid e Madrid. Também se reunirá no âmbito do estabelecimento da Europa do Ministério das Relações Exteriores e do Rio de Janeiro, que possam designar pelo menos um representante de Espanha, regular as reuniões conjuntas de alto nível e acompanhar, no âmbito e a avaliação desta Comissão.

A Comissão Política analisará os temas de ordem política e internacional que sejam de interesse conjunto.

A Comissão Política analisará os assuntos humanitários, sociais e de alto nível em um âmbito bilateral em suas reuniões nos dois países.

CAPÍTULO II Cooperação Econômica e Financeira

ARTIGO 5º

No âmbito de cooperação econômica, as Partes acordam estabelecer um Programa Geral de Cooperação, de cinco anos de duração, que promoverá os acordos econômicos correspondentes, que integre o presente Tratado.

ARTIGO 6º

O Programa Geral de Cooperação promoverá:

- impulsionar o desenvolvimento conjunto do Brasil e da Espanha, com o objetivo geral de estabelecer mecanismos que possibilitem para dinamizar e desenvolver ambos os sistemas e ampliar a cooperação econômica e financeira entre ambos os países, sem prejuízo das compromissos internacionais assumidos por cada um;
- fomentar o desenvolvimento das setores produtivos e de serviços do Brasil e da Espanha, assim como a presença das empresas de cada país no desenvolvimento do outro. Para tal efeito, será estimulada a participação ativa, promovendo associações entre empresas brasileiras e espanholas em base no princípio de complementaridade;
- levar a cabo projetos de investimento e desenvolvimento que permitam a ambos os países desenvolver atividades entre a primária, a fim de situar as indústrias brasileiras e espanholas em nível tecnológico avançado e internacionalmente competitivo.

ARTIGO 7º

Para o cumprimento desses objetivos, o programa contemplará:

- estabelecer um quadro institucional favorável a ações que permitam um acompanhamento conjunto das ações no plano do desenvolvimento e o planejamento de suas atividades e sub- e o tempo prazo;

- obter o acompanhamento conjunto das atividades sobre o financiamento;

- realizar atividades e consultas conjuntas e difundir a possibilidade de do potencial de cooperação econômica entre o Brasil e a Espanha.

ARTIGO 8º

Para o cumprimento e o supervisão dos objetivos a que se referem no acordo, será criado um Subcomitê Econômico e Financeiro, cuja composição e funcionamento se estabelecerá de acordo com o presente.

CAPÍTULO III Cooperação Técnica e Científica-Tecnológica

ARTIGO 9º

No âmbito de Cooperação Técnica e Científica-Tecnológica, as Partes acordam:

- estimular o desenvolvimento de cooperação entre os setores de cooperação conjunta em o conhecimento científico e técnico de ambos os países, promovendo a participação de especialistas e pesquisadores em projetos conjuntos de alto nível e

interessa além que produção científica sobre tecnologia e a sociedade sejam;

- b) estabelecer programas e projetos de cooperação em: objetivos de pesquisa e desenvolvimento institucional, e modernização do setor produtivo e a qualidade de vida; população, visando essas ações, sempre que possível, a cooperação de estruturas acadêmicas e industriais;
- c) incluir, nos programas e projetos de cooperação, "o intercâmbio de especialistas e de profissionais, o conhecimento e a tecnologia aplicados, a formação de recursos humanos, os projetos conjuntos de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, bem como as transferências de tecnologia."

ARTIGO 12

Em projeto de mutualização, as Partes promoverão a cooperação bilateral nos seguintes domínios:

- a) no campo agroindustrial - incluindo o setor pesquisa; de biotecnologia; de conservação de recursos florestais; de saúde pública e telecomunicações; minérios de novos materiais; de transportes; e de desenvolvimento industrial;
- b) na promoção das relações entre as empresas, incluindo a criação de empresas mistas, e as transferências de tecnologia entre ambas as Partes;
- c) no setor do turismo, com especial ênfase no turismo turístico urbano e ecológico;
- d) no âmbito dos recursos naturais e da qualidade ambiental, no âmbito dos recursos e recomendações da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992;
- e) no campo da pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, incluindo a participação conjunta no Programa de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - quinto Convenção ICTD-91, com projetos conjuntos de âmbito interdisciplinar;
- f) no fortalecimento institucional das universidades.

ARTIGO 13

Além das atividades e dos promissivos estabelecidos no presente Anexo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, visando ao (i) de abril de 1993, e de acordo com o artigo 2 do presente Anexo, as Partes poderão eventualmente estabelecer quaisquer compromissos adicionais à implementação de ações nos campos previstos nos artigos 2 e 12.

CAPÍTULO IV

Cooperação Cultural

ARTIGO 14

Entre as Partes, de conformidade com os Acordos firmados entre si, no âmbito do Acordo Cultural Brasil-Japão, a respeito da cooperação contemplada no artigo 1 do presente Anexo, acordam:

- a) promover o ensino do japonês no Brasil e do língua portuguesa no Japão;
- b) facilitar a intercâmbio acadêmica entre representantes das respectivas universidades, instituições de pesquisa, educação superior e cultura, bibliotecas, arquivos e outras entidades. Para esse fim, ambas as Partes acordam estabelecer um sistema de concessão de bolsas de estudo e intercâmbio à pesquisa, e outras categorias de estudo em as prioridades que se estabelecerem, de comum acordo, por via diplomática;
- c) intercambiar informações e documentação sobre seus respectivos sistemas educacionais com a finalidade de apoiar, de comum acordo, sempre, sobre a existência mútua de facilitar a simplificação e recombinando recursos de estudos;
- d) fomentar a criação de novos centros culturais em cidades das duas partes;
- e) apoiar as atividades, a formação de cursos bilíngües, e a formação de alunos de idioma e a promoção da criação de co-edição, assim como a formação de empresas mistas entre dedicadas e difusão, intercâmbios, os respectivos valores literários, tanto de obras como de já concluídas;
- f) incrementar a contribuição do setor editorial, principalmente a cinematográfica;
- g) promover, no campo das atividades artísticas, e realização de eventos culturais, festivais, exposições e outros eventos artísticos que contribuam para a difusão das correntes artísticas no âmbito das Partes, principalmente no caso das obras superlativas;

h) estimular a cooperação na área da formação de técnicos e profissionais que atuam no campo cultural, por intercâmbio de pessoal de ensino, assistência e pesquisa;

- i) apoiar iniciativas em favor da conservação, preservação e restauração do patrimônio histórico e artístico de interesse comum, bem como do levantamento de bens artísticos e culturais de interesse de uma das Partes no território da outra. Os acordos com as prioridades que se fizerem, de comum acordo, por via diplomática;

j) manter, em conformidade com o inciso anterior, estreita cooperação para apoiar e apoiar, na forma prevista na legislação de cada Parte, o tráfico ilegal de obras pertencentes ao patrimônio artístico, histórico ou documental de ambas as Partes;

k) apoiar a realização dos trabalhos científicos de ambas as Partes para a comemoração do V Centenário do Descobrimento do Brasil e do Japão, assim como o de fatos e tradições de interesse mútuo.

CAPÍTULO V

Cooperação Científica

ARTIGO 15

As Partes acordam estabelecer cooperação mais estreita entre seus respectivos serviços consulares, bem como entre as respectivas Consules de Estado acreditadas e as autoridades locais do Estado acreditadas, de acordo com as disposições do Tratado de Viena sobre Relações Consulares.

ARTIGO 16

Para os fins deste capítulo, de acordo com o previsto no artigo 2 do presente Anexo, estabelecer-se-á, por parte do Brasil, o Grupo de Cooperação Científica Brasil-Japão, subordinado ao Grupo de Cooperação Científica, subordinado ao estabelecimento da cooperação entre as Partes, cujo funcionamento, objeto de trabalho e atividades de trabalho serão acordadas por via diplomática.

ARTIGO 17

Entre as Partes, de acordo com o previsto no artigo 2 do presente Anexo, estabelecer-se-á, por parte do Brasil, o Conselho de Cooperação Científica Brasil-Japão, subordinado ao Grupo de Cooperação Científica, subordinado ao estabelecimento da cooperação entre as Partes, cujo funcionamento, objeto de trabalho e atividades de trabalho serão acordadas por via diplomática.

ARTIGO 18

Entre as Partes, de acordo com o previsto no artigo 2 do presente Anexo, estabelecer-se-á, por parte do Brasil, o Conselho de Cooperação Científica Brasil-Japão, subordinado ao Grupo de Cooperação Científica, subordinado ao estabelecimento da cooperação entre as Partes, cujo funcionamento, objeto de trabalho e atividades de trabalho serão acordadas por via diplomática.

DISPOSIÇÃO FINAL

ARTIGO 19

O presente Tratado terá vigor a partir de 30 dias após a data de sua assinatura pelas Partes, bem como, por via diplomática, a ratificação das respectivas autoridades por meio legislativo interno, e promulgado no vigor legislativo, e não se que uma das Partes notifique à outra sua intenção de retirar o tratado, que entrará em vigor como o tratado acima.

Fato no Rio de Janeiro, aos 28 dias do mês de julho de 1993, no qual compareceram, representando as Partes, os seguintes: pelo Brasil, o Sr. Fernando Collor, e pelo Japão, o Sr. Akira Miyoshi.

Fernando Collor
Fernando Collor
Presidente do Brasil

Akira Miyoshi
Akira Miyoshi
Primeiro-Ministro do Japão

ACORDO SOBRE O PLANO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O BRASIL E O JAPÃO

A República Federativa do Brasil

e

O Reino do Japão,

deverão estabelecer "Partes".

As Partes acordam estabelecer, de comum acordo, a cooperação científica e cultural, bem como a participação das instituições acadêmicas e para a difusão de obras e atividades de desenvolvimento.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1994
(Nº 299/93, na Câmara dos Deputados)

Aprova os textos do Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador), adotado em São Salvador, em 17 de novembro de 1988, e do Protocolo referente à Abolição da Pena de Morte, adotado em Assunção, Paraguai, em 8 de junho de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Ficam aprovados os textos do Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador),

adotado em São Salvador, em 17 de novembro de 1988, e do Protocolo Referente à Abolição da Pena de Morte, adotado em Assunção, Paraguai, em 8 de junho de 1990.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos Protocolos, bem como quaisquer atos que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 755, DE 1992

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, venho a honra de submeter à sua consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto dos seguintes atos internacionais: a) Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador), adotado em São Salvador, em 17 de novembro de 1988; b) Protocolo Referente à Abolição da Pena de Morte, adotado em Assunção, Paraguai, em 8 de junho de 1990. Ambos são Protocolos Adicionais à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Protocolo de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, à qual o Brasil aderiu em 25 de setembro de 1992, mediante o depósito do respectivo instrumento de adesão junto à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) - o órgão depositário.

Brasília, 26 de novembro de 1992.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 455/MRE, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

Informo Vossa Excelência de que o Brasil, ao aderir recentemente à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, passou a preencher as condições para adesão a seus dois Protocolos Adicionais: a) o Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (conhecido como Protocolo de São Salvador), de 17 de novembro de 1988; e b) o Protocolo Referente à Abolição da Pena de Morte, de 8 de junho de 1990.

2. Com relação ao primeiro, a adesão poderá ser feita sem reservas, uma vez que seu texto não conflita com regras vigentes da legislação brasileira.


3. Já o Protocolo Adicional Referente à Abolição da Pena de Morte tem como propósito tornar o artigo 5º da Convenção (que dispõe sobre o direito à vida) mais restritivo quanto à aplicação da pena de morte. A Constituição Federal, no entanto, determina que não haverá pena de morte "salvo em caso de guerra declarada..." (artigo XVIII, alínea I), o que inferir-se a admissibilidade da pena capital, desde que declarada a guerra, após agressão estrangeira, respeitadas as competências institucionais do Presidente da República e do Congresso Nacional.

4. Base o Protocolo, no seu artigo 1º, que os Estados parte "não aplicarão em seu território a pena de morte a nenhuma pessoa submetida a sua jurisdição". O protocolo acrescenta, no artigo 2º, que "não será admitida reserva alguma a este Protocolo", mas, a seguir, aduz-se seguinte ressalva no mesmo artigo: "Entretanto, no momento da ratificação ou adesão, os Estados-Partes neste instrumento poderão declarar que se reservam o direito de aplicar a pena de morte em tempo de guerra, de acordo com o Direito Internacional, por delitos sumamente graves de caráter militar".

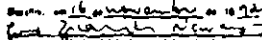
5. Como se note, a exigência constitucional de tempo de guerra é atendida pela primeira das condições previstas no Protocolo. As duas outras condições não o são, de forma explícita, mas daí não se segue que entrem em colisão com o texto da Carta Magna. Pode-se concluir, então, que a formulação da reserva prevista autoriza o Governo brasileiro a vincular-se ao Protocolo, desde que essa reserva venha a ser introduzida no momento da ratificação ou adesão. Impõe-se afirmar, também, que sob essa reserva não é possível ao Brasil ratificar ou aderir ao Aludido Protocolo, porquanto a pena de morte não está completamente banida da Constituição Federal.

6. À luz do que precede, permito-me propor a adesão do Brasil aos dois instrumentos internacionais acima referidos, para o que submeto a Vossa Excelência o incluso Projeto de Mensagem ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,


FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado das Relações Exteriores

COPIA AUTÊNTICA

RECEBI AMBOS OS ESTADOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Brasília, em 16 de novembro de 1987

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PROTÓCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PROTÓCOLO DE SÃO SALVADOR) MRE.

PROTÓCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS EM MATÉRIA DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PROTÓCOLO DE SÃO SALVADOR)

(Adotado durante a XVIII Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em São Salvador, em 17 de novembro de 1988)

A Assembleia Geral,

VISTOS:

A resolução AG/RES. 836 (XVI-O/86), mediante a qual a Assembleia Geral tomou nota do Projeto do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, submetido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e o transmitiu aos Governos dos Estados-Partes da Convenção para que formulassem suas observações e comentários sobre o Projeto e os remetessem ao Conselho Permanente para estudo e apresentação à Assembleia Geral, em seu Décimo Sétimo Período Ordinário de Sessões;

A resolução AG/RES. 197 (XVII-O/87), na qual solicitou ao Conselho Permanente que, com base no projeto apresentado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e nas observações e comentários formulados pelos Governos dos Estados-Partes na Convenção, apresentasse à Assembleia Geral, em seu Décimo Oitavo Período Ordinário de Sessões, um projeto de Protocolo Adicional à Convenção, em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais; e

O Relatório do Conselho Permanente que submete à Assembleia Geral o referido Projeto de Protocolo Adicional; e

CONSIDERANDO:

Que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que poderão ser submetidos à consideração dos Estados-Partes, reunidos por ocasião de Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, projetos de protocolos adicionais a essa Convenção, com a finalidade de incluir progressivamente no seu regime de proteção outros direitos e liberdades; e

A importância que reveste para o Sistema Interamericano a adoção de um Protocolo Adicional à Convenção, em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais;

RESOLVE:

Adotar o seguinte Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador):

P R E S U P O

Os Estados-Partes na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica),

Reafirmando seu propósito de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito aos direitos essenciais do homem;

Reconhecendo que os direitos essenciais do homem não derivam do fato de ser ele nacional de determinado Estado, mas sim do fato de terem como fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justifica uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos;

Considerando a estreita relação que existe entre a vigência dos direitos econômicos, sociais e culturais e a dos direitos civis e políticos, por motivo de as diferentes categorias de direito constituírem um todo indissolúvel que tem sua base no reconhecimento da dignidade da pessoa humana, razão pela qual exige tutela e promoção neta, com o objetivo de conseguir sua plena vigência, sem que se possa justificar a violação de uma a pretexto da observação de outra;

Reconhecendo os benefícios decorrentes do fomento e desenvolvimento da cooperação entre os Estados e das relações internacionais;

Recordando que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, só pode tornar-se realidade o ideal do ser humano livre, isento de temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar de seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como de seus direitos civis e políticos;

Levando em conta que, embora outros instrumentos internacionais, tanto de âmbito universal como regional, tenham reconhecido direitos econômicos, sociais e culturais fundamentais, é muito importante que esses direitos sejam reafirmados, desenvolvidos, aperfeiçoados e protegidos, a fim de consolidar na América, com base no respeito pleno dos direitos da pessoa, o regime democrático representativo de governo, bem como o direito de seus povos ao desenvolvimento, à livre determinação e a utilizar livremente suas riquezas e recursos naturais; e

Considerando que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que poderão ser submetidos à consideração dos Estados-Partes, reunidos por ocasião de Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos, projetos de protocolos adicionais a essa Convenção, com a finalidade de incluir progressivamente no regime de proteção de seus outros direitos e liberdades;

Concluem no seguinte Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Protocolo de São Salvador):

Artigo 1

Obrigação de Adotar Medidas

Os Estados-Partes neste Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos comprometem-se a adotar as medidas necessárias, tanto de ordem interna como por meio da cooperação entre os Estados, especialmente econômica e técnica, até o máximo dos recursos disponíveis e levando em conta seu grau de desenvolvimento, a fim de conseguir, progressivamente e de acordo com a legislação interna, a plena efetividade dos direitos reconhecidos neste Protocolo.

Artigo 2

Obrigação de Adotar Disposições de Direito Interno

Se o exercício dos direitos estabelecidos neste Protocolo ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados-Partes comprometem-se a adotar, de acordo com suas normas constitucionais e com as disposições deste Protocolo, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos esses direitos.

Artigo 3

Obrigação de Não-Discriminação

Os Estados-Partes neste Protocolo comprometem-se a garantir o exercício dos direitos nele enunciados, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Artigo 4

Não-Admissão de Restrições

Não se poderá restringir ou limitar qualquer dos direitos reconhecidos ou vigentes num Estado em virtude de sua legislação interna ou de convenções internacionais, sob pretexto de que este Protocolo não os reconhece ou os reconhece em menor grau.

Artigo 5

Alcance das Restrições e Limitações

Os Estados-Partes só poderão estabelecer restrições e limitações ao gozo e exercício dos direitos estabelecidos neste Protocolo mediante leis promulgadas com o objetivo de preservar o bem-estar geral dentro de uma sociedade democrática, no medida em que não contrariem o propósito e o espírito dos mesmos.

Artigo 6

Direito ao Trabalho

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, a que inclui a oportunidade de obter os meios para levar uma vida digna e decorosa através do desempenho de atividade lícita, livremente escolhida ou aceita.

2. Os Estados-Partes comprometem-se a adotar medidas que garantam plena efetividade do direito ao trabalho, especialmente as referentes à consecução do pleno emprego, à orientação vocacional e ao desenvolvimento de projetos de treinamento (técnico-profissional), particularmente os destinados aos deficientes. Os Estados-Partes comprometem-se também a executar e a fortalecer programas que conduzam o adequado atendimento da família, a fim de que a mulher tenha real possibilidade de exercer o direito ao trabalho.

Artigo 7

Condições Justas, Equitativas e Satisfatórias de Trabalho

Os Estados-Partes neste Protocolo reconhecem que o direito ao trabalho, a que se refere o Artigo anterior, pressupõe que toda pessoa goze desse direito em condições justas, equitativas e satisfatórias, para o que esses Estados garantirão em suas legislações internas, de maneira particular:

- a) remuneração que assegure, no mínimo, a todos os trabalhadores condições de subsistência digna e decorosa para si e para suas famílias e salário equitativo e igual por trabalho igual, sem nenhuma distinção;
- b) o direito de todo trabalhador de adquirir sua vocação e de dedicar-se à atividade que melhor atenda, e suas expectativas, a a trajetória de emprego, de acordo com regulamentação nacional pertinente;
- c) o direito do trabalhador a promoção ou avanço no trabalho, para o qual serão tomadas em conta suas qualificações, competência, probidade e tempo de serviço;
- d) estabilidade dos trabalhadores em seus empregos, de acordo com as características das indústrias e profissões e com as normas de justa dispensa. Nos casos de dispensa injustificada, o trabalhador terá direito a indenização ou a readmissão no emprego, ou a quaisquer outros benefícios previstos pela legislação nacional;
- e) segurança e higiene no trabalho;
- f) proibição de trabalho noturno ou em atividades insalubres ou perigosas para os menores de 18 anos e, em geral, de todo trabalho que possa pôr em perigo sua saúde, enquanto um moral. No caso dos menores de 16 anos, a jornada de trabalho deverá subordinar-se às disposições sobre ensino obrigatório e, em nenhum caso, poderá constituir impedimento à assistência escolar ou limitação para beneficiar-se de instrução técnica;

vi limitação razoável das horas de trabalho, tanto diárias quanto semanais. As jornadas serão de menor duração quando se tratar de trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos;

vi) repouso, gozo do tempo livre, férias remuneradas, bem como pagamento de salários nos dias feriados nacionais.

Artigo 8 Direitos Sindicais

Os Estados-Partes garantirão:

a) o direito dos trabalhadores de organizar sindicatos e de filiar-se ao de sua escolha, para proteger e promover seus interesses. Como projeção desse direito, os Estados-Partes permitirão aos sindicatos formar federações e confederações nacionais e associar-se às já existentes, bem como formar organizações sindicais internacionais e associar-se à de sua escolha. Os Estados-Partes também permitirão que os sindicatos, federações e confederações funcionem livremente;

b) o direito de greve.

2. O exercício dos direitos enunciados acima só pode estar sujeito às limitações e restrições previstas pela lei, que sejam próprias de uma sociedade democrática e necessárias para salvaguardar a ordem pública e proteger a saúde ou a moral públicas, e os direitos ou liberdades dos demais. Os membros das forças armadas e da polícia, bem como de outros serviços públicos essenciais, estarão sujeitos às limitações e restrições impostas pela lei.

3. Ninguém poderá ser obrigado a pertencer a um sindicato.

Artigo 9 Direito à Previdência Social

1. Toda pessoa tem direito à previdência social que a proteja das consequências da velhice e da incapacitação que a impeça, física ou mentalmente, de obter os meios de vida digna e decorosa. No caso de morte do beneficiário, os benefícios da previdência social serão aplicados aos seus dependentes.

2. Quando se tratar de pessoas que estejam trabalhando, o direito à previdência social abrangerá pelo menos assistência médica e subsídio ou pensão em caso de acidente de trabalho ou de doença profissional e, quando se tratar de mulher, licença-maternidade remunerada, antes e depois do parto.

Artigo 10 Direito à Saúde

1. Toda pessoa tem direito à saúde, compreendendo-se como saúde o gozo do mais alto nível de bem-estar físico, mental e social.

2. A fim de tornar efetivo o direito à saúde, os Estados-Partes comprometem-se a reconhecer a saúde como bem público e, especialmente, a adotar as seguintes medidas para garantir este direito:

- a) assistência primária à saúde, entendendo-se como tal a assistência médica essencial ao alcance de todas as pessoas e famílias da comunidade;
- b) extensão dos benefícios dos serviços de saúde a todas as pessoas sujeitas à jurisdição do Estado;
- c) total imunização contra as principais doenças infecciosas;
- d) prevenção e tratamento das doenças endêmicas, profissionais e de outra natureza;
- e) educação da população com referência à prevenção e ao tratamento dos problemas da saúde; e

ii) satisfação das necessidades de saúde das crianças da mais alta prioridade e que, por sua situação de pobreza, sejam mais vulneráveis.

Artigo 11 Direito a Meio Ambiente Sadio

1. Toda pessoa tem direito a viver em meio ambiente sadio e a dispor dos serviços públicos básicos.

2. Os Estados-Partes promoverão a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente.

Artigo 12 Direito à Alimentação

1. Toda pessoa tem direito a nutrição adequada, que lhe assegure a possibilidade de viver do mais alto nível de desenvolvimento físico, emocional e intelectual.

2. A fim de tornar efetivo esse direito e de eliminar a desnutrição, os Estados-Partes comprometem-se a aperfeiçoar os métodos de produção, abastecimento e distribuição de alimentos, para o que se comprometem a promover maior cooperação internacional com vistas a apoiar as políticas nacionais referentes à matéria.

Artigo 13 Direito à Educação

1. Toda pessoa tem direito à educação.

2. Os Estados-Partes neste Protocolo convêm em que a educação deverá orientar-se para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade, e deverá fortalecer o respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo ideológico, pelas liberdades fundamentais, pela justiça e pela paz. Convém também em que a educação deve tornar todas as pessoas capazes de participar efetivamente de uma sociedade democrática e pluralista e de conseguir uma auto-estima digna; bem como favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos, e promover as atividades em prol da manutenção da paz.

3. Os Estados-Partes neste Protocolo reconhecem que, a fim de conseguir o pleno exercício do direito à educação:

- a) o ensino de primeiro grau deve ser obrigatório e acessível a todos gratuitamente;
- b) o ensino de segundo grau, em suas diferentes formas, inclusive o ensino técnico e profissional, deve ser generalizado e acessível a todos, pelos meios que forem apropriados e, especialmente, pelo estabelecimento progressivo do ensino gratuito;
- c) o ensino superior deve tornar-se igualmente acessível a todos, de acordo com a capacidade de cada um, pelos meios que forem apropriados e, especialmente, pelo estabelecimento progressivo do ensino gratuito;
- d) deve-se promover ou intensificar, na medida do possível, o ensino básico para as pessoas que não tiveram recebido ou terminado o ciclo completo de instrução do primeiro grau;
- e) deverão ser estabelecidos programas de ensino diferenciado para os deficientes, a fim de proporcionar instrução especial e formação a pessoas com impedimentos físicos ou deficiência mental;

4. De acordo com a legislação interna dos Estados-Partes, os pais terão direito a escolher o tipo de educação que deverá ser ministrada aos seus filhos, desde que esteja de acordo com os princípios enunciados acima.

3. Nenhuma das disposições deste protocolo poderá ser interpretada como restrição da liberdade das pessoas e entidades de estabelecer e dirigir instituições de ensino, de acordo com a legislação interna dos Estados-Partes.

Artigo 14

Direito aos benefícios da cultura

1. Os Estados-Partes neste protocolo reconhecerão o direito de toda pessoa a:
 - a) participar na vida cultural e artística da comunidade;
 - b) gozar dos benefícios do progresso científico e tecnológico;
 - c) beneficiar-se da proteção dos interesses morais e materiais que lhe correspondem em virtude de produções científicas, literárias ou artísticas de sua autoria.
2. Entre as medidas que os Estados-Partes neste protocolo deverão adotar para assegurar o pleno exercício deste direito, deverão figurar as necessárias para a conservação, o desenvolvimento e a divulgação da ciência, da cultura e da arte.

3. Os Estados-Partes neste protocolo comprometer-se-ão a reafirmar a liberdade indispensável para a pesquisa científica e a atividade criadora.

4. Os Estados-Partes neste protocolo reconhecerão os benefícios que decorrem da promoção e desenvolvimento da cooperação e das relações internacionais no que diz respeito a assuntos científicos, artísticos e culturais e, nesse sentido, comprometer-se-ão a incentivar maior cooperação internacional nesses campos.

Artigo 15

Direito à Constituição e Proteção da Família

1. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e deve ser protegido pelo Estado, que deverá velar pelo melhoramento de sua situação moral e material.
2. Toda pessoa tem direito e constituir família, direito esse que deverá exercer de acordo com as disposições de legislação interna correspondente.
3. Os Estados-Partes comprometer-se-ão, mediante este protocolo, a proporcionar adequada proteção ao grupo familiar e especialmente a:
 - a) dispensar atenção e assistência especial à mãe, por período residual, antes e depois do parto;
 - b) garantir às crianças alimentação adequada, tanto no período de lactação quanto durante a idade escolar;
 - c) adotar medidas especiais de proteção dos adolescentes, e fim de assegurar o pleno desenvolvimento de suas capacidades físicas, intelectuais e morais;
 - d) executar programas especiais de formação familiar, a fim de contribuir para a criação de ambiente saudável e positivo, no qual as crianças percebam o desenvolvimento de valores de compreensão, solidiedade, respeito e responsabilidade.

Artigo 16

Direito da Criança

Toda criança, seja qual, for sua filiação, tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte de sua família, da sociedade e do Estado. Toda criança tem direito de crescer ao amparo e sob a responsabilidade de seus pais. Salvo em circunstâncias excepcionais, reconhecidas judicialmente, a criança de tenra idade não deve ser separada de sua mãe. Toda criança tem direito à educação gratuita e obrigatória, pelo menos no nível básico, e a continuar sua formação em níveis mais elevados do sistema educacional.

Artigo 17

Proteção de Pessoas Idosas

Toda pessoa tem direito a proteção especial na velhice. Nesse sentido, os Estados-Partes comprometer-se-ão a adotar, na medida progressiva, as medidas necessárias a fim de por em prática este direito e, especialmente, a:

- a) proporcionar instalações adequadas, bem como alimentação e assistência médica especializada, às pessoas de idade avançada que não dispõem de recursos e que não estejam em condições de adquirir-lhes por seus próprios meios;
- b) executar programas de trabalho específicos, destinados a proporcionar a pessoas idosas a possibilidade de realizar atividades produtivas adequadas às suas capacidades, respeitando sua vocação ou desejos;
- c) promover a formação de organizações sociais destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas.

Artigo 18

Proteção de Deficientes

Toda pessoa afetada pela deficiência de suas capacidades físicas e mentais tem direito a receber atenção especial, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento de sua personalidade. Os Estados-Partes comprometer-se-ão a adotar as medidas necessárias para esse fim e, especialmente, a:

- a) executar programas específicos destinados a proporcionar aos deficientes os recursos e o ambiente necessário para alcançar seus objetivos, inclusive programas de trabalho adaptados a suas possibilidades e que deverão ser livremente escolhidos por eles, ou, quando for o caso, por seus representantes legais;
- b) proporcionar formação especial aos familiares dos deficientes, a fim de ajudá-los a resolver os problemas de convivência e a constituir em elementos ativos do desenvolvimento físico, mental e emocional dos deficientes;
- c) incluir, de maneira prioritária, em seus planos de desenvolvimento urbano e observância de autômatas para os regulares específicos decorrentes das necessidades desse grupo;
- d) promover a formação de organizações sociais nos quais os deficientes possam desenvolver sua vida plena.

Artigo 19

Meio de Proteção

1. Os Estados-Partes neste protocolo comprometer-se-ão a apresentar, de acordo com o disposto neste artigo e nas normas pertinentes que deverão ser elaboradas sobre o assunto pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, relatório periódico e respeito das medidas progressivas que tiverem adotado para assegurar o devido respeito aos direitos consagrados no protocolo.

2. Todas as relações entre representantes ou representantes de organizações dos Estados Americanos, que se mantiverem em conexão com o intercâmbio científico e técnico e as atividades internacionais de educação, ciência e cultura, a fim de que se assegure a unidade com o disposto neste artigo, o Secretário-Geral enviará cópia desses relatórios à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

3. O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, transmitirá também aos organismos especializados do Sistema Interamericano, dos quais sejam membros os Estados-Partes neste protocolo, cópias dos relatórios enviados ou das partes pertinentes desses relatórios, na medida em que tenham relação com matérias que sejam da competência dos referidos organismos, de acordo com seus instrumentos constitutivos.

4. Os organismos especializados do Sistema Interamericano poderão apresentar ao Conselho Interamericano Brasileiro e Social e ao Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura relatórios sobre o cumprimento das disposições deste Protocolo, no que se refere ao campo de suas atividades.

5. Os relatórios anuais que o Conselho Interamericano, Econômico e Social e o Conselho Interamericano de Educação, Ciência e Cultura apresentarem à Assembleia Geral deverão conter um resumo de informações recebidas dos Estados-Partes neste Protocolo e dos organismos especializados, sobre as medidas progressivas adotadas, a fim de assegurar o respeito dos direitos reconhecidos no Protocolo e das recomendações do caráter geral que a respeito considerarem pertinentes.

6. Caso os direitos estabelecidos na alínea g do artigo 9, e no artigo 13, foram violados por ação que pode ser atribuída diretamente a um Estado-Parte neste Protocolo, essa situação poderia dar origem, mediante a participação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, quando for cabível, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, à aplicação do sistema de petições individuais regulado pelos artigos 44 e 51 e 61 e 69 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

7. Sem prejuízo da disposição no parágrafo anterior, o Conselho Interamericano de Direitos Humanos poderá formular as observações e recomendações que considerar pertinentes sobre a situação dos direitos econômicos, sociais e culturais estabelecidos neste Protocolo, em todos os ou em alguns dos Estados-Partes, na qual poderá incluir no relatório anual à Assembleia-Geral um relatório especial, conforme considerar mais apropriado.

8. O secretário da Comissão que lhes confere este artigo, o Conselho e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos deverão levar em conta a natureza progressiva da vigência dos direitos objeto da proteção deste Protocolo.

Artigo 20 Reservas

Os Estados-Partes poderão formular reservas sobre uma ou mais disposições específicas deste Protocolo no momento de aprová-lo, assiná-lo, ratificá-lo ou a ele aderir, desde que não sejam incompatíveis com o objetivo e o fim do Protocolo.

Artigo 21

Assinatura, Ratificação ou Adesão, Entrada em Vigor

1. Este Protocolo fica aberto à assinatura e à ratificação ou adesão de todo Estado-Parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

2. A ratificação deste Protocolo ou a adesão a ele será efetuada mediante depósito de um instrumento de ratificação ou de adesão, na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

3. O Protocolo entrará em vigor logo que seis Estados houverem depositado os seus respectivos instrumentos de ratificação ou de adesão.

4. O Secretário-Geral informará todos os Estados-membros da Organização sobre a entrada em vigor do Protocolo.

Artigo 22

Inclusão de Outros Direitos e Ampliação dos Direitos Reconhecidos

1. Qualquer Estado-Parte a a Comissão Interamericana de Direitos Humanos poderá submeter à consideração dos Estados-Partes, reunidos por ocasião da Assembleia-Geral, propostas de medidas para o reconhecimento de outros direitos e liberdades, ou outras propostas destinadas a ampliar os direitos e liberdades reconhecidos neste Protocolo.

2. As medidas entrarão em vigor para os Estados que ratificarem ou aderirem a ele em qualquer momento depositados os instrumentos de ratificação que correspondam a dois terços do número de Estados-Partes neste Protocolo. Quanto aos outros Estados-Partes, entrarão em vigor na data em que depositarem eles os seus respectivos instrumentos de ratificação.

São Salvador, 17 de novembro de 1988.

CÓPIA AU

MONITARIA DE VIGILANCIA NACIONAL

Brasília, 16 de novembro de 1989

[Assinatura]

(Assinatura de São Salvador)

PROTÓCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS REFERENTE À ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE

PROTÓCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS REFERENTE À ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE

(Adotado durante a XX Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos, em Assunção, Paraguai, em 8 de junho de 1990)

P R E Â M B U L O

Os Estados-Partes neste Protocolo.

CONSIDERANDO:

Que o Artigo 1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos reconhece o direito à vida e restringe a aplicação da pena de morte;

Que toda pessoa tem o direito inalienável de que se respeite sua vida, não podendo este direito ser suspenso por motivo algum;

Que a tendência dos Estados americanos é favorável à abolição da pena de morte;

Que a aplicação da pena de morte produz consequências irreversíveis que impedem a anulação e o erro judicial e eliminam qualquer possibilidade de segunda e reabilitação do processado;

Que a abolição da pena de morte contribui para assegurar proteção mais efetiva do direito à vida;

Que é necessário chegar a acordos internacionais que representem um desenvolvimento progressivo da Convenção Americana sobre Direitos Humanos;

Que Estados-Partes na Convenção Americana sobre Direitos Humanos expressaram seu propósito de se comprometer mediante acordo internacional a fim de conselhar e prática de não-aplicação da pena de morte no continente americano.

Convieram em assinar o seguinte

PROTÓCOLO À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS REFERENTE À ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE

Artigo 1

Os Estados-Partes neste Protocolo não aplicarão em seu território a pena de morte a nenhuma pessoa submetida a sua jurisdição.

Artigo 2

1. Não será admitida reserva alguma a este Protocolo. Entretanto, no momento de ratificação ou adesão, os Estados-Partes neste instrumento poderão declarar que se reservam o direito de aplicar a pena de morte em tempo de guerra, de acordo com o Direito Internacional, por delitos sumamente graves de caráter militar.

2. O Estado-Parte que formular essa reserva deverá comunicar ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, no momento de ratificação ou adesão, as disposições pertinentes de sua legislação nacional aplicáveis em tempo de guerra a que se refere o parágrafo anterior.

3. Esse Estado-Parte notificará o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos de todo início ou fim de um estado de guerra aplicável ao seu território.

Artigo 3

1. Este Protocolo fica aberto à assinatura e ratificação ou adesão de todo Estado-Parte na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

2. A ratificação deste Protocolo ou a adesão a ele mesmo será feita mediante o depósito do instrumento de ratificação ou adesão na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Artigo 4

Este Protocolo entrará em vigor, para os Estados que o ratificarem ou a ele aderirem, a partir do depósito do respectivo instrumento de ratificação ou adesão, na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

Assunção, Paraguai, 8 de junho de 1990.

À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 1994

(nº 330/93, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Ajuste sobre Cooperação e Intercâmbio de Tecnologia de Saúde, complementar ao Acordo Sanitário de 16 de julho de 1971, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Assunção, em 21 de julho de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Ajuste sobre Cooperação e Intercâmbio de Tecnologia de Saúde, complementar ao Acordo Sanitário de 16 de julho de 1971, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Assunção, em 21 de julho de 1992.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem modificação deste Ajuste, bem como quaisquer atos que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 258, DE 1993

Senhores Membros do Congresso Nacional,

De conformidade com o disposto no artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Ajuste sobre Cooperação e Intercâmbio de Tecnologia de Saúde, complementar ao Acordo Sanitário de 16 de julho de 1971, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, em Assunção, em 21 de julho de 1992.

Brasília, 11 de maio de 1993.

Legislação citada

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**FEDERATIVA DO BRASIL**

1988

TÍTULO IV**Da Organização dos Poderes****CAPÍTULO I****Do Poder Legislativo****SEÇÃO II****Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência executiva do Congresso Nacional

I – Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 142/MRE DE 22 DE ABRIL DE 1993, DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à apreciação de Vossa Excelência o texto, em anexo, do Ajuste sobre Cooperação e Intercâmbio de Tecnologia de Saúde entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, Complementar ao Acordo Sanitário de 16 de julho de 1971.

2. O Ajuste foi firmado em Assunção, no dia 21 de julho de 1992. Seus dispositivos ampliam e complementam o Acordo Sanitário celebrado entre os dois países na capital paraguaia, em 1971, estendendo seu âmbito de aplicação, entre outros campos, ao fortalecimento dos sistemas de vigilância sanitária e epidemiológica e à promoção de atividades conjuntas de prevenção e combate à cólera, dengue, AIDS e raiva.

3. O Ajuste Complementar dá ênfase, ainda, à necessidade de que os programas e as ações na área de saúde a serem desenvolvidos pelo Brasil e pelo Paraguai estejam em consonância com os compromissos assumidos por ambos os países no âmbito do Mercosul.

4. Nessas condições, elevo à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem que submete ao referendo do Congresso Nacional o texto do Ajuste Complementar.

Respeitosamente, – **Fernando Henrique Cardoso**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

AJUSTE SOBRE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIA DE SAÚDE ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, COMPLEMENTAR AO ACORDO SANITÁRIO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai
(doravante denominados "Partes"),

Considerando:

O disposto no Acordo Sanitário celebrado entre os dois países, em Assunção, em 16 de julho de 1971;

A política de cooperação implementada pelos dois países;

O espírito de integração que preside as relações dos países do Cone Sul,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O presente Ajuste Complementar tem por finalidade estimular a cooperação, o intercâmbio de tecnologia e a promoção de ações coordenadas, com vistas à prevenção dos problemas na área de saúde pública nos dois países.

ARTIGO II

A Parte brasileira designa, como entidade executora do presente Ajuste, o Ministério da Saúde, e a Parte paraguaia designa, com a mesma finalidade, o Ministério da Saúde Pública e Bem-Estar Social.

ARTIGO III

As Partes se comprometem a prestar colaboração recíproca nas seguintes atividades:

a) intensificação das atividades de prevenção de situações de risco, identificadas pelos dois países, como: malária, febre amarela, cólera, dengue, AIDS, raiva e outros males que afetem a saúde da população;

b) promoção do intercâmbio e desenvolvimento de tecnologia sanitária com vistas a satisfazer o atendimento necessário na área de saúde com eficiência e eficácia, em relação direta com os problemas prioritários de saúde em ambos os países;

c) fixação de normas e ações para a produção, controle e comercialização de medicamentos, princípios ativos, cosméticos, produtos biológicos, dispositivos médicos e produtos afins;

d) estabelecimento de um sistema de informação sobre saúde que possibilite aos países signatários do presente Ajuste acesso a conhecimentos técnico-científicos;

e) avançar com vistas a homologar e compatibilizar as normas sanitárias para a aplicação, pelos dois países, nas diversas áreas de saúde;

f) fortalecimento dos sistemas de vigilância sanitária e epidemiológica em todos os níveis, em especial no controle de migrantes e problemas de saúde de fronteira;

g) intercâmbio de experiências, recursos e ações em programas e projetos para proteção das pessoas em relação aos riscos de contaminação do meio ambiente;

h) incremento da cooperação em programas de alimentação e nutrição;

i) promoção de ações conjuntas para a prevenção dos riscos e redução dos danos que derivem de situações de emergência e catástrofes;

j) fomento da cooperação para o desenvolvimento dos recursos humanos na área de saúde;

k) desenvolvimento de programas conjuntos de promoção e prevenção na área de saúde e do intercâmbio de tecnologia educacional-sanitária empregados nos meios de comunicação social;

l) troca de conhecimento e experiências que possibilitem a cooperação para o desenvolvimento de modelos de atendimento, organização sanitária e de sistemas de saúde;

m) implementação de programas e ações que coincidam com os compromissos que possam vir a ser assumidos pelas Partes no âmbito do Mercosul e de instrumentos internacionais pertinentes; e

n) implementação de ações para o apoio e realização de projetos e programas específicos relacionados com as áreas estabelecidas no presente Ajuste.

ARTIGO IV

Com vistas à aplicação do presente Ajuste, as entidades executoras acordarão entre si os mecanismos de repartição de gastos, obtenção de financiamentos, tempo de duração dos programas e formas de intercâmbio de tecnologia necessários à coordenação global e à implementação desses programas e ações dele decorrentes.

ARTIGO V

As Partes se reunirão, pelo menos uma vez ao ano, alternadamente, em cada um dos países, para avaliar o desenvolvimento dos programas, considerar os problemas emergentes e propor soluções e ações corretivas para a execução do presente Ajuste.

ARTIGO VI

As Partes, num prazo de trinta dias, contados a partir da entrada em vigor do presente Ajuste, designarão seus representantes, que se encarregarão do intercâmbio das informações necessárias à sua implementação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO VII

Cada Parte notificará à outra, por via diplomática, do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias para a vigência do presente Ajuste, o qual entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data do recebimento da segunda notificação.

ARTIGO VIII

O presente Ajuste poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes, mediante Nota diplomática. Neste caso, a denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses após a entrega da referida notificação.

Feito em Assunção, aos 21 dias do mês de julho de 1992, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil – **C. E. Alves de Souza** – Pelo Governo da República do Paraguai, **Alex Frutos Vaesken**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

1. As Partes, conforme sua legislação interna, facilitarão e estimularão as atividades de prestadores de serviços turísticos.

cabar) agências de viagens, agências de consultoria e operadores turísticos, agências hoteleiras, linhas aéreas e companhias de navegação, principalmente, em projetos de quaisquer outros que possam gerar turismo receptivo sobre as Partes.

2. As Partes, por intermédio de seus organismos oficiais, farão intercâmbio de funcionários e técnicos de nível de turismo a fim de obter conhecimento mais amplo de infra-estruturas turísticas de cada país e, assim, ter a possibilidade de definir claramente os campos em que seja viável e conveniente a cooperação e a transferência de tecnologia.

ARTIGO IV Facilidades

Omnibus dos limites estabelecidos por sua legislação nacional, as Partes concederão-se-lhe, reciprocamente, todas as facilidades para intercâmbios e estâncias e movimentos turísticos dos grupos e o intercâmbio de documentos e de material de propaganda turística.

ARTIGO V Investimentos

Além de Partes promotoras e facilitadoras de acesso em caso de possibilidade, as Investimentos de capital brasileiro, chileno, ou conjunto em seus respectivos setores turísticos.

ARTIGO VI Programas Turísticos e Culturais

As Partes estimularão as atividades de promoção turística com a finalidade de incrementar o intercâmbio e dar a conhecer a imagem de seus respectivos países, participando de eventos turísticos, culturais, esportivos e educativos, organização de seminários, exposições, congressos, conferências, feiras e festivais de caráter nacional e internacional.

ARTIGO VII Pesquisa e Capacitação Turística

1. As Partes estimularão suas respectivas técnicas e facilitar intercâmbio de informação técnica e documentação em seguintes campos:

a) sistemas e métodos para capacitar e estimular pesquisadores em instituições sobre assuntos turísticos, com particular atenção ao que se refere a procedimentos para a operação e a administração hoteleira;

b) meios para pesquisadores, instrutores e especialistas;

c) programas de estudo para capacitação do pessoal que proporcionar serviços turísticos;

d) programas de estudo para pessoal de hotelaria, e

e) perfil ocupacional do emprego turístico.

2. Cada Parte desenvolverá ações que facilitem a cooperação entre profissionais de nível de ensino e fim de elevar o nível de seus técnicos no turismo e turismo e pesquisa e o nível de seus serviços em matéria de turismo.

3. Ademais, ambas as Partes estimularão suas respectivas atividades e proporcionarão de turismo e intercâmbios de nível de ensino e pesquisa por educação, intercâmbios e estudos de treinamento de suas Partes.

ARTIGO VIII Intercâmbio de Informação e de Estatísticas sobre Turismo

Além de Partes fornecer informações sobre:

a) seus setores turísticos e as atividades relacionadas com o turismo e com os projetos de desenvolvimento do turismo em seus respectivos países;

b) estudos e pesquisas relacionadas com a atividade turística e desenvolvimento turísticos periódicos, tais como revistas e relatórios;

c) a legislação vigente para a regulamentação das atividades turísticas; para a pesquisa e conservação dos recursos naturais e culturais de interesse turístico; para a classificação de estabelecimentos hoteleiros e empresas turísticas e outros.

2. As Partes farão a possível parte melhorar a conscientização e a compatibilidade de estatísticas sobre o turismo entre as duas partes.

3. As Partes fornecerão informações sobre o volume e as características do setor potencial do turismo turístico de cada país, inclusive métodos de controle de serviços públicos de que cada Parte apresentar disponibilidade.

4. As Partes reconhecerão que os parâmetros para medir a importância do turismo sobre turismo, econômicos e internacionais, estabelecidos pela Organização Mundial do Turismo, serão respeitadas para tal fim.

ARTIGO IX Organização Mundial do Turismo

1. As Partes reconhecerão o status da Organização Mundial do Turismo para desenvolver e promover a ação de medidas uniformes e de práticas recomendadas que, como estatísticas sobre turismo, facilitação e turismo.

2. As Partes reconhecerão as prioridades existentes relativas ao turismo de promoção e a participação na Organização Mundial do Turismo e suas ações, promoverão ações conjuntas com o objetivo de incrementar ações.

ARTIGO X Comitê

1. Toda a implementação do desenvolvimento do presente Acordo, de promoção e de avaliação dos resultados do mesmo, as Partes estabelecerão um Grupo de Trabalho Intergovernamental por ambas as partes, representantes de ambas as partes, ao qual poderão ser convidados membros do setor turístico privado e cuja finalidade será a de assegurar para o alcance dos objetivos deste Acordo.

2. O Grupo de Trabalho reunirá-se alternadamente no Brasil e no Chile, com a finalidade de avaliar as atividades realizadas no âmbito do presente Acordo.

ARTIGO XI Vigência

1. Cada uma das Partes notificará à outra o cumprimento dos procedimentos requeridos pelas respectivas legislações para a entrada em vigor do presente Acordo, e que ocorrerá na data da última notificação.

2. Este Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos e será automaticamente renovado por períodos de igual duração, salvo quando qualquer das Partes notificou por escrito de qualquer modo a sua renúncia, por via diplomática, com 3 (três) meses de antecedência.

3. O término do presente Acordo não afetará a realização dos projetos e projetos que tenham sido formalizados durante sua vigência, e sobre os quais as Partes tenham acordado.

4. A partir de sua entrada em vigor, este Acordo terá fim a vigência do Conselho de Cooperação Turística, firmado em Santiago, em 16 de outubro de 1970, entre a República Federativa do Brasil e a República de Chile.

Feito em Santiago de Chile, aos 20 dias do mês de março de 1993, em duas exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo cada texto igualmente autêntico.

Feito em Santiago de Chile, aos 20 dias do mês de março de 1993, em duas exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo cada texto igualmente autêntico.

Feito em Santiago de Chile, aos 20 dias do mês de março de 1993, em duas exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo cada texto igualmente autêntico.

À (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – *O Expediente lido vai à publicação.*

Os Projetos de Decreto Legislativo de nºs 13 a 16, de 1994, que acabam de ser lidos terão nos termos do art. 376, e do Regimento Interno, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o prazo de cinco dias para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá 15 dias, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre as proposições.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 1994

Dispõe sobre medidas de estímulo para o reequipamento de instituições dedicadas ao ensino técnico e tecnológico, bem como ao aprimoramento de recursos humanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Às pessoas jurídicas que doarem máquinas, equipamentos e insumos a Universidades, Centros de Tecnologia, Escolas Técnicas, Institutos de Pesquisas, Laboratórios Especializados e Núcleos de Informação Tecnológica existente no país, será assegurada redução do Imposto sobre a Renda correspondente ao valor dos bens doados.

Art. 2º A mesma redução será concedida em relação à importância despendida pelas pessoas jurídicas contribuintes em programas de formação ou aperfeiçoamento de recursos humanos, integrantes do quadro funcional das entidades referidas no artigo anterior.

Art. 3º Estará isento de qualquer tributo o equipamento que seja objeto de doação às instituições referidas no artigo 1º desta lei, ou de aquisição por estas mesmas pessoas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A evolução dos processos industriais envolve três campos fundamentais: a inovação tecnológica, a automação do processo e a reorganização industrial. A inovação tecnológica resulta do desenvolvimento de novas matérias-primas, novos produtos e novos processos de transformação industrial. A automação dos processos, que tem por objetivo aumentar a produtividade e reduzir os custos, abrange a automação das operações e automação dos transportes. A reorganização industrial baseia-se na reconstrução, por meio do computador, da estrutura lógica da empresa, com um fluxo de informações que permite gerar programas de gestão integrada, envolvendo compras, pedidos de clientes, processos de fabricação, ordens de fabricação, gestão de máquinas, controle de qualidade, controle de custos, fluxos de caixa, simulações técnico-comerciais, simulações econômico-financeiras, contabilidade geral etc.

Além de novos materiais de construção, lança-se mão de dispositivos óticos, pneumáticos, eletrônicos, fotoelétricos, acústicos, microeletrônicos, bem como dos princípios de novas técnicas como a Robótica e a Informática.

Para acompanhar os avanços da tecnologia é necessário atualizar tanto a infra-estrutura como o ensino ministrado nas Universidades, Centros de Tecnologia, Escolas Técnicas, Institutos de Pesquisas, Laboratórios Especializados e Núcleos de Informação Tecnológica existentes no país. A absorção dessas tecnologias só se dará através da profunda conexão de conhecimento nas áreas das ciências físicas e matemáticas com os conhecimentos da tec-

nologia industrial e da ciência da Informática, tanto no seu aspecto teórico como prático.

A proposta que apresento visa, portanto, a promover reequipamento das instituições anteriormente mencionadas, possibilitando também que as mesmas aprimorem seus próprios recursos humanos, de modo a ampliar e aperfeiçoar os serviços prestados por tais entidades.

Por todas essas razões é que entendemos a conveniência e a oportunidade da presente proposição, revestida, como se pode observar, de inegável interesse econômico e social.

Sala das sessões, 3 de março de 1994. – Senador **Albano Franco**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – Discussão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 1994

Cria o Programa Nacional de Adoção de Obras Sociais – PROADOTE –, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Adoção de Obras Sociais – PROADOTE –, com a finalidade de captar e canalizar recursos para obras sociais públicas e privadas nos seguintes setores.

I – atendimento à criança (0-6 anos) em creches e instituições assemelhadas;

II – atendimento a programas que visam retirar da rua e do abandono e promover o desenvolvimento de crianças (de 7 anos e mais) e adolescentes;

III – atendimento aos programas de combate à desnutrição, fome e miséria, em especial os programas de merenda escolar e outros tipos de complementação alimentar;

IV – atendimento aos programas de assistência aos idosos, assim como aos portadores de deficiência.

Art. 2º A adoção de obras sociais poderá ser feita por pessoas físicas ou jurídicas, com recursos próprios ou mediante dedução do imposto de renda, exclusiva para pessoas jurídicas, nos termos desta lei.

Art. 3º O contribuinte do Imposto sobre a Renda, Pessoa Jurídica, poderá deduzir, a partir de 1º de janeiro de 1995 e até o limite de 5% do imposto devido, o valor das doações realizadas para a adoção de programas mencionais no art. 1º desta lei nos municípios em que se localiza a sede da empresa ou um de seus estabelecimentos.

§ 1º O contribuinte só poderá deduzir do imposto de renda despesas de adoção efetivamente realizadas ao longo do ano, sendo proibido a dedução por antecipação de despesas programadas para o ano ou meses seguintes.

§ 2º O limite de 5% pode ser ampliado para, no máximo, 10% se o contribuinte colocar, nos 5% adicionais, 0,5% de seus próprios recursos para cada 1% de recursos deduzido do Imposto sobre a Renda.

§ 3º Os valores máximos de dedução de que trata este artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República.

§ 4º Os benefícios previstos nesta lei não excluem ou reduzem outros benefícios ou abatimentos e deduções em vigor.

Art. 4º Para gozo dos benefícios concedidos por esta lei, o Programa Nacional de Adoção de Obras Sociais – PROADOTE –, orientar-se-á pela seguinte sistemática:

I – Por iniciativa do contribuinte ou da obra social, estabelecer-se a adoção de uma obra ou de um programa por meio de um convênio próprio a ser normatizado pelo Conselho Nacional de

Serviço Social ou pelo seu sucedâneo, no qual constarão os seguintes itens:

- a) objeto específico (atividades a serem custeadas pelo contribuinte-adotante);
- b) qualificação das partes convenientes responsáveis para viabilizar a adoção e competentes para responder em juízo;
- c) prazo de duração do convênio;
- d) valores de contribuições;
- e) sistema de prestação de contas;
- f) sistema de avaliação de resultados.

II – A adoção de obra social compreende a assunção de responsabilidade por toda a obra ou por parte dela, nos termos do convênio referido no inciso anterior.

III – Sem prejuízo de outras instituições da mesma natureza, são objeto de adoção as seguintes obras sociais que desenvolvam programas constantes do art. 1º desta lei:

- a) creches e instituições assemelhadas;
- b) instituições de atendimento de crianças e adolescentes sem lar;
- c) instituições de atendimento permanente a deficientes físicos e mentais;
- d) instituições de atendimento ao idoso;
- e) entidades assistencialistas e programas que atuam no combate à fome;
- f) programas de combate à desnutrição de gestantes, nutrízes e crianças em idade pré-escolar;
- g) programas de merenda escolar.

IV – Nos termos do convênio estabelecido entre as partes, a obra adotada fornecerá ao contribuinte-adotante relatórios periódicos de avaliação da adoção, assim como os recibos para as respectivas deduções fiscais, com cópias à Secretaria da Receita Federal ou ao órgão por ela designado.

Art. 5º Caberá ao Conselho Nacional do Serviço Social ou ao seu sucedâneo a elaboração de normas de credenciamento e controle dos projetos de adoção nas suas áreas de competência.

Art. 6º Por proposta do Conselho Nacional do Serviço Social ou seu sucedâneo, a autorização do credenciamento e controle dos projetos de adoção será repassada a órgãos dos níveis estadual e municipal, inclusive, com a participação de representantes de associações não-governamentais.

Art. 7º A adoção não poderá ser efetuada a pessoas ou instituições vinculadas ao contribuinte.

Parágrafo único. Considera-se pessoa ou instituição vinculada ao contribuinte:

- a) a pessoa jurídica da qual o contribuinte seja titular, administrador, acionista, ou sócio à data da operação ou nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores;
- b) o cônjuge, os parentes até 3º grau, inclusive os afins, e os dependentes do contribuinte ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao contribuinte nos termos da alínea anterior;
- c) o sócio, mesmo quando outra pessoa jurídica.

Art. 8º Nenhuma adoção poderá ser feita através de intermediários, inclusive as pessoas ou instituições que eventualmente se envolverem na preparação de projetos de adoção.

Parágrafo único. A intermediação ou corretagem de projetos de adoção sujeitará o contribuinte, a obra social e os intermediários ou corretores a processo-crime, com pena de reclusão de (2) dois a (6) seis meses e multa.

Art. 9º Obter redução do Imposto sobre a Renda, utilizando-se de meios fraudulentos, constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) meses e multa proporcional à renda sonegada.

Art. 10 A não utilização dos recursos recebidos nos termos do convênio assinado entre as partes sujeita a obra social e o contribuinte-adotante às mesmas penas do artigo anterior.

Justificação

O Brasil passa pela mais grave crise social de sua história. A deterioração da capacidade financeira do Estado e a prolongada recessão econômica têm grande responsabilidade na situação de abandono em que se encontram crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Hoje em dia, a violência, as injustiças e o desrespeito humano convivem com os segmentos da sociedade sujeitos à pobreza, fome e miséria. O Brasil é manchete diária na imprensa estrangeira como o país do abandono e da violência incontroláveis.

Por sua vez, os programas sociais do governo voltados para o social carecem de recursos para atender a tão gigantesco problema. Está faltando um mecanismo para engajar a sociedade nessa cruzada de redenção dos que mais sofrem e, com isso, estancar o dilaceramento do tecido social, hoje, em franca progressão.

O presente projeto de lei tem exatamente essa finalidade.

1. Ele abre a possibilidade para as empresas exercerem a sua função social e fazerem doações para entidades que cuidam das pessoas que passam por forte crise de sobrevivência mediante dedução do imposto de renda até o limite de 5%, sem contrapartida e, 10% se houver 2,5% de contrapartida.

2. A nova sistemática estimula os empresários a adicionarem recursos próprios na adoção de obras sociais – entendendo-se que, nesses recursos, estão incluídos também a competência administrativa das empresas que procurarão elevar a produtividade e a eficiência das obras adotadas.

3. Essa lei vinculada a dedução do imposto de renda à adoção de obras sociais no município em que se localiza a empresa ou um de seus estabelecimentos elevando, com isso, o interesse dos empresários em minorar os problemas sociais na área em que atuam.

4. O projeto que se inspira nas experiências de "adoção" já realizadas no Brasil abre uma nova avenida de entrosamento das empresas com a comunidade de forma contínua, pois, mantendo-se o estímulo, garante-se a participação das empresas.

Com isso, inaugura-se uma sadia articulação entre o financiador e o executor da obra social. Inicia-se, dessa forma, uma via concreta para o exercício da cidadania do empresariado brasileiro no socorro dos que mais precisam.

Para evitar eventuais desvios, o projeto impõe critérios rigorosos de credenciamento e fiscalização. Impõe também que a administração da adoção seja descentralizada, ampliando-se a alçada das unidades estaduais e municipais responsáveis pela arrecadação e fiscalização do imposto sobre a renda. Competirá a elas credenciar e fiscalizar a articulação que vier a ser estabelecida entre empresa e instituição social.

O Brasil passa a mobilizar e aplicar bem uma apreciável quantidade de recursos adicionais para a área social. Ao mesmo tempo, o país passa a privilegiar o uso de formas descentralizadas de administração das obras sociais no pressuposto de que, quanto mais perto do usuário, melhor é a capacidade de controle dos referidos programas. Ou seja, a redução de impostos é mais do que compensada pelo atendimento direto e certamente mais barato por que será feito pelas obras sociais amparadas pelas empresas. Afinal, diminuir a pobreza, a fome, a miséria e a violência é uma necessidade inadiável para o bem da ordem social e a boa imagem do Brasil no exterior. Tanto melhor se isso puder ser feito de modo barato e com responsabilidades compartilhadas como se propõe neste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Os projetos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há algum tempo veio ter às minhas mãos projeto de lei do Senador Jarbas Passarinho no qual S. Ex^a propunha a adição de vitaminas ao leite e ao açúcar.

Procurei com muito cuidado estudar o tema, haja vista que os propósitos são nobres mas, às vezes, as dificuldades técnicas são de certa forma pouco contornáveis. Decidi, então, ouvir técnicos em alimentação, em engenharia de alimentos, aqueles que produzem alimentos aos quais deveriam ser adicionados vitaminas: na prática, os produtores de leite e de açúcar.

Eis que no decorrer dos meus estudos chegam a esta Casa projetos similares do Senador Julio Campos e Marco Maciel, respectivamente, que tratam também de adição de micronutrientes aos alimentos como forma de solucionar, em parte, questões relacionadas com a desnutrição de considerável parcela da população.

Confesso que, *a priori*, nossa posição foi de entusiasmo ante o fato. Contudo, Sr. Presidente, algumas alterações precisavam ser feitas de acordo com a realidade nacional. Por exemplo, pedia-se para colocar um sal iodado no sal de cozinha. Ora, isso já existe; há portaria do Ministério da Saúde que há longos anos orienta a adição de iodado de potássio ao sal, o que de certa forma veio diminuir, e muito, nas regiões mediterrâneas do Brasil, principalmente do Brasil-Central, o volume dos bócios que aqui eram encontrados a *longa manu*.

Em meu parecer naquela ocasião, chamei a atenção para o fato de que não seria por força dessas iniciativas que tais questões encontrariam solução. Na verdade, a predominância de fatores estruturais de inegável profundidade determina a miséria em que se encontra uma parte significativa da população brasileira. As estatísticas apontam a existência de 64 milhões de brasileiros pobres, dentre os quais se encontram 32 milhões de indigentes: um retrato vivo da inoperância administrativa ou do descuido das políticas de governo, em cujas mãos estaria a decisão imediata de garantia de padrões de vida menos vergonhosos aos olhos das sociedades das demais nações.

Em que pese, no entanto, ao reconhecimento de todo esse descaso, os projetos em exame resguardam o interesse de, pelo menos, restringir tamanha miséria a fatores não-alimentares. Os dados estatísticos apresentados revelam que 44% dos brasileiros são constituídos de pessoas pobres e que 23% são indigentes. Em decorrência disso, 30% dos menores de cinco anos são desnutridos crônicos, ou seja, em cada três crianças uma se inclui nesse vergonhoso patamar.

A FAO recomenda 2.242 calorias e 53g de proteína *per capita*, como dentro dos padrões mínimos exigidos. Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o potencial de que o Brasil dispõe é de 3.280 calorias e 87g de proteínas, isto é, 46% e 64% a mais em relação ao proposto por aquele organismo internacional. Como se observa, a decisão de corrigir o problema encontra respaldo na própria realidade oferecida pela natureza e pela tecnologia de produção alimentar.

A questão de fundo, como se pode ver, é estrutural, com raízes na complexidade do quadro sócio-econômico.

As estatísticas da miséria social vão além. Em torno de 13 milhões de brasileiros adultos - quase 16% - possuem baixo peso. Cerca de 25% dos idosos, num universo de 1,3 milhão de pessoas,

com renda inferior a meio salário mínimo, apresentam baixo peso. Esse número desce para 10% entre os de renda superior a dois salários mínimos. A área rural e as regiões pobres, com destaque para o Nordeste, concentram a desnutrição, fruto da miséria e do descaso do setor público.

Foi essa a perspectiva que orientou a elaboração dos projetos que tive a honra de examinar. As recomendações por eles oferecidas encontram amparo em determinações similares de órgãos e organismos nacionais e internacionais. As sanções previstas para quem descumpra a lei quanto à adição dos micronutrientes nos níveis indicados são a garantia de sua eficácia.

Ocorre, no entanto, Sr. Presidente, em nosso País, especialmente no interior longínquo, uma realidade que não pode passar despercebida aos olhos do legislador.

No caso específico do leite, é sabido que a sua distribuição é feita diretamente pelo produtor ou por pequenas cooperativas servidas por unidades de processamento de baixa capacidade. Assim, negar-lhe a comercialização, e à população, o acesso ao leite, por força das restrições contidas nos projetos, em muitos casos intransponíveis do ponto de vista técnico e econômico, seria tão inconveniente, sob a perspectiva nutricional, quanto desconhecer o elevado alcance das iniciativas.

Por isso busquei uma redação que considerasse a existência de microusinas responsáveis não só pela produção como pela comercialização de leite a varejo. Aproveitei também a riqueza de sugestões presentes nos três projetos para oferecer, finalmente, um substitutivo para exame daquela Comissão.

Concluída a tarefa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, julgo-me no dever de tecer algumas breves considerações acerca de um ponto relativamente importante. Ao recomendar, em meu substitutivo, a adição de vitamina A ao açúcar, confesso que, ao fazê-lo, tive plena consciência da ocorrência de entraves técnicos capazes de transtornar a completa viabilidade daquela determinação.

Em verdade, a experiência internacional relativa ao assunto restringe-se à Guatemala, segundo fui informado, onde inexistia um controle efetivo necessário à avaliação de sua eficácia.

Devo dizer, Sr. Presidente, que a Guatemala - que se diz carente de vitamina A - decidiu colocar uma dosagem suplementar de vitamina A no açúcar. Ora, a vitamina A é uma vitamina dita lipossolúvel, quer dizer, ela se dissolve na gordura. Então, o que se fez na Guatemala? Procedeu-se a uma usina artesanal que torna bem improvável determinar-se qualquer concentração de vitaminas. O processo consiste em fazer-se escorrer sobre o açúcar um óleo que contém vitamina A, sendo misturados num eixo sem fim. Ao final, aquele açúcar, embebido daquele óleo que continha vitamina A, após algum, deixava um sedimento do óleo nas partes inferiores do seu receptáculo.

Além do mais, este procedimento veio encurtar, em muito, a vida útil do açúcar, haja vista que fica rançoso, pois ocorre a oxidação do óleo, e ninguém vai comer açúcar rançoso, além de o açúcar com a vitamina A turbar os meios líquidos nos quais se procura dissolver esse açúcar.

Existe ainda uma série de problemas de ordem técnica que não foram devidamente sanados. Aqui, no Brasil, um determinado laboratório multinacional se propôs a fazer a pré-mistura, que mantém como segredo tecnológico, para fornecer às empresas produtoras de açúcar, que, a seguir, o colocariam no mercado.

Fala-se da possibilidade de se encontrar uma vitamina A desidratada através de ar quente, que perderia, em muito, o seu conteúdo lipídico-gorduroso, mas que lhe permitiria uma melhor homogeneização.

A homogeneização tem variado 18% a 25% em média no teor de vitamina A adicionada. O seu aspecto deixa muito a dese-

jar, o açúcar fica escurecido e há a presença de uma série de grupos esbranquiçados. Tive oportunidade de ver isso na COPERSUCAR, quando acompanhei o desenvolvimento da pesquisa tecnológica para que essa companhia pudesse atingir essa exigência.

Como se observa, Sr. Presidente, é bastante duvidosa, do ponto de vista comercial, a relação custo-benefício quanto ao fortalecimento do açúcar pela vitamina A. Ao mesmo tempo, torna-se imprescindível, face ao quadro de desnutrição em que se encontra parcela significativa da população, que se encontrem meios de operacionalização do projeto, de modo a não alterar as características nutricionais do açúcar, nem a sua aparência, nem o seu preço ao consumidor.

Chamo a atenção desse fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não fazendo a defesa dos produtores de leite e dos produtores de açúcar, porque eles serão fatalmente penalizados com esse projeto, terão que se adaptar rapidamente e apresentar o mínimo de vitaminas A e D e ferro em seus produtos, sem que tenhamos condições nem tecnologia para tanto.

Uma coisa que me chamou a atenção, e não faz parte desse projeto, deu-me uma idéia interessante: verifiquei que existem uns *ruffles*, uns biscoitos distribuídos na América Latina, que têm um conteúdo de mebendazol. São biscoitos gostosos, achocolatados, distribuídos nas escolas e as crianças ficam satisfeitas em comê-los. E o resultado é que elas são vermifugadas ao se alimentarem desses biscoitos.

Acredito que se preparássemos a merenda e os alimentos de uso mais corriqueiro com produtos que vermifugassem, sem essa preocupação de forçar a que elementos outros fossem acrescentados ao leite – quando o distribuidor ou pequeno produtor vai entregá-lo diretamente ao consumidor – ou ao açúcar, já que o seu produtor vai ver a sua produção ser jogada fora, já que ele se torna inútil pela rancificação, teríamos feito um trabalho mais efetivo, ou, talvez, não aprovássemos isso agora, esperássemos mais um pouco o desenvolvimento tecnológico e, nesse ínterim, estaríamos fazendo uma campanha de melhor alimentação.

Está provado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a melhor fonte de vitaminas e sais minerais estão nos alimentos que consumimos. O importante é que saibamos nos alimentar bem e não muito.

Devemos levar para o sertanejo, por exemplo, o hábito de se comer frutas, pois ele não as planta, nem as consome, perdendo assim uma fonte notável de vitaminas. O sertanejo faz a sua complementação protéica com queijo de coalho e rapadura, mas não toma o leite *in natura*, que tem vitamina e cálcio.

A falta de ferro pode ser suprida das mais diversas formas, através de verduras ou com a distribuição de quando em vez do sulfato ferroso, que é um sal de boa absorção, comprovado no mundo inteiro e ainda não foi superado para tratamento das anemias ferroprivas.

Poderíamos fazer uma série de coisas, as quais completariam este projeto e não obrigariamos nossa indústria a procurar uma tecnologia que não existe no mundo até agora, e assim evitaríamos fazer um mercado cativo para uma multinacional, que nos venderia a sua vitamina A, dentro de uma fórmula secreta, a ser dissolvida ou misturada ao açúcar a ser distribuído.

O Sr. Carlos Patrocínio – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Ouço V. Exª com muita honra.

O Sr. Carlos Patrocínio – Nobre Senador Francisco Rollemberg, V. Exª aborda um tema de importância fundamental, ao chamar a atenção dos governantes do nosso País no sentido de

procurar aprimorar a alimentação de nosso povo. Sabemos que no Nordeste e até nas regiões mais desenvolvidas do País tem surgido uma verdadeira sub-raça, denominada de "homem gabi", resultado da deterioração da raça pela subnutrição. Ontem, discutíamos com o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a marcação de produtos por segmentos oligopolizados, cartelizados da economia, muito acima da inflação. V. Exª sabe que o povo brasileiro tem a mania de comprar vitaminas nas farmácias. Compram suplemento vitamínico mineral e, talvez, as vitaminas sejam os medicamentos mais vendidos, porque são adquiridos até sem receita médica. Tornou-se mania comprar vitaminas. Nobre Senador Francisco Rollemberg, o projeto de V. Exª é de suma importância quando chama a atenção das autoridades para esse consumo indiscriminado de vitaminas. Todos sabemos, e V. Exª aborda com muita propriedade, alerta para isso, que o povo brasileiro, principalmente onde existem mais terra para o plantio, não cultiva nem as frutas, que são ricas em vitaminas A, C, complexo B e não tomam o leite *in natura*, rico em vitamina D. Este tema abordado por V. Exª tem que ser mais discutido, mais aprofundado e mais analisado à luz da real necessidade da população brasileira. Parece haver, hoje, um contraste no Brasil: estamos desenvolvendo uma raça apurada e uma sub-raça. Se V. Exª olhar para um determinado tipo de classe social, média e alta, os jovens que dela fazem parte parecem ser bem mais fortes, mais robustos, mais rígidos, mais altos que os pais, ou seja, são uma raça aprimorada. Tenho certeza de que V. Exª tem filhos com estatura superior à sua, como também meu filho, de dezessete anos, está mais alto que eu. Isso tem acontecido e chama a atenção dos pais. Assim, estamos criando duas raças no Brasil: não diria super-raça, mas uma raça adequada, de acordo com o que sonhamos e, em contrapartida, uma sub-raça, que prolifera, também, em grande escala no nosso País. V. Exª está de parabéns, pois aborda um tema que merece profundas reflexões, um estudo apurado por parte dos membros do Parlamento nacional. Tenho a certeza de que o Presidente, que as autoridades governamentais haverão de copiar isso, porque praticamente copiamos tudo. V. Exª abordou até o fato de bolachas estarem sendo fabricadas em alguns países, contendo um vermífugo, o mebendazol, e isso é muito importante. Elas só não podem ser usadas indiscriminadamente, mas sua administração ocasional evita que se forcem crianças a tomar remédios de gosto ruim, apesar de que, hoje, isso não exista, porque se soube aprimorar as fórmulas. Assim, gostaria de me congratular com V. Exª, dizendo que deveremos nos debruçar sobre essas propostas para facilitar, para suscitar ao Governo a necessidade de se instituir qualidade na alimentação do povo brasileiro, principalmente das crianças.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Agradeço a V. Exª, nobre Senador Carlos Patrocínio, que fala com conhecimento de causa, médico competente que é.

Nobre Senador, estamos vivendo uma época de grande ênfase às vitaminoterapias. Os laboratórios estrangeiros ocupam literalmente o mercado nacional e podemos verificar que todas as casas ditas de importação são mais farmácias de remédios estrangeiros.

Sabemos que as vitaminas têm o seu valor e que são meras catalisadoras das reações bioquímicas que compõem a estrutura do corpo humano. Caso ele não receba proteínas, glicídios, lipídios, evidentemente não haverá, evidentemente, desenvolvimento orgânico.

V. Exª menciona a estatura de nossos filhos, que são altos, mas eles nunca tomaram vitaminas, apenas alimentaram-se bem.

É preciso mudar essa filosofia da vitaminoterapia para alimentoterapia, para proteinoterapia, quer dizer, alimentar-se de car-

ne, ovos, leite, queijo, requeijão ou o que for que traga esses componentes. Nesse caso, teríamos a devida complementação alimentar necessária. Não vamos fazer ninguém crescer tomando açúcar com vitamina A. Não tenha dúvida disso! Não vamos fazer ninguém crescer tomando leite em pó com ferro. Já tivemos um produto, se não me engano, chamado Eledon, que era terrível. Só os recém-nascidos tomavam-no, porque o seu paladar não era apurado. Mas não há ninguém que tome ou que goste de tomar esse medicamento, porque o leite torna-se escuro, cinzento e de gosto amargo.

Temos que esperar o desenvolvimento tecnológico, mas o mais importante é que levemos à população, talvez através de pregações públicas, de proselitismo na área da Saúde, explicações de como deve ser a alimentação correta. Só assim teremos o povo brasileiro sem essas carências.

Não temos problemas iguais aos da Guatemala. Produzimos uma série de produtos com grande concentração de vitamina A. Todos no Brasil têm um mamoeiro no fundo de seu quintal, que é uma fonte riquíssima de vitamina A, têm um pé de laranja ou algo parecido. Por conseguinte, temos uma suplementação riquíssima e saborosa que estamos acostumados a comer.

O que estamos fazendo? Criando um açúcar desagradável, que vai ficar rançoso, obrigando os pequenos produtores de leite a cumprirem uma lei que não têm a menor condições de seguir, pois eles não saberão como dosar adequadamente a vitamina A. Isso seria um trabalho somente para as grandes cooperativas, depois de um estudo apurado e de uma fiscalização técnica, científica, comprovada e idônea, caso contrário será mais uma lei inútil.

Vou dar um parecer favorável: não posso ser contra isso, mas confesso que acredito que seja uma daquelas leis que não vai pegar, não pode pegar, porque não podemos ter a veleidade de querermos fazer no Brasil aquilo que o mundo ainda não conseguiu fazer. Não há tecnologia para isso.

Recordo-me, quando do exercício da minha profissão médica, de que surgiu no mercado uma vitamina, chamada Viamite, e que se dizia ser hidrossolúvel. Não sei por que, de repente, esse produto desapareceu do mercado, não interessou a ninguém vender a tal vitamina hidrossolúvel. Talvez uma perspectiva de futuro, uma análise teleológica tenham concluído que, se vendessem a vitamina hidrossolúvel, não venderiam a lipossolúvel, que tinham em maior quantidade. Sendo assim, retiraram-na do mercado.

De repente vejo um projeto desse tipo, da maior seriedade, da maior profundidade, mas, acredito eu, que será uma daquelas leis que dificilmente irá pegar pela sua inexecutabilidade.

O Sr. Magno Bacelar – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Concedo o aparte ao nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar – Inicialmente quero cumprimentá-lo, porque somente a sensibilidade de médico e humanista que V. Exª tem, e que muita honra esta Casa, poderia levá-lo, como sempre, a um tema tão importante. Eu observava o aparte que me precedeu e preocupava-me realmente, nobre Senador, com o fato de que, infelizmente, neste País podemos referir-nos a uma super-raça ou a uma supersafrã de jovens superdotados, bem alimentados, quando a grande maioria neste País é de miseráveis e de famintos. Isso é assustador. Mas há algo ainda mais assustador, nobre Senador, e por isso pedi permissão para interferir no discurso de V. Exª. Ontem eu defendia aqui um projeto que procurava a equivalência preço/produto para a cesta básica. Este é um País que não se

preocupa, infelizmente, com a saúde dos seus cidadãos. Até hoje não saíram os recursos para pagamento das internações de hospitais; até hoje este País não conseguiu atingir o nível ideal de vacinação, de prevenção. Esquecem os seus governantes que é muito melhor prevenir do que ter a despesa da cura. Mas, entra ano sai ano, Presidentes, planos e projetos, planos de emergência social, a educação, a saúde, a moradia popular... é o auge, é o ápice do desencanto da população brasileira! Ao abordar um tema dessa importância, esta Casa deveria estar lotada para ouvi-lo. Deveriam estar aqui sobretudo os ouvidos do Governo para se sensibilizar e se comprometer com os grandes ideais que V. Exª defende. Parabéns a V. Exª

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG – Senador Magno Bacelar, fico muito sensibilizado com seu aparte. V. Exª confirma o desapareço, o descuido que existe, no que diz respeito a dois pontos capitais neste País: a educação, que vai ter os seus investimentos reduzidos e o Ministério da Saúde, que é uma ficção, que não tem dinheiro nem para fazer as ações básicas de saúde.

Veja V. Exª: os nossos filhos não foram hospitalizados até hoje e já estão quase adultos, mas os filhos dos nossos conterrâneos começaram a sua vida nos berçários e até hoje freqüentam os hospitais. Estão lá! Começaram desidratados e famintos! Foram colocados nos berçários para que pudessem ser alimentados e sobrevivessem. Voltaram pelas verminoses, pela desnutrição, pela diarreia, pelas doenças cutâneas devido a uma série de produtos, por hérnias, pela fragilidade muscular que têm pela deficiência de proteínas.

Ora, Sr. Presidente, V. Exª me adverte que devo terminar, mas é preciso que se diga algo. Quando falta verba para o Ministério da Saúde, quando não se faz um programa de alimentação sério no País, quando se implanta a URV, que ninguém sabe bem o que é, quando o Governo, na prática, engessa o salário, quando diz que as tarifas não serão aumentadas, quando todos ganharão, se não menos, a mesma coisa e recebemos na calada da noite o aumento de quarenta e poucos por cento com os 5% da tarifa de luz. Vai ser a exaustão da classe média. Vai ser a exaustão dos pobres, que, sendo assalariados, ganhando pouco, já não podem alimentar-se; não vão poder também doravante ter suas casas com luz para que possa gozar o prazer do rádio, da televisão. E, certamente, se assim continuar, terão de cortar a água de suas casas; terão de fazer um poço artesiano em seu fundo de quintal; terão de pegar água nos tanques e nos poços que possam ainda ter água, voltando a um primitivismo doloroso pela insensibilidade, inconsciência e inconsequência de quem, tendo nascido sempre bem, não sabe o que foi ter nascido mal, pobre e necessitado.

Sr. Presidente, este País precisa dar uma volta por cima. Este País precisa – Deus há de nos ajudar para isso – no futuro, de um Presidente cujas raízes, cujas origens tenham perpassado e mergulhado na pobreza e na miséria, tenha sentido na sua própria carne a necessidade de comer, vestir, dormir até, porque às vezes nem se dorme de tanta preocupação. E este Presidente, então, assim caldeado, cozinhado, fermentado no sofrimento e na vivência do dia-a-dia, poderá dar a este País aquilo que esperamos. Não é que aqueles outros não tenham sensibilidade, mas para se saber da dor é preciso senti-la; e aqueles que nunca sentiram a dor e a necessidade certamente não serão os médicos ideais para tratar daquelas dores, daquelas necessidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ora, quero fazer uma breve reflexão sobre a estabilização e a sucessão presidencial.

Gostaria de relembrar que, logo após ter sido designado para o Ministério da Fazenda pelo Presidente Itamar Franco, o Ministro Fernando Henrique Cardoso veio fazer uma visita à Casa a que pertence, o Senado Federal. Houve, então, um diálogo entre cerca de 20 Senadores, os Líderes em especial, e o Ministro Fernando Henrique, na sala do Presidente do Senado Federal, Senador Humberto Lucena.

Diversas considerações ali foram tecidas pelos Senadores, em diálogo com o Ministro Fernando Henrique. Tive a oportunidade de lhe colocar, como companheiro no Senado Federal, como pessoa que muitas vezes esteve batalhando junto com S. Ex^a por propósitos comuns – havendo algumas diferenças, na medida em que eu aqui era o representante do Partido dos Trabalhadores e S. Ex^a era um membro do PSDB –, a seguinte reflexão: para que S. Ex^a tivesse sucesso como Ministro da Fazenda seria importante que tivesse o propósito de continuar, até o fim do Governo Itamar Franco, como Ministro da Fazenda. Avaliava eu, então, que, diante da responsabilidade maior que assumia, por enfrentar os problemas de combate à inflação, de retomada do crescimento, de melhoria da distribuição da renda, fazia-se necessário que S. Ex^a assumisse o compromisso, a disposição de permanecer até o final do Governo; e que, S. Ex^a assim o fazendo e tendo sucesso nos seus objetivos, seria natural até que o novo Presidente da República, qualquer que fosse ele, o convidasse para permanecer no Governo, inclusive como um dos principais responsáveis, senão o principal, pela condução da política econômica, obviamente com modificações que decorreriam da chegada de um novo Presidente. Mas haveria, sem dúvida, um certo reconhecimento, se sucesso houvesse na condução da política econômica.

Desde aquela semana que ingressou no Ministério, até hoje, a inflação aumentou da casa dos 26, 27% para a casa dos 40%.

Foi em 7 de dezembro que o Governo anunciou o Programa de Estabilização, sendo a sua primeira fase a introdução do Fundo Social de Emergência; a segunda fase, a implantação da URV; e, a terceira fase, a substituição do Cruzeiro Real pelo Real, que adviría da URV.

Agora, que estamos no meio do caminho, vem o Ministro da Fazenda, a esta altura, dizer: "Ou aceitam a medida provisória que institui a URV praticamente como está, ou saio e me candidato à Presidência da República".

Quero dizer que não considero essa atitude a melhor em relação ao Congresso Nacional. A atitude mais adequada é a de um Ministro que está disposto a dialogar com o Congresso Nacional sobre melhorias que possam ser adotadas nas segunda e terceira fases desse Programa de Estabilização.

O SR. MAGNO BACELAR – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com muita honra, Senador Magno Bacelar. Gostaria apenas de concluir esta reflexão.

Quero assinalar que o próprio Ministro da Fazenda – segundo ainda ontem revelou aos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, que lá estiveram com S. Ex^a para dialogar sobre o Plano – tinha a perspectiva, originalmente, de não tornar os salários compulsoriamente definidos pelo Programa de Estabilização. Era sua intenção que todos os agentes econômicos – empresários e trabalhadores – viessem a abraçar voluntariamente a URV, em função das suas vantagens. Entretanto, S. Ex^a mesmo avaliou que

precisaria delimitar, disciplinar o comportamento dos salários através dessa medida.

Pois bem, se o próprio Ministro, entre 7 de dezembro e 28 de fevereiro, modificou o Plano, se no próprio diálogo com o Ministro do Trabalho, ainda no último final de semana, modificou o Programa de Estabilização Econômica, como não vai aceitar mudanças no diálogo com o Congresso Nacional? É responsabilidade do Congresso Nacional propor mudanças no Programa de Estabilização, em especial quando o próprio Ministro da Fazenda, a exemplo do que ocorreu ontem, reconhece que o seu Plano visa apenas à estabilidade dos preços, através de uma sistemática que praticamente deixa no congelador, por algum tempo, a questão da distribuição de renda no País.

Consideramos muito inadequada – ou melhor, péssima – a distribuição de renda no País, e o Sr. Ministro reconhece isso. S. Ex^a também reconhece que o valor do salário mínimo só é suficiente para manter as pessoas que o recebem num padrão de vida muito baixo e extremamente impróprio, inclusive para o próprio grau de desenvolvimento do País.

Assim, faz-se necessário que o Governo Itamar Franco venha a combater a inflação, venha a dar tanta prioridade para a estabilidade dos preços como quanto para o combate à miséria e para a melhoria da distribuição de renda no País.

Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar – Agradeço a V. Ex^a e peço permissão para interferir, exatamente porque V. Ex^a convidou para uma reflexão. Nobre Senador Eduardo Suplicy, é estarrecedora a mudança do Ministro Fernando Henrique Cardoso – de origem parlamentar, saído desta Casa – com relação ao Congresso. O Plano – que, no meu entendimento, é muito mais um plano de marketing do que um plano econômico, como já falei outras vezes –, tem sido instrumento do Ministro, que tem tido deste Congresso todo o apoio, em todos os momentos. Jamais houve um Ministro com tanto apoio do Parlamento brasileiro. No entanto, S. Ex^a sempre traz a culpa para o Congresso. Esse é o programa do "se": se modificarmos, S. Ex^a não aceita, não permanece no Ministério. Não querendo mais atrapalhar o discurso de V. Ex^a, finalizo dizendo que acredito tanto na permanência do Ministro Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda quanto no sucesso do seu Plano. S. Ex^a não engana mais ninguém com a mídia que tem utilizado. O programa é o pré-lançamento de sua candidatura e o País já tem consciência disso. Espero que S. Ex^a seja bem sucedido, mas que esqueça o Congresso como sua vítima para o insucesso do Plano. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agradeço as suas considerações, Senador Magno Bacelar, mas gostaria de transmitir que permaneço com a mesma convicção que externei por ocasião da visita do Ministro da Fazenda, recém-empossado. Inclusive o Senador Pedro Simon, à época, comentou que S. Ex^a deveria ter como objetivo servir o Governo Itamar Franco até o final.

Claro que considero como pleno direito do Ministro Fernando Henrique Cardoso ser candidato a Presidente, assim como de Leonel Brizola, Lula, Pedro Simon, Antônio Britto, Orestes Quêrcia, Tasso Jereissati, Antônio Carlos Magalhães, Paulo Maluf, Esperidião Amin, Jarbas Passarinho, ou de quem quer que seja.

Inclusive, o jornal O Estado de S. Paulo anuncia hoje que o Ministro Fernando Henrique Cardoso teria uma preferência nas pesquisas de opinião já da ordem de 12%, e está sendo alentado por proclamações de membros do PFL, como os Deputados Inocêncio de Oliveira e Luís Eduardo, que gostariam até de se juntar a Fernando Henrique e ao PSDB.

Acredito que há uma opção clara e vou aqui externá-la. O PFL pisca olhos para Fernando Henrique e este pode piscar olhos para esse lado liberal, mais conservador. É uma opção que faz. Agora, o Ministro pode também se juntar ao lado que historicamente tem uma visão mais progressista da sociedade brasileira – e aí incluo inclusive o diálogo com as forças de esquerda, das quais faço parte no Partido dos Trabalhadores. Fernando Henrique poderá fazer a escolha.

Mas avalio que a opção responsável que S. Ex^a tem pela frente é a de, com todo o direito de se candidatar à Presidência, permanecer com a encargo – que não acontecerá tão facilmente outra vez – de continuar sendo o Ministro da Fazenda até o final do Governo Itamar Franco. Até porque o período entre 4 de março e 2 de abril é muito curto para que se delineie uma saída concreta tanto para a estabilidade dos preços quanto para distribuir a renda e para combater a miséria.

Dizer que só tem interesse agora na estabilidade de preços é muito pouco para quem teve a história de Fernando Henrique Cardoso. É muito pouco para S. Ex^a declarar que, neste instante, deseja apenas a estabilidade dos preços e o combate à inflação, deixando para mais tarde, para outra ocasião – quando, eventualmente, vier a ser Presidente da República, ou para qualquer outro que o seja –, o combate à miséria e a reforma agrária, que se fazem necessários para melhorar a distribuição da renda.

Mas é necessário dizer, e o faço da tribuna do Senado: Ministro Fernando Henrique, toda a opção está à sua frente. V. Ex^a tem a opção de relacionar-se às forças políticas mais conservadoras deste País, que farão tudo para deixar as coisas tais como estão ao longo das últimas décadas; ou pode também fazer a opção por um caminho de transformação. Forças de transformação estão, hoje, por exemplo, colocadas na candidatura Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PEDRO SIMON – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Com muita honra, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – Senador Eduardo Suplicy, creio ser muito importante o pronunciamento de V. Ex^a. Mas penso que, a esta altura, o debate deve ser em cima do momento que estamos vivendo. Tenho conversado muito com o Ministro da Fazenda e não sinto da parte de S. Ex^a nenhuma outra preocupação, hoje, senão com o plano econômico que o Congresso irá debater. Esse plano é diferente dos anteriores, porque não promete milagre. Será discutido abertamente pela sociedade, e não zera a inflação, não promete salvar a pátria. S. Ex^a diz que é um plano difícil e que vai ser posto em execução aos poucos. Acredito que, a esta altura, o Plano Fernando Henrique Cardoso, o Plano do Governo – que diz, por um lado, que deixa o salário forte, porque é praticamente equiparado ao dólar, e os preços livres – só poderá dar certo se depois vier uma complementação. Quem tem lido os jornais, quem tem visto as manchetes, ultimamente, está verificando que os preços têm aumentado de uma maneira escandalosa. Disse pessoalmente ao Ministro Fernando Henrique, ontem, em uma reunião – V. Ex^a estava presente – com os membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que hoje, na minha opinião, o passo fundamental de todos nós, tendo o Ministro à frente, é uma análise dos preços e uma fiscalização daqueles que aumentaram, principalmente com relação a alguns oligopólios. Todos nós sabemos – V. Ex^a sabe, eu sei – que, neste País, os preços não são fixados por mais de 200, 250 pessoas. Com relação a supermercados – e não são mais do que 25 grupos –, penso que o Ministro Fernando Henrique tem a obrigação de, ele próprio – e falei isso a S. Ex^a pessoalmente –, arregaçar as mangas, assumir o comando da sua

equipe e mostrar à Nação, pelo seu trabalho, o esforço necessário no sentido de saber o porquê de alguns preços terem aumentado mil por cento e o porquê de alterações tão profundas. Existem casos – como, por exemplo, o feijão –, em que os preços aumentaram muito, mas é uma questão de frustração de safra – aumentou hoje, abaixa amanhã. Mas sabemos que alguns preços aumentaram escandalosamente e que não há razão para isso. Então, para que o Ministro Fernando Henrique tenha a nossa credibilidade, deve assumir o comando dessa caminhada, a chefia dessa caminhada, que é diferente daquela caminhada do Governo Sarney, à época dos "fiscais do Sarney". É difícil um trabalho como aquele dar resultado positivo. Hoje, o Governo não tem mais estrutura para fazer aquele tipo de fiscalização, em todo supermercado, em toda bodega, pois o Governo Collor desestruturou a máquina administrativa. Mas há outras maneiras de fazê-lo e, a esta altura, parece-me que a mais correta é verificar o preço, não no supermercado, mas no oligopólio, no grande produtor, no grande distribuidor. Se assim o fizer, S. Ex^a terá condições de saber que, se o produto está saindo a 10 no supermercado, deve ser vendido a 11 ou a 12, e não a 30. Acredito que esse deva ser o trabalho. E posso dizer que falo em nome do Ministro da Fazenda, que esta é a sua preocupação. As reuniões que S. Ex^a fará hoje, durante todo o dia, são um resultado dessa preocupação. Vamos fazer um esforço dramático nesse sentido. Tenho ao meu lado um grande empresário e Senador, pelo qual tenho muito carinho, que faz parte do grupo de empresários que têm visão positiva do País. Mas há grupos no Brasil, infelizmente, formados por empresários retrógrados, que não têm o espírito de competição necessário ao crescimento de um país que precisa prosperar e aumentar o mercado de consumo, a fim de que os 32 milhões de brasileiros miseráveis possam produzir e consumir, porque, assim, eles também melhorarão. Infelizmente, há um estilo de empresários, principalmente nos setores conservadores, concentradores de produtos, que querem ganhar o máximo possível, sem se preocupar com a situação em que vivemos. Por outro lado, sabemos que há pessoas que vivem da inflação, que dependem da inflação. A coisa mais fantástica, Senador Eduardo Suplicy, é que até hoje há quem me pergunte: "Quer dizer que agora os juros dos bancos vão baixar, podem desaparecer? E como vou ficar, pois tenho o meu dinheirinho na poupança: ele não vai render mais?" Esse coitado nem está entendendo que praticamente não ganha coisa nenhuma, que mal e mal mantém o valor do dinheiro. Esse tipo de pessoa está preocupada porque ganha tantos por cento na poupança e isso vai "deixar" de acontecer. Então, penso que essa é uma campanha de esclarecimento. Concordo que o momento que estamos vivendo é eleitoral, e não podemos fugir disto. Estamos com as candidaturas nas ruas, o que é normal, porque a eleição será no dia 03 de outubro. Inclusive o Lula está fazendo um belíssimo e inteligente trabalho em suas andanças em várias caravanas, porque está visitando lugares aonde nunca se foi; mas a recíproca também é muito importante: ele está conhecendo novas realidades. Ainda outro dia, ele dava uma declaração sobre o Rio Grande do Sul, que é verdadeira. Ele afirmou que não imaginava que encontraria um quadro de tantas dificuldades, pois sempre tivera a imagem de que o Rio Grande do Sul era um Estado rico e próspero e que, infelizmente, vira quadros de fome e de dificuldades. E nisto ele tem razão! Mas isso é normal, poderá ser o Lula, o Brizola, quem quer que seja. O que não acho correto é que nós, a começar pelo Governo, não tenhamos a consciência de que, se este plano der certo, será bom para todo mundo. Não haverá milagre! Este plano não tem como se transformar em Plano Cruzado! É muito difícil o Fernando Henrique virar o Funaro de hoje até o dia 03 de outubro! É muito difícil! Porque a maneira como o Plano está sendo apresentado, como está sendo desenvolvido, mostra que

ele não é milagreiro, não é aquele plano que vai fazer com que todos, de repente, fiquem vibrando. Não sei se V. Ex^a se lembra de quando saiu o Plano Funaro: no dia seguinte, havia uma vibração fantástica. Todo mundo estava feliz, porque havia ganho mais 20%. O dinheiro de todo operário valia mais 20%. Por quê? Porque havia ganho um abono de 20%, e os preços haviam sido congelados. Isso não está acontecendo; pelo contrário, está havendo queixas. V. Ex^a mesmo participou ontem da reunião que tivemos com o Ministro e assistiu à preocupação do Governo em que não aconteçam os mesmos equívocos do Plano Funaro. Se, de repente, a Campanha do Betinho desse certo, a ONU, mensalmente, remettesse 500 dólares para cada pessoa e, assim, os 32 milhões de brasileiros que passam fome pudessem comprar comida, mesmo assim, faltaria comida – esta é a triste realidade – porque não temos infra-estrutura. Portanto, que se faça crescimento, mas que o abastecimento não fique nessa situação de caos, porque é isso que interessa aos fornecedores; aí, sim, a crise atingirá índices impen-sáveis. V. Ex^a está absolutamente correto, quando afirma que o Ministro Fernando Henrique Cardoso e o Governo não devem se preocupar apenas com o problema da inflação, mas também com a infra-estrutura e com os problemas sociais. Se equacionarmos esse problema e crescermos ao ritmo de 7%, em 10 anos poderemos mudar a história deste País. Ao Governo Itamar Franco só resta o caminho da transição; herói ele não será. Se conseguirmos vencer essa primeira etapa, poderá ser o Lula, o Brizola, o PMDB, o PSDB, quem for, o próximo governo será um grande governo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Amir Gabriel – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Senador Almir Gabriel, eu gostaria de responder ao aparte do nobre Senador Pedro Simon e também dar oportunidade ao Senador José Eduardo, mas vejo que S. Ex^a já se ausentou do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Mesa gostaria de informar ao eminente Senador Eduardo Supply que o Senador José Eduardo deverá dar o seu discurso como lido, se não voltar a tempo de fazê-lo.

Lembro a V. Ex^a que o seu tempo já está esgotado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Apenas gostaria de responder ao aparte do Líder do Governo, Senador Pedro Simon, nobre Senador, qual é o sentido das palavras do Ministro Fernando Henrique Cardoso, quando afirma: "Se não mudarem o governo, então permaneço"? Alguns objetivos foram ali colocados, como, por exemplo, o controle dos preços ou o que fazer com os abusos nos preços nos setores oligopolizados. Ainda ontem, o Ministro da Fazenda relatou-nos que aproximadamente 25% dos preços são de grupos de oligopólios, correspondendo aproximadamente a 470 preços, que sua equipe teria levantado nos últimos 36 meses.

A medida provisória considera as maneiras de detectar eventuais abusos, mas não estão descritas as sanções ou a forma de efetivamente conseguir a diminuição dos preços quando constatados como abusivos, a não ser uma menção de que as câmaras setoriais poderão tratar deste assunto. Portanto, é perfeitamente possível ao Congresso Nacional aperfeiçoar essa medida provisória.

O outro aspecto é a questão de preços e salários. O próprio Ministro reconheceu que, para algumas categorias, o ponto inicial, onde estarão os salários em março, será mais baixo do que normalmente obteriam pela própria regra que acaba de entrar em vigência. Pois bem, cabe ao Congresso Nacional examinar a possibilidade de melhorar essa situação, para que a participação

dos salários na renda não se deteriore com o Programa de Estabilização.

Concedo, neste momento, o aparte ao Senador Almir Gabriel.

O Sr. Almir Gabriel – Senador Eduardo Supply, estou atento ao discurso de V. Ex^a e gostaria de comentá-lo, fazendo uma análise, em separado, de dois pontos. Um é o que V. Ex^a aborda neste momento, o Plano de Estabilização Econômica; o outro é o que eu chamaria de uma questão menos política e mais eleitoral. V. Ex^a é uma das poucas pessoas que têm uma larga convivência com o Senador Fernando Henrique Cardoso, atual Ministro da Fazenda, e certamente o conhece bem do ponto de vista não apenas da cultura e da política, mas também do comportamento pessoal do Ministro da Fazenda. V. Ex^a é testemunha da seriedade, do compromisso social, da larga dedicação às causas nacionais do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Em função disso, V. Ex^a é capaz também de compreender que, ao propor o Plano de Estabilização somente em dezembro, S. Ex^a não o fez apenas por vontade ou gosto, e, sim, pelas condições em que encontrou o Ministério da Fazenda: absolutamente deteriorado, disperso, perdido, sem informações. Com seu espírito científico, S. Ex^a teve necessidade de dispor de estatísticas e dados com um bom nível de consistência para propor um Plano de Estabilização Econômica, que não é o Plano Fernando Henrique, nem é o Plano Itamar Franco. No meu entender, é o plano da sociedade brasileira; é o plano do PT, é o plano do PSDB, é o plano dos sindicatos, é o plano de todos. Não digo o Plano que foi apresentado, mas o projeto de estabilização da economia brasileira é certamente um projeto para toda a sociedade e de toda a sociedade brasileira. Nesse aspecto, junta-se aquilo que falei com referência à pessoa de Fernando Henrique às características desse plano. E a característica mais importante é a de democracia de que vem eivado. Nenhum plano neste País, e provavelmente no mundo, teve um debate tão intenso, com uma participação tão significativa do Congresso e da sociedade, quanto o Plano de Estabilização Econômica que hoje está sendo executado. De maneira que coloco em dúvida não a posição do Ministro Fernando Henrique Cardoso, mas o que a imprensa, ou certa imprensa, ou algum jornalista, colocou na boca do Ministro, como se ele estivesse fazendo uma ameaça ou uma coação ao Congresso Nacional. V. Ex^a conhece o Ministro Fernando Henrique, nosso colega nesta Casa, e sabe que S. Ex^a não faria uma coação desse tipo, até porque serviria como instrumento contrário à aprovação do próprio Plano. V. Ex^a, no início, referiu-se à questão de o Congresso mexer no Plano. Há poucos momentos, rebatendo aparte do Senador Pedro Simon, V. Ex^a substituiu a palavra "mexer" pela palavra "aperfeiçoar". Era este exatamente o apelo que eu faria a V. Ex^a. O Congresso não tem obrigação de mexer: tem a obrigação de aperfeiçoar, qualquer que seja a lei, venha do Poder Executivo ou nasça aqui mesmo. Essa é, com certeza, a postura de V. Ex^a, enfim, de todo o Congresso Nacional. A outra questão que eu gostaria de abordar é a questão eleitoral. Claro que Fernando Henrique Cardoso é um nome, como V. Ex^a relacionou, entre os que têm possibilidade de se candidatar à Presidência da República; não porque queiram simplesmente, mas porque são nomes que criaram condições de visibilidade social para postular a Presidência da República. No nosso entendimento, uma pessoa da dimensão de Fernando Henrique Cardoso é, por natureza, candidata à Presidência. E é muito bom que o País tenha uma pessoa da dimensão do Ministro Fernando Henrique Cardoso, como é muito bom o País contemplar uma pessoa como o Lula, que saiu da condição de metalúrgico para a de líder sindical com profunda expressão nacional, com possibilidades legítimas de pleitear a Presidência da República. De maneira que, com a visibili-

de e a respeitabilidade social que o Ministro Fernando Henrique Cardoso tem, e sobretudo com as características de estadista que está apresentando ao conduzir os problemas nacionais num momento dramático da vida brasileira, não há nada que lhe impeça, que lhe dificulte ou que torne estranha a sua condição de estar candidato; não por vontade dele, mas por vontade do nosso Partido, ou por vontade de grande parte da sociedade brasileira. Com relação à questão de fazer alianças à direita e à esquerda, V. Ex.^a sabe das simpatias que tem o PSDB com o PT e demais partidos de esquerda; V. Ex.^a sabe quantos do PSDB têm origem exatamente nessa esquerda. De que maneira se negocia e se articula? Uma coisa é negociar e articular, cada um ganhando e perdendo; outra coisa é um só articular, só ele ganhando; aí realmente fica difícil fazer uma composição. Não creio que Fernando Henrique Cardoso faça opção pela direita. A nossa opção, a opção do PSDB, do Fernando Henrique Cardoso, é pelo Brasil. Queremos fugir um pouco dessa codificação direita/esquerda e sair para um plano nacional que venha resolver isso que V. Ex.^a apresenta como condição essencial: a erradicação da pobreza, da miséria, do analfabetismo, da doença, enfim, desses problemas dramáticos e graves que precisam ser resolvidos. Tenho certeza absoluta de que a posição de V. Ex.^a, ao analisar a medida provisória da URV, será a de colaborar, com a sua inteligência, com o seu saber, com a sua competência na área da economia, no sentido de aperfeiçoar esse plano, sabendo que ele não é milagreiro; é um plano que objetiva levar o conjunto da sociedade a ter uma nova atitude diante da inflação; compreender que a inflação concentra e faz com que os banqueiros fiquem cada vez mais ricos e que a população de brasileiros que têm menor oportunidade de emprego e renda, essa grande população fica cada vez mais pobre, cada vez com dificuldades maiores. Creio que essa será a atitude de V. Ex.^a e, certamente, a atitude do Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – É muito positivo, Senador Almir Gabriel, ter a oportunidade dessa reflexão, inclusive com membros do PT e do PSDB.

Reconheço, sim, essa seriedade de propósitos do Senador Fernando Henrique Cardoso, que conheço, de fato, pelo menos há 30 anos, desde estudante, quando o convidei para fazer palestra na Fundação Getúlio Vargas, onde eu era Presidente do Centro Acadêmico e responsável pela realização de atividades culturais.

Em 1978, por exemplo, quando ambos éramos do MDB, fui candidato a deputado estadual e fiz a opção clara de ajudar a campanha do então candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso. Portanto, reconheço essa seriedade de propósitos em S. Ex.^a.

Também avalio que podemos perfeitamente aprimorar o Programa de Estabilização, e isto foi feito nos últimos três meses. Aqui, por exemplo, eu trouxe reflexões do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, que mostravam os riscos da armadilha da dolarização – e isto foi considerado, como aconteceu ontem em diálogo conosco, pelo Ministro Fernando Henrique.

Ainda há muito por avançar na questão relativa ao comportamento dos salários no Programa de Estabilização. Muita energia precisa ser dada pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso e pelo Governo Itamar Franco à questão da fome – a meu ver, um ponto ainda não devidamente tocado, a não ser pelas tentativas do Betinho e de Dom Mauro Morelli de conscientizar os brasileiros nesse sentido. É preciso colocar toda energia na direção dessa grande prioridade, de uma política que transforme esta realidade brasileira.

Os dez meses que temos pela frente são um tempo enorme para o Governo Itamar Franco e o Ministro Fernando Henrique Cardoso caminharem na direção desses propósitos, e eu os ajudei nessa caminhada.

O Sr. Pedro Simon – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Ouço o aparte do nobre Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – V. Ex.^a tem razão quando fala na campanha do Betinho e de Dom Mauro Morelli. V. Ex.^a se lembra: o Lula e V. Ex.^a foram ao meu gabinete, porque queriam falar com o Ministro da Fazenda. O Presidente Itamar Franco pediu que essa conversa fosse feita pessoalmente. Várias reuniões foram feitas. Creio que são muitos os méritos do Betinho e de Dom Mauro Morelli, mas não vamos esquecer que é o Governo que está fazendo este plano; é o governo que está desenvolvendo, bancando, pagando a distribuição que hoje atinge 9 milhões de pessoas. Nunca houve um plano como esse. Tenho participado de reuniões que tratam desse assunto. Na quinta-feira, por exemplo, o Ministro Fernando Henrique Cardoso e o Ministro do Planejamento, juntamente com o Betinho e Dom Morelli, estavam em uma reunião do Conselho. Acho que se trata de um esquema fantástico. V. Ex.^a tem razão; todavia, não pode prevalecer a imagem de que apenas o Betinho e Dom Morelli estão trabalhando e o Governo nada está fazendo a respeito. Ao contrário, a máquina, a estrutura, o dinheiro e o esquema são do Governo. Agora, são inegáveis os méritos do Betinho e de Dom Morelli.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) (Fazendo soar a campanha.) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa adverte V. Ex.^a que seu tempo já foi ultrapassado em 30 minutos. Peço a V. Ex.^a que conclua, pois temos necessidade de dar início aos trabalhos da Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Sr. Presidente, concluirei em seguida.

Gostaria apenas de dizer ao Senador Pedro Simon que depois do périplo Amazonas, Pará, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, considero muito importante que Lula tenha conosco e com V. Ex.^a novo diálogo. Provavelmente, na semana que vem, teremos esse diálogo, que deverá seguir a linha daquele primeiro encontro.

O Sr. Pedro Simon – Com muito prazer.

O Sr. Amir Lando – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Ouço V. Ex.^a com aquiescência da Mesa.

O Sr. Amir Lando – Nobre Senador Eduardo Suplicy, como sempre, V. Ex.^a trata dos temas de interesse nacional com muita propriedade e visão crítica. Realmente, acho que todo plano, programa de governo, projetos precisam de uma certa mistificação. Sem dúvida, é necessário um certo envolvimento da mídia e da mídia em qualquer inovação, sobretudo de uma política econômica como a nossa, em crise. Mas também não se pode fazer política apenas com mistificação – e esse limite é muito pequeno. Não quero aqui, de maneira alguma, ressaltar as qualidades pessoais do Ministro Fernando Henrique Cardoso; devo dizer que não é isso que está em jogo. Temos que olhar a outra parte, e a outra parte não é boazinha; a outra parte não é complacente, não é humanista, não se preocupa com os 32 milhões de famintos deste País. A outra parte quer ganhar e ganhar sempre, muito e muito mais. Então, o que verificamos até agora, na atuação do Ministro Fernando Henrique e do Governo Itamar Franco nesse particular? Verificamos a existência de um ajuste fiscal que, fundamentalmente, se resume num fundo de emergência, que não é ainda um aporte de recursos, e há assim um desejo ou até uma determinação de controle das despesas públicas – o que me parece ser um programa normal de qualquer governo: não gastar mais do que arrecada. Posteriormente, teremos o segundo passo, o indexador de salários: nada mais do que isso. É evidente que nesse segundo momento, com o indexador, os salários deverão ganhar; mas perderam neces-

sariamente no primeiro momento. E há uma insatisfação popular porque essa conta, sempre que é lançado um plano, quem primeiro paga são os trabalhadores. Isso não é novidade. Há uma perda, e não há como mistificar que não haja; maior ou a menor, sempre há perda. E essa média, evidentemente, parte de um ponto que rebaixa necessariamente, que é a média dos últimos quatro meses. Só depois teremos a nova moeda, o Real. É evidente que isso é pouco quando o outro lado está solto e não cede um tostão se não se fizer muita pressão. Por quê? Ele está livre, tem o céu e a ambição por limites. Penso que esse Plano, como disse V. Ex^a, precisa ter muita energia. E o Plano não vale porque academicamente bem feito, não vale porque bem escrito; o Plano vale sobretudo pela sua correta execução. Mas o ganho social, ou seja, o ganho do trabalhador, isso tudo é incógnita. Por isso acho que as observações de V. Ex^a têm extrema procedência; devemos exercitar a nossa capacidade crítica e desconfiar para alertar e corrigir a rota enquanto é possível. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) (Fazendo soar a campainha) – A Presidência solicita ao nobre Senador que conclua imediatamente o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Concluo, Sr. Presidente, em especial ressaltando que a correção diária dos salários através da URV é algo que pode ser considerado importante apenas para o período de transição. Os salários partem de um ponto que para muitos poderá ser menor do que de outra forma seria e dependem deste período de transição – e apenas por este período é que haverá correção diária. Logo depois de introduzido o Real, a não ser que se garanta que este realmente será muito estável, estaremos a enfrentar novamente os problemas de inflação que têm sido endêmicos no Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Supply, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é o cupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, Suplente de Secretário

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo.

O SR. JOSÉ EDUARDO (PTB – PR. Pronuncia o seguinte discurso). – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho acompanhado pelos jornais a polêmica provocada pelos governadores do Ceará, de Roraima, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que querem pôr fim ao acordo da Câmara Setorial da Indústria Automotiva, em vigor há mais de um ano, por não abrirem mão das alíquotas de ICMS, cobradas na comercialização de veículos em seus Estados. Os Exm^{os} Srs. Governadores desses Estados citados lançam mão da necessidade de unanimidade para a tomada de decisões no CONFAZ, órgão que reúne secretários da Fazenda de todo o País.

Se até hoje o CONFAZ passou em brancas nuvens com suas decisões autoritárias, desta vez o órgão passou dos limites, ao denunciar, isoladamente, e contra os interesses de todos os outros signatários, um pacto que tirou um setor importante da economia brasileira da estagnação e participou da arrancada de crescimento que tirou o País do atoleiro da recessão no ano de 1993. Pois, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no acordo entre trabalhadores, montadoras, fornecedores, revendedores e autoridades do governo, todos cederam um pouco para que no fim todos, e principalmente o Brasil, ganhassem. Graças a ele, a indústria cresceu 9% e o PIB, 5%, em 1993, depois de anos de crescimento negativo.

Peço vênha a meus nobres pares nesta Casa para historiar o histórico acordo da Câmara Setorial da Indústria Automotiva, por ter conhecimento pleno das ocorrências que levaram ao documen-

to. Quando assumi o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, a convite do Presidente Itamar Franco, percebi que as Câmaras Setoriais poderiam desempenhar um papel muito mais relevante do que o de mero controlador de preços e custos, finalidade delas no governo anterior. E resolvi transformá-las num foro democrático, com a participação de todos os agentes econômicos envolvidos, para a assinatura de pacatos setoriais, capazes, em conjunto, de reativar a economia.

O grande êxito obtido no acordo da Câmara Setorial da Indústria Automotiva, firmado em janeiro de 1993 e testemunhado pelos depoimentos dados em artigos assinados pelo jornalista Luís Nassif e pelo dirigente sindical Vicente Paulo da Silva nas páginas insuspeitas da *Folha de S. Paulo*, mostrou que eu estava com a razão.

Todos os setores participaram, ativa e entusiasmadamente, da busca de consenso para reduzir os custos e, assim, baixar os preços dos automóveis, incentivando sua comercialização e, em consequência, a produção. O já citado presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Vicente Paulo da Silva, da CUT, teve participação destacada no acordo, numa prova de que os brasileiros de boa vontade não ligam para diferenças ideológicas quando se trata de promover o interesse geral.

As montadoras abriram mão de parte de seu lucro e aceitaram garantir o nível de emprego e uma remuneração com ganho real assegurado, obtendo, em contrapartida, o compromisso dos trabalhadores de uma trégua nas greves, enquanto dure o acordo. Os revendedores também cederam parte de seus lucros, a exemplo dos fornecedores de insumos, de um lado, e, de outro, as autoridades federais e estaduais aceitaram baixar as alíquotas dos impostos cobrados do setor. Isso não chega a representar uma renúncia fiscal, pois, na verdade, os impostos cobrados eram muito altos, comparando-se com outros setores e com outros países.

Com 1 milhão 391 mil veículos produzidos e vendidos, o setor automotivo brasileiro bateu recordes históricos em 1993. O aumento de vendas foi tão expressivo que a redução das alíquotas não prejudicou os cofres públicos. No primeiro semestre de 1993, os automóveis geraram US\$ 1 bilhão 176 milhões de IPI, contra US\$ 883 milhões, em 1992, e US\$ 639 milhões de ICMS, contra US\$ 486 milhões, no ano anterior.

O Estado mais interessado em arrecadar ICMS, o de São Paulo, reconheceu, pela palavra de seu governador, Luiz Antônio Fleury Filho, que houve um aumento significativo na arrecadação de ICMS, ao longo do ano. E, como as vendas aumentaram e, 40%, é de se supor que a influência do acordo na arrecadação do IPVA seja da mesma ordem.

No entanto, os governadores do Ceará, Roraima, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul resolveram acabar com os efeitos positivos do acordo, negando a redução da alíquota do ICMS e forçando os outros Estados a fazerem o mesmo, por causa da cláusula da unanimidade nas decisões do CONFAZ.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os brasileiros que perderam o emprego por causa de sua volúpia dificilmente terão a oportunidade de providenciar o desemprego desses governadores, nas urnas. Por isso mesmo, a atitude certa a tomar é fechar o CONFAZ e entregar suas atribuições autoritárias ao órgão responsável por elas na democracia, este Senado da República. E já!

Insisto que só existe uma saída para o impasse que está sendo criado pelo CONFAZ no acordo da Câmara Setorial da Indústria Automotiva: seu fechamento. Afinal de contas, esse conselho, constituído por secretários da Fazenda dos Estados para tomar decisões, sempre por unanimidade, a respeito de impostos estaduais, não passa de um entulho autoritário.

Como a democracia já está em funcionamento, esse filhote da ditadura, um verdadeiro aborto institucional, deveria ter suas atribuições indevidas transferidas para a instituição que de direito trata dos assuntos relativos à Federação, ou seja, este Senado da República. afinal, nós, Senadores, fomos eleitos pelo povo exatamente para este fim e o mesmo não pode ser dito dos Secretários da Fazenda, nomeados pelos governadores e demissíveis a qualquer momento.

Sem o aborto institucional do CONFAZ, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a democracia será mais forte e mais duradoura no Brasil

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores:

Sob crise das mais graves, a Embraer, Empresa Brasileira de Aeronáutica, comemorou, em 21 de agosto passado, os seus 24 anos, em clima de desestatização que a ameaça, idéia, aliás, aprovada pela direção da empresa, ao tempo em que, na mesma semana, foi oficializado o "Comitê em Defesa da Embraer – Não à Privatização". Cinquenta entidades de todo o País integram esse movimento, hoje expressivamente consolidado de forma nacional. A própria Prefeitura de São José dos Campos, cidade sede da Embraer, e sua Câmara de Vereadores participam do Comitê, e, entre as mais respeitáveis associações que o apóiam, destaca-se também a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Sindicatos e parlamentares, igualmente, se alinham entre aqueles que defendem a tese de que o Governo deve salvar a Embraer.

Ozires Silva, superintendente e fundador da empresa, manifestou-se favorável à privatização, desde que mantida parte das ações em poder da União, distribuindo-se a maioria das ações a empregados e grupos selecionados. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que encabeça o Comitê, entende, por sua vez, que a relação entre a empresa e a União precisa ser revista, mas o controle acionário não pode passar tão somente das mãos desta para a de particulares. Teme o Sindicato, bem como o setor aeroespacial do País, que a privatização ponha fim aos projetos nacionais de aeronaves, transforme a Embraer em simples montadora ou depósito de manutenção de aviões da FAB, destarte extinguindo-se parte do patrimônio tecnológico brasileiro.

É bem verdade que a dívida atual da Embraer é de um bilhão de dólares, mas seu patrimônio está avaliado em pelo menos o dobro. Os prejuízos acumulados somam US\$ 764 milhões, mas, contrariamente ao que muitos podem pensar, a União não investiu maciçamente e nem aportou recursos em benefício da Embraer. O Governo, bem observa Joelson Beting, em **O Estado de S. Paulo**, de 18/02/93, investiu na Embraer, em seus 24 anos, irrisória quantia, considerando-se ter ela exportado US\$ 3,5 bilhões e ter substituído importações de US\$ 3,7 bilhões no período. Com qualidade de Primeiro Mundo, situa-se entre as seis maiores empresas de engenharia aeronáutica do mundo, operando nos cinco continentes. Domina 32% do mercado mundial de aeronaves comerciais de transporte regional, e é responsável por 57% do mercado mundial de aparelhos de treinamento militar. Duzentos e seis "Brasília's", do total de 275 produzidos pela Embraer até hoje, voam nos Estados Unidos. E, pelo terceiro ano consecutivo, esse tipo de aeronave (EMB – 120) lidera no número de assentos oferecidos na aviação regional nos Estados Unidos, fato que é motivo de júbilo, honra e orgulho para todos nós brasileiros. Não só os Estados Unidos, mas França e Inglaterra, entre outros, são compradores dos aviões fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica. Como se trata de países que dispõem de alta tecnologia aeronáutica, tal fato evidencia a competitividade da estatal, que extrapola o merca-

do interno e a torna imbatível em relação a qualquer outra empresa estatal brasileira, malgrado a recessão, os sucessivos e malsucedidos planos econômicos, e a irresponsabilidade governamental que deixou a descoberto dívidas vencidas e não honrou compromissos assumidos.

Lamente-se e deplora-se que no Brasil – já foi dito, país de contrastes! – os aviões importados se privilegiem com total isenção fiscal, enquanto os produzidos pela empresa nacional são taxados com a mesma carga fiscal que se aplica aos equipamentos industriais. Para contornar e superar a onerosa incidência da carga tributária que a asfixia, insista-se, como empresa nacional, a Embraer recorreu a uma operação-artifício, de modo a estar habilitada a enfrentar a concorrência em igualdade de condições: é a "exportação-importação", qual seja, para comercializar seus produtos no mercado interno, a empresa tem que primeiro exportá-los, para em seguida vendê-los ou cedê-los através de *leasing* a empresas brasileiras. É inominável para a economia do País o reflexo de tal procedimento discriminatório, por parte do Governo, que configura verdadeira xenofilia, pois não se pode perder de vista que a carga tributária representa em média 20% do preço final de um avião, enquanto concorrentes estrangeiros têm isenção total até para aviões usados. Não foi por outra razão que, nos últimos dois anos, o Brasil importou 265 aviões usados.

A criatividade, Srs. Senadores, tem sido a arma de que tem se valido a Embraer para resistir e tentar se salvar da crise que a ronda. Apesar de todo o descaso governamental, que inibe qualquer possibilidade de otimização dessa empresa tão pujante e altamente competitiva, quando, bem ao contrário, o poder público deveria criar condições para que ela exceleste, a Embraer, em junho próximo passado, participou, de forma marcante e singular, do Salão de **Le Bourget**, na França, um dos mais importantes acontecimentos mundiais para a indústria aeronáutica e espacial. Lá foi apresentado seu projeto do EMB-145, o primeiro jato comercial para transporte de 50 passageiros produzido na América Latina. Trata-se de jato de novíssima geração para transporte regional, que deverá voar pela primeira vez em 1995. Recebidas já 120 cartas de intenção de compra do EMB-145, que representa a volta ao simples, ao básico, com o abandono da sofisticação encarecedora, estratégia para vencer a crise no mercado mundial, a Embraer como que está "terceirizando", formando parcerias com outras indústrias do setor, que deverão contribuir com um aporte de US\$ 170 milhões de recursos para a concretização do projeto.

Muito antes de se aderir à privatização pura e simples da Embraer, Srs. Senadores, impõe-se reavaliar, diante dos fatos, com serenidade, sem a tentação da adesão fácil a modismos, o real papel do Estado na economia, tendo em vista a soberania nacional, o desenvolvimento auto-sustentável e a retomada dos investimentos. Não nos esqueçamos de que a Empresa Brasileira de Aeronáutica é estratégica, sob vários pontos de vista: industrial, tecnológico, do emprego e da segurança nacional. Projeto muito bem sucedido, do ponto de vista operacional, são irretorquíveis as perspectivas de sua recuperação e saneamento financeiro, como deflui dos dados que apresentamos.

Deve o Governo, Srs. Presidente, resgatar os seus débitos com a estatal, exigir o mesmo dos demais parceiros, bem como promover o aporte de capitais indispensáveis à sua completa recuperação. Desde sua fundação, em 1969, a União, sua sócia principal, só aplicou US\$ 200 milhões, período em que a empresa faturou US\$ 7,2 bilhões (dados do presidente da Embraer em depoimento no Congresso Nacional). Está mais do que comprovada a viabilidade operacional, tecnológica e financeira da Embraer, cujo potencial permite prever faturamento, nos próximos 10 anos, da ordem de US\$ 13 bilhões, uma vez que o mercado atual deman-

da aeronaves de pequeno e médio porte, especialidade da empresa estatal.

Somos, pelas razões expostas, favorável à aprovação do projeto do Deputado Federal Ernesto Gradella, que retira a estatal da lista das privatizáveis, exigindo, como a sociedade brasileira, signatária do "Comitê em Defesa da Embraer", através de instituições as mais diversificadas, que haja isonomia da Embraer com as concorrentes estrangeiras, e que se crie um fundo nacional para recuperar a capacidade de investimento em ciência e tecnologia. O acervo tecnológico de um País deve sempre permanecer sob a tutela da organização estatal, meio pelo qual se preserva a própria soberania nacional.

Portanto, não à privatização da Embraer, pela seriedade e moralização da empresa pública, e pela preservação do patrimônio nacional!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. JOÃO FRANÇA (PP – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A discriminação contra as regiões menos desenvolvidas do nosso país, notadamente a Região Norte, tem se apresentado frequentemente sob vários aspectos:

1 – No aspecto político, as lideranças do Sul e Sudeste tentam por todos os meios reduzir a representação parlamentar da Região Norte no Congresso Nacional.

2 – No aspecto econômico a Região Norte vem ao longo de sua existência sendo marginalizada do processo de desenvolvimento do país, não sendo destinados àquela região os incentivos e os recursos que, em conjunto com o seu grande potencial mineral e vegetal, poderiam torná-la plenamente desenvolvida e auto-suficiente.

Diante de situações como essas, não é de se estranhar que mais uma vez queiram discriminar a nossa sofrida região, mais especificamente o Estado de Roraima.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, um dos maiores orgulhos do jovem Estado de Roraima é a sua Universidade; a Universidade Federal de Roraima começou a funcionar em 1989 e hoje, graças ao trabalho abnegado do Prof. Hamilton Gondim e todo o corpo docente daquela instituição, a juventude roraimense tem de portas abertas uma universidade, que é a realidade do que durante muito tempo foi apenas um sonho e uma esperança.

A Universidade Federal de Roraima é sem dúvida uma realidade, iniciou sua trajetória implantando cursos ligados à área de educação, tais como, História, Geografia, Matemática, Química, Física, Biologia, etc... Posteriormente os cursos de Direito, Engenharia Civil e Agronomia.

Dando continuidade à sua natural expansão, em função das legítimas aspirações e das necessidades sociais da coletividade roraimense a UFRR criou em 93 o Curso de Medicina, realizando em janeiro de 1994 seu primeiro Exame Vestibular, com 30 candidatos aprovados.

A criação do Curso de Medicina pela UFRR, atendia, desta forma, a legítimas reivindicações de todos os segmentos da sociedade de Roraima.

Todos se uniram em busca dessa gloriosa conquista para os nossos jovens estudantes.

A UFRR se preparou e hoje detém todas as condições de colocar em pleno funcionamento o seu Curso de Medicina. Foram assinados convênios com a Escola Paulista de Medicina, para durante 10 anos dar apoio técnico-pedagógico, indispensável à consolidação do referido curso, com a Universidade Federal do Pará

foi assinado convênio com o mesmo objetivo, valendo ressaltar que a Faculdade de Medicina da UFPA tem 75 anos de existência.

O Governo de Roraima colocou à disposição da UFRR toda rede pública estadual de saúde, transformando inclusive o Hospital Geral de Roraima em Hospital Universitário.

O Ministério de Educação Superior de Cuba também apóia a iniciativa de nossa Universidade, esse apoio envolve inclusive a cessão de professores visitantes com doutorado.

A Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Desporto também apóia a luta pelo Curso de Medicina da UFRR.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o processo de reconhecimento e autorização para o funcionamento do Curso de Medicina da UFRR, encontra-se desde o ano passado sendo analisado pelo Conselho Nacional de Saúde, onde aguarda parecer.

Informações advindas da Reitoria da UFRR nos dão conta de que existe posição contrária à criação do Curso de Medicina daquela Universidade. Essas informações se confirmadas caracterizam mais um ato de violenta discriminação a Roraima e à Região Norte.

Gostaria nesse momento, Sr. Presidente, de ressaltar que apenas 03 Cursos de Medicina, existem na Região Norte, 02 no Pará e 01 no Amazonas. Atualmente 80 Cursos de Medicina funcionam em todo o país, sendo que 60 desses cursos estão concentrados nos 7 Estados do Sul e Sudeste.

Não aprovar a criação do Curso de Medicina da Universidade Federal de Roraima, é um ato de profunda injustiça, que atinge não só a família universitária de Roraima, como também todo o seu povo, tão carente de assistência médica e entregue à toda sorte de doenças como a malária, a hepatite, a leishmaniose, a tuberculose, etc... doenças características daquela região, onde o número de profissionais na área de saúde é insuficiente, o que torna o acesso à assistência médica numa verdadeira aventura.

Portanto, nesse momento, diante de tudo que expus, faço apelo veemente ao Ministro da Saúde, meu companheiro de Partido Dr. Henrique Santillo, para que interceda em favor do povo de Roraima e de sua Universidade, indicando ao Conselho Nacional de Saúde, que manifeste parecer favorável no Processo de Criação e Implantação de nosso Curso de Medicina.

Também apelo ao Ministro Murílio Hingel, da Educação, para que com o seu espírito de educador e homem público apóie a iniciativa de grande alcance social da Universidade Federal de Roraima, na luta pelo seu Curso de Medicina.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, encerro esse modesto pronunciamento esperançoso de que o apelo que nesse momento dirijo da tribuna do Senado Federal aos Ministros Henrique Santillo e Murílio Hingel seja ouvido.

Ao Conselho Nacional de Saúde, manifesto a minha confiança na decisão que certamente tomará em benefício da valorosa Universidade Federal de Roraima e principalmente do seu povo que, nas fronteiras mais setentrionais de nosso país, defendem a soberania nacional e portanto, não merece ser discriminado nessa luta tão justa.

Era o que tinha a dizer

Muito Obrigado!

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos – Amir Lando – Beni Veras – César Dias – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Espiridão Amin – Flaviano Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Hugo Napoleão – Iram Saraiva – João França – Jonas Pinheiro – Jônice Tristão Josaphat Marinho – José Fogaça – José Paulo Bisol – Júlio Campos – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Louremberg

Nunes Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavoura – Marco Maciel – Marluce Pinto – Meira Filho – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Onofre Quinan – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Ofício nº 137-L-BI. Parl./94

Brasília, 2 de março de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados LUÍS EDUARDO, AROLDE DE OLIVEIRA, NELSON MARQUEZELLI e CARLOS KAYATH deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 434 de 28 de fevereiro de 1994, que "dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV".

Outrossim indico para as referidas vagas os Deputados JOSÉ JORGE, RODRIGUES PALMA, MAURÍCIO CALIXTO e LUÍS EDUARDO, como Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.
OF. 097/GLPSDB/94

Brasília, 21 de fevereiro de 1994

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, em substituição à indicação anteriormente efetuada por essa Presidência, indicar os nobres Senadores JOSÉ RICHÁ e EVA BLAY para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 423 publicada no **Diário Oficial** da União de 4 de fevereiro de 1994.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.
OF. 136-L-BI. Parl./94

Brasília, 2 de março de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que os Deputados LUÍS EDUARDO, JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, SARNEY FILHO e JOSÉ CARLOS ALELUIA deixam de fazer parte, na condição de Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, da Medida Provisória nº 433 de 28 de fevereiro de 1994, que "concede abono especial aos servidores públicos civis e militares da Administração Federal direta, autárquica e fundacional".

Outrossim indico para as referidas vagas os Deputados TOURINHO DANTAS, ISRAEL PINHEIRO, CIRO NOGUEIRA e ADAUTO PEREIRA, como Membros Efetivos e Suplentes, respectivamente.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.
OF. PSDB/I/Nº 232/94

Brasília, 3 de março de 1994

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do Deputado JOSÉ SERRA pelo Deputado JOSÉ ANÍBAL como Membro Titular, e do Deputado GERAL-

DO ALCKMIM FILHO pelo Deputado JACKSON PEREIRA, como Membro Suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 434/94.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência manifestações de elevada estima e apreço. – Deputado **Geraldo Alckmin Filho**, Vice-Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Em sessão anterior foram lidos os Requerimentos nºs 101 e 102, de 1994, dos Senadores Esperidião Amin e Alfredo Campos, solicitando, nos termos dos arts. 13, § 1º e 43, inciso II, do Regimento Interno, respectivamente, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa nos períodos mencionados.

Os requerimentos deixaram de ser votados naquela oportunidade por falta de **quorum**.

Passa-se à votação do Requerimento nº 101, de 1994, do Senador Esperidião Amin.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 102, de 1994, do Senador Alfredo Campos.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 56 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência retira da Ordem do Dia, da presente sessão, as matérias constantes dos itens 2, 4, 5, 7, 8, 9 e 10, nos termos do art. 175, alínea e, do Regimento Interno.

São os seguintes os itens retirados:

– 2 –

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 1, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências, tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Pedro Simon, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs 1 e 2, de Plenário.

– 4 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências. (Dependendo de Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos)

- 5 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 38, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1993 (nº 270/93, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos das Resoluções nºs 267 (E-V), 268 (XII) da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), que alteram, respectivamente, a denominação legal do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e o parágrafo 2º de seu artigo 25, bem como o texto emendado do referido Tratado. (Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

- 7 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 97 e 106, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1993, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, que (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

- 8 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 106, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1993, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fortificação dos alimentos básicos e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

- 9 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 97, de 1993)

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

- 10 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, de autoria do Senador Mário

Covas, que dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Item 1:

OFÍCIO Nº S/130, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/130, de 1993, através do qual o Governo do Estado do Tocantins solicita autorização para que possa contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor equivalente a oitenta e sete milhões de dólares norte-americanos, para os fins que especifica. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sobre a mesa, requerimento de extinção de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 110, DE 1994

Nos termos do art. 352, inciso II, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida para o Ofício nº S/130, de 1994, pelo qual o Governo do Estado do Tocantins solicita autorização para que possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

Sala das Sessões, 3 de março de 1994. - **Jonas Pinheiro - Affonso Camargo - Magno Bacelar - Chagas Rodrigues - Irapuan Costa Júnior - Eduardo Suplicy - Marco Maciel - Ney Maranhão - Epitácio Cafeteira.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - A matéria volta à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) - Item 3:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1991 (nº 265/87, na Casa de origem), que dispõe sobre a comprovação de habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações técnico-contábeis apresentados ao Tribunal de Contas da União. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

Nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993, designo o nobre Senador Jonas Pinheiro para proferir parecer, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. JONAS PINHEIRO (PTB - AP. Para proferir parecer.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O projeto em questão, de autoria do ilustre Deputado Victor Faccioni, pretende que as contas e balanços a serem apreciados pelo Tribunal de Contas da União sejam acompanhados de certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, para comprovar a habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações técnico-contábeis.

Na verdade, a apreciação do Tribunal de Contas, que se compõe de profissionais de habilitação variada, não exclui, necessariamente, as contas públicas da exigência que a União faz sobre o setor privado. Com efeito, o balanço das empresas é obrigatoriamente assinado por profissionais habilitados perante o Conselho Regional de Contabilidade. O que se pretende é, por equidade, que

também a administração direta e indireta cumpra a mesma exigência.

Pode-se argumentar que os funcionários são concursados e o exame pelo egrégio Tribunal possa suprir a verificação habilitada do especialista. Nem um nem outro motivo exclui a presença de técnicos de outros campos profissionais aprovados em concurso, ou nomeados sem concurso, para cargos e funções outras que não as exigidas no art. 37 da Constituição Federal. A comprovação perante o Conselho Regional sana qualquer falta eventual de profissionalidade e habilitação, além de dar um caráter formal e conduzir os órgãos públicos a exigirem, mesmo nos concursos públicos, a habilitação específica.

A medida, conforme esclarece o autor em sua justificação, tem por finalidade prevenir irregularidades que vêm se observando, em que trabalhos são executados por pessoas não habilitadas para tanto.

Diz ainda Sua Excelência:

"A iniciativa, entendemos, merece todo o apoio da classe contábil, como dos poderes públicos. Na prática, existe ainda uma quantidade de leigos, sem a indispensável formação profissional, práticos todavia, exercendo essas atividades privativas de integrantes de categoria legalmente reconhecida, cujo exercício é regulado em lei, como é o caso dos responsáveis pelos balanços e demonstrações técnico-contábeis, que são os Técnicos em Contabilidade e os Contadores, o que constitui uma aberração".

A iniciativa do nobre Deputado Victor Faccioni, portanto, objetiva prevenir as irregularidades mencionadas.

II – Voto do Relator:

Diante do exposto, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1991.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O parecer conclui favoravelmente à matéria.

A Presidência esclarece ao Plenário que durante a discussão poderão ser oferecidas emendas à proposição.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Fica prejudicado o Requerimento nº 1254/93.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1991

(Nº 265/87, na Casa de origem)

Dispõe sobre a comprovação de habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações técnico-contábeis apresentados ao Tribunal de Contas da União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As contas de cada exercício financeiro dos órgãos da administração direta da União e territórios, bem como de suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, sujeitas à apreciação do Tribunal de Contas da União, deverão ser acompanhadas de certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade, para comprovar a habilitação profissional dos responsáveis pelos balanços e demonstrações técnico-contábeis.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 6:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1994 (nº 826/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria. (Dependendo de parecer da Comissão de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**)

Nos termos do art. 5º, da Resolução nº 110, de 1993, designo o nobre Senador Epitácio Cafeteira para proferir parecer sob o projeto em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ronan Tito, pela ordem.

O SR. RONAN TITO (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava em meu gabinete e ouvi falar sobre o número de um decreto legislativo. Gostaria de saber qual é o decreto legislativo e sobre o que ele versa?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Estamos em discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, que aprova pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um Batalhão de Infantaria.

Estamos dependendo do parecer do eminente Relator, Senador Epitácio Cafeteira para proferir o parecer.

O SR. RONAN TITO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPR – MA. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Decreto Legislativo nº 05, de 1994 (nº 394-A/94 na Casa de origem), que "Aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria".

A Proposição, que não recebeu emendas no prazo regimental, visa a autorizar que um batalhão de infantaria brasileiro possa participar, durante um ano, das operações de paz que a Organização das Nações Unidas (ONU) vem realizando em Moçambique. Essas operações têm como finalidade cooperar na restauração da democracia, manutenção da segurança da população, respeito aos direitos humanos, distribuição de ajuda humanitária e estabelecimento de um clima de paz e conciliação que permitam o funcionamento de eleições livres em Moçambique.

Através de seu pessoal diplomático, em serviço na ONU, o Brasil foi consultado se concordaria com o envio de um batalhão, para cooperar com as ações de paz naquele país irmão.

O envio de tropas em missão de paz extraterritorial e sua autorização fundamentam-se nos arts: 4º, incisos II, VI e IX; 21, inciso I; 49, inciso I; 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, e estão amparados na Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956, que "Fixa normas para a remessa de tropas brasileiras para o exterior".

Transcrevemos, abaixo, os dispositivos constitucionais citados:

"Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I- (...)

II- prevalência dos direitos humanos;

III- (...)

VI- defesa da paz;

VII- (...)

IX- cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

.....
Art. 21. Compete à União:

I- manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I- resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
Art. 84. Compete ao Presidente da República:

I- (...)

VIII – celebrar tratados, convenções ou atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX- (...)"

Quanto ao mérito, a Proposta configura excelente oportunidade para que o Brasil ratifique sua presença e ação diplomática amiga junto aos países da África austral.

A natureza da missão é pacífica e, devido à situação atual de calma existente em Moçambique, apresenta boas condições de segurança para a tropa, ao contrário de outras operações de paz hoje em curso.

A nossa experiência em missões de paz patrocinadas por organizações internacionais, como as do Congo, Suez, São Domingos, Angola e agora na Bósnia, nos ensina que, além das vantagens diplomáticas formais, são extraordinários os benefícios diplomáticos informais e militares da convivência de tropas brasileiras com a população dos países assistidos e com os militares de outras nações.

Os benefícios diplomáticos informais são consequência da invulgar facilidade com que os soldados brasileiros se relacionam com militares e civis estrangeiros, sejam eles de países desenvolvidos ou em desenvolvimento, apresentem ou não em sua cultura práticas discriminatórias.

Essa característica cultural transforma o soldado brasileiro numa espécie de elo de ligação entre as diversas culturas presentes nessas áreas em conflito.

Militarmente, o convívio com organizações, estruturas e conceitos operacionais diferentes resulta em valiosa experiência militar. Além disso, as necessidades e dificuldades surgidas na organização e no preparo da Força de Paz constituem-se em notável experiência de planejamento.

Financeiramente, o custo da participação brasileira na missão de paz já foi considerado pela área econômica do Governo.

Não obstante o acima exposto, há um aspecto no Projeto de Decreto Legislativo que contraria a boa técnica legislativa. A "Operação das Nações Unidas para Moçambique" - ONUMOZ – é citada (duas vezes) no corpo da Proposição, somente por sua sigla.

VOTO DO RELATOR

O envio de um batalhão de infantaria para cooperar com a ONUMOZ, reveste-se de excepcionais oportunidades diplomáticas e vantagens militares para o País, além de permitir a participação do Brasil, efetivamente, no esforço pela paz mundial.

Essa missão de paz apresenta boas condições de segurança para os participantes, ao contrário de outras operações em curso patrocinadas pela ONU.

Está amparada por disposições constitucionais e atende às normas infraconstitucionais.

No entanto, o Projeto de Decreto Legislativo, visando atender à boa técnica legislativa, deve sofrer aprimoramento, através de uma emenda, meramente redacional, com a finalidade de explicitar o termo "ONUMOZ".

Em resumo, opinamos favoravelmente à aprovação do PDL nº 05, de 1994, observada a seguinte emenda:

EMENDA

Dê-se à ementa a seguinte redação:

"Aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Operação das Nações Unidas para Moçambique – ONUMOZ –, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria".

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O parecer conclui favoravelmente à proposição com emenda de redação que apresenta.

Completada a fase de instrução, passa-se à discussão do projeto e da emenda em turno único.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, votação do projeto, sem prejuízo da emenda, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação a emenda de redação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada. A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

Sobre a mesa, redação final da matéria, oferecida pela Comissão Diretora, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 68, DE 1994

Da Comissão Diretora

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1994 (nº 394/94, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1994 (nº 394/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Operação das Nações Unidas para Moçambique – ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de março de 1994. – **Chagas Rodrigues**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Levy Dias** – **Lucídio Portella**.

ANEXO AO PARECER Nº 68, DE 1994

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1994 (nº 394/94, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, ———, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1993

Aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Operação das Nações Unidas para Moçambique – ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Onumoz, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria, que teria como fim único cooperar com as Nações Unidas na restauração da democracia, na manutenção da segurança da população, no respeito aos direitos humanos, da distribuição de ajuda humanitária e no estabelecimento de clima de paz e conciliação que permitam o funcionamento de eleições livres em Moçambique.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão deste pedido, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição

Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 7, da Resolução 110, de 1993.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência solicita a todos os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que venham imediatamente ao Plenário, porque teremos uma sessão extraordinária para a indicação de autoridades.

Não há mais oradores inscritos.

Mais uma vez, fazemos um apelo veemente ao Srs. Senadores para que venham imediatamente ao plenário. Faltam poucos Srs. Senadores para que seja completado o **quorum** qualificado exigido para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 11h, com a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1994

Votação, em turno único, do (Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que *submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências*) tendo

Parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Pedro Simon, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs 1 e 2, de Plenário.

2

OFÍCIO Nº S/37, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Ofício nº S/37, de 1994 (nº 867/94, na origem), através do qual Banco Central do Brasil encaminha a solicitação do Governo do Estado do Paraná a fim de que este possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1994. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

3**MENSAGEM Nº 413, DE 1993**
Escolha de Autoridade

Votação, em turno único, do Parecer nº 464, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor RUY COUTINHO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

4**MENSAGEM Nº 413, DE 1993**
Escolha de Autoridade

Votação, em turno único, do Parecer nº 464-A, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome da Senhora NEIDE TERESINHA MALARD, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

5**MENSAGEM Nº 413, DE 1993**
Escolha de Autoridade

Votação, em turno único, do Parecer nº 464-B, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor CARLOS EDUARDO VIEIRA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

6**MENSAGEM Nº 413, DE 1993**
Escolha de Autoridade

Votação, em turno único, do Parecer nº 464-C, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor MARCELO MONTEIRO SOARES, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

7

MENSAGEM Nº 413, DE 1993
Escolha de Autoridade

Votação, em turno único, do Parecer nº 464-D, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor **JOSÉ MATIAS PEREIRA**, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

8

MENSAGEM Nº 54, DE 1994
Escolha de Autoridade

Votação, em turno único, do Parecer nº 53, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 54, de 1994 (nº 70/94, na origem), de 28 de janeiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor **ALKIMAR RIBEIRO MOURA**, para exercer o cargo de Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

9

MENSAGEM Nº 1, DE 1994

Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 60, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 1, de 1994 (nº 1.079/93, na origem), de 28 de dezembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Athos Gusmão Carneiro.

10

MENSAGEM Nº 537, DE 1993

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 537, de 1993 (nº 1.051/93, na origem), de 23 de dezembro último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h58min.)

Ata da 8ª Sessão, em 3 de março de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

– EXTRAORDINÁRIA –

Presidência dos Srs.: Chagas Rodrigues e Carlos Patrocínio

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Albano Franco – Alexandre Costa – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amir Lando – Antonio Mariz – Bení Veras – Carlos Patrocínio – César Dias – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Eptácio Cafeteira – Espiridião Amin – Flaviano Melo – Francisco Rollemberg – Garibaldi Alves Filho – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jônice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mário Covas – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência solicita a todos os Srs. Senadores que se encontram nas dependências do Congresso Nacional que venham imediatamente ao plenário do Senado Federal, para a votação de escolha de autoridades e de outras matérias de extrema importância.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Para uma breve comunicação, concedo a palavra ao eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste início de sessão extraordinária, para dar uma explicação que pode até parecer de caráter retardatário, mas que não o é.

Evidentemente, há poucos dias, na quarta-feira da semana anterior, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal com o objetivo de examinar a representação da Mesa do Senado, respeitante ao Senador Ronaldo Aragão, para que fosse ou não processado, segundo o relatório da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que apurou denúncias sobre o Orçamento da República elaborado no Congresso Nacional.

Naquela ocasião, deu-se, na Comissão, um exame técnico da peça, e não poderia ser de outro modo, já que aquela Comissão é técnica por excelência. Lá, além dos aspectos de legalidade, além dos aspectos de constitucionalidade, há primordialmente os aspectos

que tocam a cidadania das pessoas que, porventura, cheguem ali em razão de qualquer indicação capaz de ofender a individualidade. A cidadania é, portanto, uma questão básica nas oportunidades em que isso for possível, quando do exame de matérias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Eis que, naquela ocasião, Sr. Presidente e Srs. Senadores, houve um debate que se formou e do qual participaram os Senadores Alfredo Campos, Jutahy Magalhães, Josaphat Marinho, Amir Lando, este Senador que está com a palavra, e outros Senadores também falaram a respeito da indicação, para que fosse processado o Senador Ronaldo Aragão.

O sentimento existente na Comissão era uno, no entanto, era de se permitir ao Senador Ronaldo Aragão que tivesse a competente oportunidade para prolar a sua defesa perante o Senado Federal.

Não havia, naquele trabalho, naquela reunião, na Comissão, um sentimento de obstáculo, nem mesmo do Senador Ronaldo Aragão, que ali se encontrava. O que todos queriam é que a peça, em forma de parecer, da Senadora Eva Blay saísse daquele colegiado com o máximo de perfeição, capaz de permitir ao Senador questionado prolar a sua defesa, no momento competente, no momento decisivo, e comprovar a inocência na qual todos nós acreditamos.

Mas não seria justo – não digo nem lícito, porque lícito seria, poderíamos arquivar e seria lícito – para com o Senado Federal, nem para com o Senador Ronaldo Aragão, se detivéssemos a matéria, impossibilitando o exame seguinte de tudo que foi enforcado na representação da Mesa do Senado Federal.

Naquela ocasião, o Senador Alfredo Campos levantou uma questão sutil, não para impedir nenhuma votação, nenhuma posição, mas para aperfeiçoar o parecer. De quem era a representação, da Mesa Diretora ou da Comissão Diretora? Muito embora pudesse parecer exatamente a mesma coisa, a Mesa Diretora é a Comissão Diretora? Chegamos à conclusão de que não; a Mesa Diretora é um órgão, a Comissão Diretora é outro. A Mesa Diretora é o órgão típico do Poder Legislativo; a Comissão Diretora é o órgão administrativo do Poder Legislativo.

Ali estava presente o nobre Senador Carlos Patrocínio, que também debateu a matéria e que, neste momento, está presidindo esta sessão do Senado.

Todos viram como era necessário examinar profundamente aquela matéria; e com os reparos feitos, o Senador Iram Saraiva mandou que constasse todas as colocações para que, à frente, se verificasse inclusive essa divergência. Chegou o documento em nome da Comissão Diretora e não em nome da Mesa Diretora, um defeito sutil e sanável, que foi alegado, não para impedir a tramitação de matéria tão importante para todos nós, notadamente para o Senado Federal, naquele momento, mas para aperfeiçoá-la.

Todos nós intervimos, todos nós debatemos, como todos nós conhecemos o Senador Ronaldo Aragão, todos queremos, ao conhecer as imputações que a ele são dirigidas, conhecer os ter-

mos exatos de sua defesa, já que esses termos de sua defesa não puderem ser examinados convenientemente na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, em face do pouco tempo, em face do pequeno espaço que teve o Relator daquele órgão misto, terminando os trabalhos da Comissão e sem poder examinar profundamente, por uma questão de prazo, por uma questão de tempo, cada uma das questões submetidas, a título de defesa, pelas pessoas que sofreram imputação.

Assim, Sr. Presidente, não houve, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o menor obstáculo para a tramitação da matéria. Mesmo porque se quiséssemos impedir a tramitação daquela matéria – e lá estava presente também o Senador Pedro Simon, tomando as suas posições, dando os seus votos, como o Senador José Fogaça, todo mundo interessado – teríamos nos ausentado. Mas o que nos chocou é que, no Brasil inteiro, por força de uma matéria enviada por uma agência noticiosa, publicada inclusive no meu Estado, veiculou-se a notícia de que os Senadores Amir Lando, Cid Sabóia de Carvalho, Aureo Mello e Alfredo Campos fizeram tudo para que a representação da Mesa Diretora não fosse examinada. Se isso fosse verdade, se tivéssemos esse sentimento, e sendo amigos como somos, seria fácilmo nos comprometermos, naquele momento, com uma mesma tese, e nos ausentarmos, porque esse seria um direito, para que a representação não fosse examinada.

Se Alfredo Campos, Cid Sabóia de Carvalho, Amir Lando e Aureo Mello se ausentassem cairia o **quorum** e não haveria reunião, seria um modo de interrompê-la sem o menor debate e sem que ninguém percebesse que estaria havendo naquele momento uma obstrução, que seria um instrumento lícito.

Mas achei ofensivo, agressivo, dizer-se que Senadores do nosso quilate – pessoas que sempre quiseram apurar, pessoas que sempre zelaram pelo direito de defesa – queriam impedir o exame daquela matéria. Absolutamente! O que nós queremos é que o Senador Ronaldo Aragão tenha o fórum competente para fazer as suas alegações, para explicar a sua vida, as suas transações, para dizer de si, para dizer de seu Imposto de Renda, para dizer de seu patrimônio, e nós aqui, através do voto, decidirmos se ele continua ou não nesta Casa, com o máximo de decência e honradez.

Conhecemos muito bem a pessoa do Senador Ronaldo Aragão, mas não queremos dizer: "É inocente!" Nem queremos dizer: "É culpado!" O que queremos dizer é que o Senador Ronaldo Aragão tem direito a defender-se e que o Senado Federal tem o dever de conceder-lhe essa oportunidade, para a grandeza do Senado no setor democrático ser martida e para que seja possível a integridade da defesa do contraditório de um acusado ser exercida por alguém que sofreu imputação.

Essa era, sem discrepâncias, a posição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. As pessoas que votaram pelo arquivamento decerto o fizeram por discordarem da forma com que a matéria chegou à Comissão, dentro daquela alegação de que havia um documento enviado por uma Comissão e não pela Mesa Diretora. Mas o sentimento era um só, ver a defesa do Senador Ronaldo Aragão ser prolatada no momento oportuno.

Então, Sr. Presidente, fiquei devendo uma explicação a esta Casa. Nós todos ficamos necessitados de uma correção àquela matéria. Exatamente o mesmo texto foi publicado no jornal **Tribuna do Ceará**, do meu Estado, no jornal **O Povo**, do meu Estado, no jornal **Diário do Nordeste**, do meu Estado – exatamente o mesmo texto, afrontoso a nossa conduta e a nossa dignidade, qual se tivéssemos o interesse de burlar o exame de uma questão tão séria e de tanta importância para a própria Casa e para a própria instituição.

Pensei que a matéria fosse de origem do **Correio Braziliense**, porque o primeiro jornal que li foi exatamente esse.

Fiz uma carta ao Dr. Paulo Cabral de Araújo, meu ex-companheiro de rádio no Estado do Ceará, onde fazia-lhe um desabafo, explicando o absurdo daquela imputação.

O nobre companheiro de imprensa tirou da carta o começo e o fim, porque eram muito pessoais, e publicou o intermeio, o **intermezzo** das minhas considerações, o que foi suficiente para o esclarecimento pelo menos dos leitores daquele grande jornal da Capital do País.

Mas resta, sem o reparo para a Nação, a publicação que foi feita por uma agência de notícias, que a derramou para o País inteiro, ao ponto de recebermos comunicações de Pernambuco. Da Bahia recebi telefonemas e também do Rio de Janeiro. Em todo o País foi divulgada essa incorreção, que é desrespeitosa para nós todos.

Afinal de contas, Sr. Presidente, não poderia deixar de vir a esta tribuna, como homem que defende a sua integridade, a sua honradez, a sua dignidade. Nunca quis, em momento algum da minha atividade parlamentar, impedir qualquer apuração, muito pelo contrário, tenho sido Relator em várias Comissões.

Agora mesmo, o ex-Ministro Antônio Rogério Magri, que nos chamou de mentiroso por causa das imputações que lhe fizemos, responde por essas imputações perante o Supremo Tribunal Federal, e não tem como explicar, como apresentar um contraditório sadio à petição acusatória formulada pelo Ministério Público, e que é a base da acusação que tramita na Suprema Corte do País.

Fizemos a apuração de fundos de pensão, fizemos apurações a respeito da PETROBRÁS. Hoje o nosso relatório sobre a PETROBRÁS, os fundos de pensão, é uma bíblia que circula diariamente quando querem entender a PETROBRÁS e também os fundos de pensão. Exatamente pela honradez e o comedimento com que nos conduzimos naquela oportunidade.

Em tudo onde se marcou a nossa presença há a marca do trabalho, há a marca da dignidade. Ninguém tem o direito de, a título de nos patrulhar ou não, sujar a nossa alma, sujar a nossa conduta, sujar a nossa honra.

Sr. Presidente, não é possível, temos o Direito mais simples do mundo: o direito à honra, o direito ao nome, o direito à imagem. Não estamos sendo submetidos a outra coisa senão a uma deteriorização que busca um patrulhamento para nos impedir a ação sadia, jurídica, moral, correta, no momento oportuno.

Não podemos abrir mão, no entanto, da nossa vigilância. Não se trata de acusar ou de defender. Estamos na função apuratória – assim estivemos na CPI – para apurar, não para acusar, não para defender! Muitas vezes na CPI fiz questões, daí por que defenderia a publicação imediata de todos os autos da CPI, para que vejamos o que foi que questionei, para que vejamos que sempre defendi os direitos humanos, para se justificar a presença do Brasil na Organização das Nações Unidas.

Antifascista, homem que zela pela liberdade, pessoa que sempre defendeu o direito de defesa, zelei por todo esse patrimônio da minha alma, da minha vida e da minha cultura, e todas as intervenções que fiz na CPI foram exatamente nesse sentido.

Mas ninguém pode desvirtuar, se se faz uma questão jurídica e beneficia a uma determinada pessoa, por via indireta, somos de tropa de choque. Não é possível! Mas ninguém cuida de examinar o comportamento anômalo, que, por coincidência, sempre coincide com os princípios fascistas e nazistas que dominaram determinados países do mundo em certos momentos históricos, notadamente Itália e Alemanha, no final da década de 30 e começo da década de 40.

Abominamos determinados interrogatórios que não permitiam aos que iam explicar fatos o direito de responder sadamente.

Questionamos isso, porque isso é da nossa formação. Mas não somos de obstacular defesas nem acusações, não somos de obstacular direito de exercer a função, seja de quem for essa função, seja quem for a pessoa que reclama essa função. Zelamos por um princípio límpido e transparente de atuação no Congresso Nacional e no Senado Federal.

Por isso restou a mim, neste momento a emoção que me conduziu ao microfone desta Casa, à tribuna do Senado Federal, para fazer esta justificativa, clamando às pessoas responsáveis que, pelo amor de Deus, reparem isso, porque isso é uma indignidade. Nunca pertencemos a tropa de choque nenhuma, nunca quisemos obstacular nada, nunca quisemos atrapalhar coisa nenhuma. O que sempre defendemos foi a integridade do Poder Legislativo, a sua boa imagem e a responsabilidade que ele tem para com o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Of. nº 109/94-GLPMDB

Brasília, 3 de março de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para indicar os Membros do PMDB que passarão a integrar a Comissão Mista incumbida de examinar a Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, que "dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor – URV e dá outras providências", em substituição aos Senadores MAURO BENEVIDES e GARIBALDI ALVES; Titulares, e Senadores JOSÉ FOGAÇA e RONAN TITO, Suplentes.

Titulares

Senador Ronan Tito

Senador José Fogaça

Suplentes

Senador Gilberto Miranda

Senador César Dias

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – **Senador Mauro Benevides**, Líder do PMDB.

Ofício nº 101/PT

Brasília, 3 de março de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar os Deputados ÉDEN PEDROSO e LUIZ GUSHIKEN, respectivamente, Titular e Suplente da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 434, que dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica, o Sistema Monetário Nacional e institui a Unidade Real de Valor – URV, em substituição aos Deputados JOSÉ FORTUNATI e WALDOMIRO FIORAVANTE.

Ao ensejo reitero a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **José Fortunati**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1994

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida, logo após os arts. 50 e 51, respectivamente dos seguintes arts. 50-A e 51-A:

"Art. 50-A. O juizado que deferir a adoção ficará obrigado a zelar pela vida e pelo bem-estar do adotado, até que este venha a completar 18 (dezoito) anos, bem como a manter a Corregedoria de Justiça a que pertencer e o Ministério da Justiça devidamente informados sobre a situação do adotado, mediante relatório circunstanciado, assinado pelo Ministério Público, e por equipe técnica, se possível.

§ 1º Anualmente o adotante residente no Brasil deverá apresentar o adotado ao juiz de direito que deferiu a adoção, bem como o respectivo atestado de saúde e de frequência escolar, se for o caso.

§ 2º O adotante que residir no Brasil, mas em comarca ou estado diferente daquele do juiz que deferiu a adoção, deverá apresentar anualmente o adotado ao juiz de direito da sua localidade, munido dos documentos referidos no parágrafo anterior. O juiz de direito que entrevistar o adotado deverá remeter ao juiz de origem relatório circunstanciado, assinado pelo Ministério Público, e por equipe técnica, se for possível.

§ 3º Sempre que o juiz de direito mais próximo ao adotado verificar qualquer irregularidade, mandará instaurar processo, com vistas a instruir e informar o juizado de origem, podendo decretar medidas cautelares pertinentes.

§ 4º O adotante, sempre que mudar de endereço, ficará obrigado a comunicar ao juizado mais próximo da antiga residência, bem como ao juizado de origem, o seu novo endereço, mediante documento próprio, considerando-se cumprida a exigência por meio do competente recibo.

§ 5º O descumprimento das obrigações assumidas pelo adotante importa em multa, cancelamento da adoção e processo criminal, dependendo da gravidade da infração.

§ 6º O Poder Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias regulamentará a presente lei, dispondo sobre as providências a serem adotadas e as respectivas competências, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça.

"Art. 51-A. O adotante estrangeiro, no ato da adoção, celebrará contrato formal com o Governo Brasileiro, comprometendo-se a cumprir todas as obrigações estabelecidas nas leis brasileiras e no contrato firmado, e a se submeter à legislação brasileira pertinente, inclusive no âmbito penal.

§ 1º O adotado não perderá a nacionalidade brasileira, e, a qualquer momento, verificando as autoridades brasileiras o inadimplemento contratual, deverá ser o adotado repatriado.

§ 2º O adotante estrangeiro obriga-se, anualmente e sob pena de ser cancelada a adoção e repatriado o adotado, a apresentá-lo ao Embaixador do Brasil, no país em que estiver residindo, a fim de ser entrevistado. Nesta oportunidade deverá apresentar atestado de saúde, firmado por médico credenciado na Referida Embaixada, bem como atestado de frequência escolar, se for o caso.

§ 3º O Embaixador do Brasil que entrevistar o adotado deverá remeter relatório ao juizado que deferiu a adoção, bem como encaminhar cópia desse relatório Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça.

§ 4º Sempre que o Embaixador constatar qualquer irregularidade, comunicá-la ao Ministério das Relações

es Exteriores e o Ministério da Justiça e ao Juizado de origem e deverá adotar providências de proteção e tutela do adotado brasileiro.

§ 5º O adotante comunicará às autoridades brasileiras a sua mudança de residência, devendo remeter correspondência informando a Embaixada do Brasil no País em que estiver residindo e ao juizado que deferiu a adoção, sendo todas essas providências comprovadas mediante recibo assinado pela autoridade competente.

§ 6º O Embaixador do Brasil poderá delegar estas atribuições aos consulados, bem como atribuir tais tarefas a diplomatas de carreira, que poderão visitar os adotados, no caso destes residirem em localidade distante da capital do país em que servir. As visitas serão sempre marcadas com antecedência e de modo a preservar a intimidade da família substituta.

§ 7º O Brasil celebrará tratado internacional, com vistas a regularizar os crimes, o processo e o julgamento dos infratores submetidos à legislação brasileira, bem como disciplinar a extradição dos adotantes criminosos e o repatriamento do adotado.

§ 8º As crianças brasileiras somente poderão ser adotadas por estrangeiros que:

I – tenham a nacionalidade de um dos países signatários do tratado a que se refere o parágrafo anterior; e
II – sejam residentes em algum desses países.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo suprir lacuna importantíssima existente no "Estatuto da Criança e do Adolescente", Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, especialmente constatada na Subseção IV, que trata "Da Adoção".

O Estado, através do Poder Judiciário, entrega o adotado a uma família substituta e nunca mais toma ciência do seu paradeiro, do seu bem-estar, da sua saúde ou vida.

Tal orientação causa uma série de desordens e inconvenientes, revelando total descaso com aqueles que, embora amparados pela tutela jurídica formal da adoção, estão ao desabrigo do controle e fiscalização do efetivo crescimento moral, social, afetivo e educacional.

A história é inegável. Quem não conhece o adotado que dorme no quarto dos empregados, que trabalha sem salário, que é discriminado e espoliado no seio da própria família que o acolheu em adoção? Até mesmo os contos infantis se enredam por estas tramas.

Em tempos modernos é impossível ao Estado cruzar os braços e entregar a desprotegida criança à sua própria sorte.

Acredito que grande maioria das famílias substitutas são afetivas, integradas e propiciam ambiente acolhedor, capaz de prover o adotado de todas as condições para que ele cresça e se torne um homem de bem.

Entretanto, ainda que em circunstâncias favoráveis, cumpre ao Estado controlar, fiscalizar, orientar a família substituta, a fim de resguardar o bem-estar e a adaptação do adotado, após a adoção.

O controle e a fiscalização do bem-estar e da adaptação do adotado por estrangeiro residente fora do País é imposição ainda mais séria e grave.

Muitas são as denúncias de crianças adotadas por estrangeiros e que hoje já não mais estão vivas, porque seus corpos serviram de matéria-prima para banco de órgãos.

O avanço tecnológico, as técnicas sofisticadas do cometimento de crimes inéditos, a desumanização da espécie humana, impõem ao Estado ainda mais deveres, no sentido de proteger os filhotes desta espécie, sobretudo aqueles aos quais a própria vida já negou o amparo, relegando-os à orfandade.

O presente projeto de lei exige ação conjugada do Poder Judiciário e do Poder Executivo na consecução destes objetivos, quais sejam, zelar pela vida e pelo bem-estar dos adotados, em toda e qualquer circunstância.

Em face do exposto espero contar com o apoio dos meus ilustres colegas para a aprovação do presente projeto de lei que visa precipuamente proteger a criança brasileira adotada.

Sala das Sessões, 3 de março de 1994. – Senador César Dias.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei -008069 de 13-7-1990 Lei Ordinária

Estatuto da Criança e do Adolescente

Art. 50. A autoridade Judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.

§ 1º O deferimento da inscrição dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do juizado, ouvido o Ministério Público.

§ 2º Não será deferida a inscrição se o interessado não satisfizer os requisitos legais, ou verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 29.

Art. 51. Cuidando-se de pedido de adoção formulado por estrangeiro residente ou domiciliado fora do país, observar-se-á o disposto no art. 31.

§ 1º O candidato deverá comprovar, mediante documento expedido pela autoridade competente do respectivo domicílio, estar devidamente habilitado a adoção, consoante as leis do seu país, bem como apresentar estudo psicossocial elaborado por agência especializada e credenciada no país de origem.

§ 2º A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá determinar a apresentação do texto pertinente a legislação estrangeira, acompanhado de prova da respectiva vigência.

§ 3º Os documentos em língua estrangeira serão juntados aos autos, devidamente autenticados pela autoridade consular, observados os tratados e convenções internacionais, e acompanhados da respectiva tradução, por tradutor público juramentado.

§ 4º Antes de consumada a adoção não será permitida a saída do adotando do Território Nacional.

(À Comissão, de Constituição, Justiça e Cidadania decisão Termativa.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO, Nº 111, DE 1994

Requeremos, nos termos do art. 336 alínea b do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Ofício S/nº 38 de 1994.

Sala das Sessões, 3 de março de 1994. – Mauro Benevides – Marco Maciel – Esperidião Amin – Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto do art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados), que submete à condição suspensiva a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do art. 55 da Constituição e dá outras providências, tendo parecer, proferido em Plenário, Relator: Senador Pedro Simon, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs 1 e 2 de Plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária do dia 20 de janeiro último. Naquela oportunidade, o Senador Cid Sábóia de Carvalho retirou a Emenda nº 1, de sua autoria.

Passa-se à votação do projeto sem prejuízo das emendas, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à votação da Emenda nº 3, de parecer favorável.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação da Emenda de nº 2, de parecer contrário.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

(A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, redação final, oferecida pela Comissão Diretora, que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 69, DE 1994

Da Comissão Diretora

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994.

A Comissão Diretora apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994, que dispõe sobre a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do artigo 55 da Constituição.

Sala de Reunião da Comissão, 3 de março de 1994. – **Beni Veras**, Presidente – **Júnia Marise**, Relatora – **Lucídio Portella** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 69, DE 1994

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 (nº 390/94, na Câmara dos Deputados).

Dispõe sobre a renúncia de parlamentar contra o qual pende procedimento fundado nos incisos I e II do artigo 55 da Constituição.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 3, de Plenário)

Após a expressão "Constituição Federal", constante do art. 1º do Projeto, acrescente-se a seguinte oração: "não prejudicará aplicação de penas previstas em lei." Em consequência, faça-se a

adequação da ementa e suprima-se a sentença: "fica sujeito à condição suspensiva, só produzindo efeitos se a decisão final não concluir pela perda do mandato."

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Com a palavra o nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores estou vivendo no meu gabinete um certo tumulto, pois estou com representações da agricultura de todo o Brasil e estamos em discussão.

A questão deste Decreto nº 4, que faz cessar a questão da correção monetária sobre a agricultura, está trazendo um tumulto muito grande, principalmente aos funcionários do Banco do Brasil, que são, hoje, os verdadeiros proprietários do Banco do Brasil, não é mais o Brasil.

Nós estamos querendo ver se conseguimos uma solução para esse problema. Então, enquanto estávamos lá, discutindo, eu vi aprovado – e estou com medo de alguns projetos que estão aí, eu gostaria de ver antes de aprovada a redação final – qual o projeto que foi votado e de que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O presente projeto de decreto legislativo, nobre Senador Ronan Tito, submete à apreciação a condição suspensiva a renúncia de parlamentar.

O SR. RONAN TITO – É justamente isso. A que ponto nós vamos chegar? Nós vamos proibir os outros de se suicidarem? A renúncia é um gesto unilateral. Nós vamos roubar do indivíduo o direito à renúncia, isso é um direito natural, não é direito jurídico. O homem tem o direito de aceitar um cargo e de não aceitar. A que patrulhamento chegamos! Um cidadão nem sequer tem o direito à renúncia. Pelo amor de Deus! E o Congresso vai aprovar isso? Para quê? Para satisfazer a imprensa, o ópio do povo?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Nobre Senador, permite-me V. Ex^a que eu faça um esclarecimento?

O SR. RONAN TITO – Pois não, nobre Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – O projeto não proíbe a renúncia.

O SR. RONAN TITO – O projeto oriundo da Câmara proíbe a renúncia.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – O projeto que foi votado não proíbe a renúncia.

O SR. RONAN TITO – Aí é que está, por isso é que eu pedi a redação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sobre isso é que eu gostaria de dar uma informação a V. Ex^a O projeto originário da Câmara, efetivamente, condicionava a renúncia, o que não era possível, como V. Ex^a sustenta, mas, exatamente por isso, desde o princípio, tive oportunidade de fazer ponderações que tal não seria admissível, e então, por uma emenda do nobre Senador Cid Sábóia de Carvalho, ficou o texto claro, estabelecendo que a renúncia não impede os efeitos do processo em curso, apenas isso. Mas a condição que prejudicaria a natureza da renúncia, de caráter individual, como V. Ex^a bem salienta, essa desapareceu do projeto.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, eu gostaria de retirar a redação final para examiná-la, inclusive os detalhes. Desculpe-me, isso era motivo de minha preocupação, vim a este plenário para conversar com o Senador Josaphat Marinho a respeito dessa questão.

Quero examinar essa redação, Sr. Presidente, para saber se esse projeto vai ser aprovado com a minha cumplicidade. Portanto,

gostaria de ter a redação final para exame, um exame acurado, não é um exame aqui, agora, não. Gostaria de ouvir um advogado. Já fizemos muitos projetos risíveis. Este Congresso está sob chacota.

Há alguns projetos neste País, transformados em lei, votados aqui, dos quais os escritórios de advocacia ficam rindo. Não sou advogado, não sou bacharel, mas gostaria de não estar no meio de alguma coisa risível. A situação do Brasil é tão trágica que rir, agora, é tragicômico.

Quero o adiamento da discussão, quero ver a redação final, quero fazer apreciação junto com assessores jurídicos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Mesa gostaria de esclarecer ao eminente Senador Ronan Tito que o projeto de decreto legislativo já foi aprovado, mas a votação da redação final poderá ser adiada.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que a matéria não pode ser aprovada com o incômodo que está sendo vivido por alguns Senadores.

Há o direito líquido e certo do Senador Ronan Tito verificar como ficou a matéria aprovada e examinar a redação final, para saber se pode haver ainda alguma emenda de redação. Pode ser que o texto não tenha ficado bom e fique, por consequência, carente de alguma emenda de redação, com um exame mais maduro numa próxima reunião.

O PMDB poderia pedir verificação de **quorum**, mas não o faz para não prejudicar a pauta nas matérias seguintes. O que nós queremos é apoiar a linha que foi conduzida pelo Senador Ronan Tito, para que a discussão da redação final fique para a próxima reunião do Senado Federal, para que S. Exª tenha tempo de examinar essa matéria.

A verdade é que o Senador Ronan Tito de há muito vem se preocupando com essa matéria, requerendo inversão de pauta, requerendo adiamentos para poder examinar a fundo. Agora que foi aprovada a redação do decreto legislativo com a emenda de minha autoria, S. Exª quer examinar. Eu não tenho mais dúvida, o Senador Josaphat Marinho também não tem mais dúvida, mas vamos ver como fica a redação final.

Eu apóio a posição do Senador Ronan Tito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 112, DE 1994

Nos termos do art. 279, alínea c, do Requerimento Interno, requeiro adiamento da discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1994 a fim de ser feita na sessão de 9-3-94

Sala das Sessões, 3 de março 1994. – **Ronan Tito.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT–SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta matéria vem sendo objeto de pedidos de adiamento de votação em algumas oportunidades. Parece-me que o Senador Josaphat Marinho fez as modificações, atendendo àquilo que o Senador Ronan Tito havia colocado como

sua objeção principal. Eu ponderaria ao Senador Ronan Tito se S. Exª, em estando consciente das modificações propostas pelo Senador Josaphat Marinho, agora sob um melhor exame, já que foram consideradas as observações que S. Exª havia colocado, se não poderia, diante disso, desistir de seu requerimento de adiamento.

É apenas essa a ponderação que faço ao Senador Ronan Tito, em decorrência da modificação realizada no substitutivo do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em votação o Requerimento nº 112/94, de adiamento da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1/94.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado com o voto contrário dos Senadores Pedro Simon e Eduardo Suplicy.

Fica a discussão da redação final adiada, conforme dispõe o requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – **Item 2:**

OFÍCIO Nº S/37, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993.

Ofício nº S/37, de 1994 (nº 867/94, na origem), através do qual o Banco Central do Brasil encaminha a solicitação do Governo do Estado do Paraná, a fim de que este possa emitir Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, cujos recursos serão destinados ao giro da sua dívida mobiliária, vencível no primeiro semestre de 1994.

Nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993, designo o Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senhor Governador do Estado do Paraná solicita, por intermédio da Ofício S/ nº 37, de 1994 (Ofício nº 870, de 22 de dezembro de 1993, na origem), autorização para a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões) dessas mesmas Letras, de valor nominal de CR\$1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, vencíveis no primeiro semestre de 1994.

A solicitação encontra-se adequadamente instruída com a documentação exigida pelos arts. 2º, 13 e 15 da Resolução nº 11, de 1994, que dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Parecer DEDIP/DIARE – 94/268, de 23 de fevereiro de 1994, do Banco Central do Brasil, informa que a operação de crédito pleiteada enquadra-se nos limites fixados pela supracitada Resolução.

II. – Voto do Relator

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, incisos V a IX, da Constituição Federal, combinado com o art. 393, parágrafo único, alínea a, do Regimento Interno desta Casa, a iniciativa de projeto de resolução que implique o exercício da competência privativa do Senado Federal de dispor sobre limites globais e condições para a realização de operações de crédito do interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias.

Entendo ser conveniente dar ao pleito do Estado do Paraná tratamento paritário ao que se concedeu, recentemente, aos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais entre outros, que foram au-

torizados a rolar 91% (noventa e um por cento) de sua dívida vencível no primeiro semestre de 1994.

Manifesto-me, assim, favoravelmente a que se autorize a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná no valor necessário e suficiente para a rolagem de 91% (noventa e um por cento) da parcela atualizada da dívida do Estado, a vencer no primeiro semestre de 1994, equivalendo esta a 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões) daquelas mesmas Letras, de valor nominal de CR\$1,00 (hum cruzeiro real) cada uma, para o que proponho o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34, DE 1994

Autoriza a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 91% (noventa e um por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível no primeiro semestre de 1994.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Autorizar o Estado do Paraná, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 91% (noventa e um por cento) de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1994.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, atualizados nos termos do § 6º do art. 15 da Resolução nº 11, de 1994, deduzida a parcela de 9% (nove por cento);

b) modalidade: nominativa – transferível;

c) rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto – Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) prazo: de até 1.461 (um mil quatrocentos e sessenta e um) dias;

e) valor nominal: CR\$1,00 (hum cruzeiro real);

f) características dos títulos a serem substituídos:

Título: 611825;

Vencimento: 15 de março de 1994;

Quantidade: 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões);

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

- Colocação: 15 de março de 1994;

- Vencimento: 15 de março de 1998;

- Título: 611461;

- Data-base: 15 de março de 1994;

h) forma de colocação: por intermédio de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização legislativa: Lei nº 8.212, de 30 de dezembro de 1985, Lei nº 8.914, de 13 de dezembro de 1988, Lei nº 9.058, de 3 de agosto de 1989, e Decreto nº 5.700, de 13 de setembro de 1989.

Art. 3º A autorização a que se refere o art. 1º deverá ser exercida no prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias a contar da data em que seja publicada a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 34, de 1994, que autoriza a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 91% da dívida mobiliária do Estado, vencível no primeiro semestre de 1994.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

À Comissão Diretora para a redação final.

Sobre a mesa, redação final oferecida pela Comissão Diretora que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 70, DE 1994

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1994.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1994, que autoriza a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 91% da dívida do Estado, vencível no primeiro semestre de 1994.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de março de 1994. – **Humberto Lucena**, Presidente – **Lucídio Portella**, Relator – **Beni Veras** – **Carlos Patrocínio**.

ANEXO AO PARECER Nº 70, DE 1994.

Redação final do Projeto de Resolução nº 34, de 1994.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1994

Autoriza a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 91% da dívida mobiliária do Estado, vencível no primeiro semestre de 1994.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizado o Estado do Paraná, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná, destinadas à rolagem de 91% de sua dívida mobiliária, vencível no primeiro semestre de 1994.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) **quantidade**: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, atualizados nos termos do § 6º do art. 15 da Resolução nº 11, de 1994, deduzida a parcela de 9%;

b) **modalidade**: nominativa-transferível;

c) **rendimento**: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) **prazo**: de até um mil quatrocentos e sessenta e um dias;

e) **valor nominal**: CR\$1,00 (um cruzeiro real);

f) **características dos títulos a serem substituídos**:

Título	Vencimento	Quantidade
611825	15-3-94	1.700.000.000

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Colocação	Vencimento	Título	Data-base
15-3-94	15-3-98	611461	15-3-94

h) forma de colocação: por intermédio de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil.

i) autorização legislativa: Lei nº 8.212, de 30 de dezembro de 1985, Lei nº 8.914, de 13 de dezembro de 1988, Lei nº 9.058, de 3 de agosto de 1989 e Decreto nº 5.700, de 13 de setembro de 1989.

Art. 3º A autorização a que se refere o art. 1º deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, a contar da data em que seja publicada a presente Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A redação final é considerada definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 7º da Resolução nº 110, de 1993.

A matéria vai à promulgação.

O Sr. Carlos Patrocínio, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – As matérias constantes dos nºs 3 a 9 da Ordem do Dia da presente sessão, de acordo com o disposto no art. 383, alíneas g e h, do Regimento Interno, devem ser apreciadas em sessão pública, procedendo-se à votação por escrutínio secreto.

O Sr. Mauro Benevides – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de prosseguir no enunciado das matérias que a Casa deverá apreciar neste instante, peço a V. Exª que reitere, com aquela veemência e em tom patético, a presença dos Srs. Senadores em plenário.

Algumas comissões ainda se reúnem neste momento, apesar de já estarmos adentrando no processo de votação, e no plenário da Casa há apenas 32 Senadores. Creio que com o apelo de V. Exª certamente alcançaremos o **quorum** indispensável para uma deliberação do Senado Federal.

Daf por que peço a V. Exª que transmita, com a voz autorizada da Presidência, aquele apelo instando para que os Senadores venham ao plenário e viabilizem o **quorum** necessário ao exame dessas proposições que não poderão sofrer mais qualquer tipo de procrastinação, sob pena de se alcançar a própria imagem do Senado Federal, já que algumas dessas matérias há mais de dois meses se acham pendentes de deliberação pela nossa Casa legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – V. Exª será atendido, nobre Líder.

Item 3:

Votação em turno único do Parecer nº 464, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a

Mensagem nº 413, de 1993, (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Sr. Ruy Coutinho do Nascimento para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 10 de fevereiro último e devemos, portanto, passar à votação.

Quero, entretanto, fazer um apelo a todos os Srs. Senadores. A Comissão Diretora do Senado estava reunida e interrompeu os trabalhos para vir ao plenário participar desta e de outras votações da maior importância. Há 62 Srs. Senadores na Casa. De modo que peço a todos que se encontram em reuniões e gabinetes que venham ao plenário. Dirijo um apelo aos Presidentes de Comissão para suspenderem ou encerrarem suas reuniões, permitindo assim que os Srs. Senadores venham participar desta e de outras votações relevantes.

O Senado deverá pronunciar-se sobre a indicação de autoridades para o Banco Central, Conselho Administrativo de Defesa Econômica e algumas embaixadas.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acham-se em plenário 37 Srs. Senadores. Entendo que, se V. Exª insistir uma vez mais, com a autoridade que ninguém nega a V. Exª, pelo brilho do desempenho parlamentar e pelo exercício correto da Vice-Presidência, neste momento, como Presidente da Casa, tenho certeza de que V. Exª garantirá a presença de mais esses quatro companheiros que possibilitarão o **quorum**, no Senado Federal, na sessão de hoje, quando importantes matérias deverão ser apreciadas.

Agora, com a chegada do nobre Senador José Eduardo Vieira, ficam faltando apenas três Senadores, a não ser que o Senador Francisco Rollemberg retorne ao plenário; se S. Exª retornar, Sr. Presidente, garantiremos o **quorum**. O Senador Affonso Camargo, também está chegando.

Então, na computação que a Mesa deve estar procedendo, com aquele esmero habitual, esperamos que chegue, sem qualquer tardança, aos 41 Srs. Senadores para possibilitar a realização desta sessão com o **quorum** necessário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nobre Líder, a Mesa pretende insistir não apenas uma vez, mas duas ou três. V. Exª foi um pouco modesto.

A Mesa insiste na oportunidade de colocar em votação a indicação de autoridades para altos cargos, já que estamos quase atingindo o **quorum** necessário.

Espero que os Srs. Senadores venham ao plenário, porque esta votação é da maior importância e está sendo aguardada já há algum tempo.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – V. Exª tem a palavra, nobre Senador.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, corroborando as palavras do eminente Senador Mauro Benevides, talvez fosse de bom alvitre que V. Exª designasse funcionários que pudessem percorrer as comissões técnicas, que estão em debates, solicitando a alguns Senadores envolvidos, naturalmente, em questões também importantes, para que viessem ao plenário.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está-se realizando uma reunião de liderança no Espaço Cultural da Câmara. Creio que tem razão o Senador Hugo Napoleão; alguém deve ir até lá e fazer um apelo para que os nossos Colegas viessem ao plenário.

Sr. Presidente, neste momento, estão reunidas duas comissões: uma, na Comissão de Orçamento da Câmara, sob o comando do Senador José Richa, com a presença de diversos Senadores e Deputados para a discussão da Revisão Constitucional. Outra, no Espaço Cultural da Câmara, reunida com as Lideranças da Câmara e do Senado, para tratar também da Revisão Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A sugestão de V. Ex^a será atendida.

Além desses apelos, estamos solicitando que um representante da Mesa se dirija à Comissão de Orçamento, bem como à essa reunião de líderes no Espaço Cultural.

O SR. DIRCEU CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DIRCEU CARNEIRO (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fomos informados também que, neste momento, o Presidente do Senado está presidindo uma reunião de Líderes que trata da questão da Revisão Constitucional, onde estão vários Senadores. O Senador Mário Covas acaba de se dirigir à essa reunião para tentar mobilizar os colegas para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Estamos também solicitando que esta reunião seja interrompida, para que os Srs. Senadores possam vir ao plenário.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão.) – Sr. Presidente, temos conhecimento de que há uma reunião do IPC – Instituto de Previdência dos Congressistas; V. Ex^a poderia fazer também uma gestão para que aquela reunião fosse interrompida.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A sugestão de V. Ex^a também será atendida. Estamos diligenciando nesse sentido.

Volto a insistir que para a escolha de autoridades não devemos proceder à votação com um **quorum** baixo; não podemos partir do pressuposto que todos os Srs. Senadores presentes votem num ou em outro sentido. A experiência é que, por diferentes motivos, às vezes até por nenhum motivo, há votos divergentes.

O SR. AFFONSO CAMARGO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AFFONSO CAMARGO (PPR – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de votação de autoridade ou tem alguma lei complementar também?

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Somente autoridade, nobre Senador.

O SR. AFFONSO CAMARGO – Sr. Presidente desde que haja 41 Srs. Senadores, se houver qualquer voto contrário, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Acontece que não há 41 Srs. Senadores.

O SR. AFFONSO CAMARGO – Não havendo 41 Srs. Senadores, nada tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Os Srs. Senadores que se encontravam no Espaço Cultural já estão se dirigindo ao plenário. A reunião foi interrompida.

Solicito ao nobre Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas que interrompa a reunião do Conselho Deliberativo do IPC, para que os nobres Senadores possam, também, se dirigir ao plenário.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, pergunto a V. Ex^a se posso fazer uso da palavra enquanto não conseguimos **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nobre Senador Ronan Tito, pediria a V. Ex^a que usasse da palavra logo após a votação.

O SR. RONAN TITO – Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Teremos sete votações, mas vamos esgotar esta pauta, que está sendo reclamada há mais de mês.

Em votação o parecer.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa)

(*Procede-se à votação*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amir Lando – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – César Dias – Cid Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Espiridão Amin – Francisco Rollemberg – Flaviano Melo – Garibaldi Alves – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iram Saraiva-Irapuan Júnior – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Marcio Lacerda – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Onofre Quinan – Paulo Bisol – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Ronan Tito – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – **Votaram SIM** 46 Srs. Senadores e **NÃO** 1.

Houve 2 abstenções.

Total: 49 votos.

A indicação foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – **Item 4:**

Votação em turno único do Parecer nº 464-A, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome da Sr^a NEIDE TEREZINHA MALARD, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 10 de fevereiro último.

Em votação o parecer.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amir Lando – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – César Dias – Cid Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Esperidião Amin – Francisco Rollemberg – Flaviano Melo – Garibaldi Alves – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iram Saraiva – Irapuan Junior – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – Junia Marise – Jutahy Magalhães – Levy Dias – Louremberg Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Marcio Lacerda – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Onofre Quinan – Paulo Bisol – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Ronan Tito – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores e NÃO 7.

Houve uma abstenção.

Total: 49 votos.

A indicação foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – **Item 5:**

Votação, em turno único, do Parecer nº 464-B, de 1993, da Comissão de Assunto Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor CARLOS EDUARDO VIEIRA DE CARVALHO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 10 de fevereiro último.

Em votação o parecer.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – César Dias – Cid Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Esperidião Amin – Francisco Rollemberg – Flaviano Melo – Garibaldi Alves – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Levy Dias – Louremberg Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Onofre Quinan – Paulo Bisol – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Teotônio Vilela – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Votaram SIM 39 Srs. Senadores e NÃO 5.

Houve 2 abstenções.

Total: 46 votos.

A indicação foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – **Item 6:**

Votação, em turno único, do Parecer nº 464-C, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 413, de 1993 (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Senhor MARCELO MONTEIRO SOARES, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 10 de fevereiro último.

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amir Lando – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – César Dias – Cid Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Esperidião Amin – Francisco Rollemberg – Flaviano Melo – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – Jonice Marise – Jutahy Magalhães – Levy Dias – Louremberg Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Onofre Quinan – José Paulo Bisol – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Ronan Tito – Teotônio Vilela – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores e NÃO 5.

Houve 2 abstenções.

Total: 48 votos.

A indicação foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – **Item 7:**

Votação, em turno único, do Parecer nº 464-D, de 1993, da Comissão de Assuntos Econômicos sobre Mensagem nº 413, (nº 882/93, na origem) do Senhor Presidente da República, que conclui favoravelmente à aprovação do nome do Sr. JOSÉ MATIAS PEREIRA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 10 de fevereiro último.

Em votação o parecer.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amir Lando – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – César Dias – Cid Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Esperidião Amin – Francisco Rollemberg – Flaviano Melo – Garibaldi Alves – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – Júnia Marise – Jutahy Magalhães – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Marcio Lacerda – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Onofre Quinan – José Paulo Bisol – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Ronan Tito – Teotônio Vilela – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores e NÃO 5.

Houve 2 abstenções.

Total: 49 votos.

A indicação foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – **Item 8:**

Votação, em turno único, do Parecer nº 53, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 54, de 1994, (nº 70/94, na origem), de 28 de janeiro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do

Senado a escolha do Sr. ALKIMAR RIBEIRO MOURA, para exercer o cargo de Diretor de política Monetária do Banco Central do Brasil.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 10 de fevereiro último.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amir Lando – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – César Dias Cid Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Garibaldi Alves – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iram Saraiva – Irapuan Júnior – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – Junia Marise – Jutahy Magalhães – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Márcio Lacerda – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Onofre Quinan – Paulo Bisol – Pedro Simon – Pedro Teixeira – Ronan Tito – Teotonio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores e NÃO, 7.

Houve 2 abstenções.

Total: 49 votos.

A indicação foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 60, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 1, de 1994 (nº 1.079/93, na origem), de 28 de dezembro do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Athos Gusmão Carneiro.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

VOTAM OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Albano Franco – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Amir Lando – Antonio Mariz – Carlos Patrocínio – Cesar Dias – Cid Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Francisco Rollemberg – Flaviano Melo – Garibaldi Alves – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iram Saraiva – Irapuan Júnior – João Calmon – João França – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – Junia Marise – Jutahy Magalhães – Levy Dias – Louremberg Rocha – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Marcio Lacerda – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Meira Filho – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Onofre Quinan – Paulo Bisol – Pedro Simon –

Pedro Teixeira – Ronan Tito – Teotonio Vilela Filho – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Votaram SIM 43 Srs. Senadores e NÃO, 6.

Não houve abstenção.

Total: 49 votos.

A indicação foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – **Item 10:**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 537, de 1993 (nº 1.051/93, na origem), de 23 de dezembro último, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor JOSÉ JERÔNIMO MOSCARDO DE SOUZA, Ministro de Primeiro Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador, Chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

A matéria restante da pauta da presente sessão, nos termos do Regimento Interno, deverá ser apreciada em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de que seja respeitado o dispositivo regimental.

(*A sessão transforma-se em secreta às 12h14min e volta a ser pública às 12h18min.*)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 111/94, de Urgência, lido no Expediente, para o Ofício nº S/38 de 1994.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores:

A Constituição de 1988, ao consagrar a forma federativa do Estado brasileiro, manteve uma tradição de toda a nossa história republicana. Tamanho foi o zelo pelo princípio federativo, que a atual Carta Magna respeitou também a tradição republicana de vedar a apresentação de proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.

Com efeito, o sistema federativo distingue-se pelo caráter composto do seu ordenamento político e jurídico, havendo um plano nacional e um estadual ou regional de poderes e órgãos, assim como de competências. Uma verdadeira federação rege-se por dois princípios básicos. O primeiro é o da participação. Através dele, os Estados-membros tomam parte na formação da vontade estatal. O segundo princípio básico de uma federação é o da autonomia, mediante o qual cada Estado-membro é dotado do poder constituinte. Segue-se daí a existência, não apenas no plano nacional, mas em cada Estado-membro, de uma constituição, um legislativo, um judiciário e um executivo.

Essas características do Estado federativo o opõem à forma unitária de organização estatal, marcada pela existência de uma unidade da ordem política e jurídica. Entretanto, por mais centralizado que seja, nenhum Estado unitário o é em absoluto; há sempre

divisões internas em sua composição, mormente na esfera administrativa. Por outro lado, toda federação possui um duplo aspecto: o unitário, expresso na competência centralizadora da União, exercida no interesse de toda coletividade nacional; e o aspecto federativo propriamente dito, que se manifesta na autonomia dos Estados-membros. Disso resulta ser impróprio afirmar, em tese, que uma das formas de organização do Estado seja superior à outra.

Nossa época é testemunha de como as formas tradicionais de organização estatal vêm sendo desafiadas. Federações centralizadas como a União Soviética e a Iugoslávia desintegraram-se e novas entidades políticas com muito custo tentam se consolidar em seus antigos territórios. De outro lado, há o caso de países que cogitam em conceder novos poderes a entidades supranacionais, como o fazem os membros da Comunidade Econômica Européia. Na realidade, é difícil estabelecer princípios gerais e demais regras para a repartição de prerrogativas e responsabilidades entre um poder central e as unidades federadas ou confederadas. Daí originam-se as quase inevitáveis divergências entre as entidades associadas e entre essas e o governo central.

Em retrospectiva histórica, é possível afirmar que as coletividades que procuraram se organizar sob a forma de federação tinham em mente os riscos para a liberdade e para o respeito às diversidades culturais e regionais que pode suscitar o caráter centralizado do Estado unitário. Essa preocupação explica o espírito inovador dos "Constituintes de Filadélfia". De fato, os "estados" norte-americanos haviam sido autônomos entre si na época colonial, unindo-se apenas durante a luta contra os ingleses através de uma confederação. Quando da elaboração da Constituição de 1787, essa aliança provisória deu origem a uma entidade política nova, a federação norte-americana. Nesta, cada membro manteve atribuições e competências próprias. Apenas com o passar dos anos, e após uma guerra civil, conseguiu a União se consolidar, o que se fez, ainda assim, respeitando a autonomia de cada entidade federada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o caso brasileiro mostra uma situação inversa, em que uma nação unitária repartiu-se em "estados" e adotou uma constituição federal. De fato, apesar das diversidades regionais, o Estado imperial brasileiro caracterizava-se por sua forma unitária. Diversas eram, contudo, as pressões pela adoção de princípios descentralizadores, o que se pode verificar nas rebeliões provinciais que sacudiram o País. Em um momento de fragilidade do governo central foi instituído o Ato Adicional de 1834, pelo qual foram outorgados poderes consideráveis aos Conselhos Gerais Provinciais. Entretanto, passada a crise da Regência, tais atribuições foram atenuadas ou suprimidas pela Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840. Para fortalecer o princípio de centralização do poder, o governo imperial manteve a tradição da administração pública portuguesa de promover a circulação dos altos funcionários por postos e regiões geográficas. Dessa forma, os presidentes de províncias, que eram nomeados pelo imperador, não precisavam ser naturais das entidades que governavam nem estar de algum modo vinculados a elas; o que interessava era a lealdade ao governo central.

Sem dúvida, a centralização do Segundo Reinado, como também outros momentos posteriores de fortalecimento do poder central, foram fundamentais na contenção de conflitos de cunho separatista e, portanto, na manutenção da unidade nacional. Ainda assim, é possível concluir que a resistência ao princípio federativo contribuiu em grande escala para a queda da Monarquia.

Infelizmente, contudo, o advento da federação com a República não foi fruto de uma pressão que envolvesse a vontade inquestionável de todas ou quase todas as antigas províncias. A propósito, muitos eram os republicanos que lutavam, desde os últi-

mos anos da Monarquia, por uma concepção de Estado claramente unitária, inspirada em ideais positivistas. Em grande parte, o interesse dos cafeicultores paulistas, desejosos de afastar os entraves a seus negócios proporcionados pela centralização administrativa imperial, foi o fator decisivo na opção pelo regime federativo. Apesar dessa vitória federalista, o ideal de um regime centralizado, modernizador e ditatorial, herança do racionalismo e do positivismo, viria a se manifestar com enorme frequência na vida política não apenas dos anos iniciais da República, mas de toda a história subsequente do País.

Tão ampla era a autonomia concedida aos Estados pela Constituição de 1891 que eles podiam contrair livremente empréstimos no exterior, cobrar impostos de exportação, criar barreiras fiscais interestaduais e até mesmo manter suas próprias forças armadas. Apesar dessa ampla autonomia constitucional, o princípio federativo foi constantemente eludido pela prática política centralizadora ou pela formação de hegemonias regionais. Assim, e sem querer discutir as razões de cada um, os dois primeiros Presidentes da República governaram como ditadores. Não foram poucas as intervenções federais nos Estados ou os anos em que o poder central governou sob estado de sítio. Outro exemplo de centralização, que expressa a hipertrofia do Executivo Federal no período da chamada República Velha, foi a Comissão Verificadora de Poderes, com sua função de impedir vitórias eleitorais das oposições estaduais, garantindo o apoio das oligarquias no poder ao cada vez mais fortalecido governo central. Por outro lado, o princípio do equilíbrio federativo foi ferido pela aliança dos dois Estados mais poderosos, São Paulo e Minas Gerais, que após 1894 praticamente se revezaram na indicação do Presidente da República.

A Revolução de 30 tinha em seu espírito uma proposta moralizadora do processo político-eleitoral; porém, trouxe também um novo momento de centralização do poder. Dada a excepcionalidade da ocasião, foram nomeados interventores para o governo dos Estados e dissolvidas as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais, além do Congresso Nacional.

O mesmo estilo descentralizador da Constituição de 1891 foi adotado pela Carta de 1934. Contudo, a nova ordem constitucional não conseguiu se manter em virtude da radicalização política do período. Com o golpe do Estado Novo e a imposição da Constituição de 1937, a centralização do poder chegou a seu extremo. Foram proibidas até as bandeiras e emblemas estaduais. A inscrição da forma federativa de Estado no novo texto constitucional em nada era coerente com os mecanismos de fortalecimento da forma unitária do então formulado Estado corporativo, cópia de modelos fascistas europeus.

A Constituição liberal-democrática de 1946 representou nova tentativa de revitalização do federalismo. Uma medida inovadora presente em seu texto, correlata ao princípio federativo, foi a adoção de um percentual de receitas tributárias da União em favor da região Nordeste. Entretanto, é possível perceber que novamente a consolidação do princípio federativo foi prejudicada pelo fortalecimento da centralização administrativa.

É preciso lembrar que esse contínuo fortalecimento da União a partir da década de 30 não se deve apenas à tradição político-administrativa brasileira, herança de tempos coloniais e do Império. Manifestava-se no período uma tendência mundial no sentido da centralização política, em virtude da emergência do "welfare state". Também no Brasil, de modo especial a partir dos anos 30, o poder central interveio na esfera sócio-econômica com o objetivo de aplacar os conflitos sociais decorrentes da luta entre o capital e o trabalho. Além disso, coube à União a tarefa de coordenar a política desenvolvimentista requerida pelos agudos sentimentos nacionalistas que emergiram nessa época.

Um novo período de centralização foi proporcionado pelo regime instalado em 1964. A Constituição de 1967, da mesma forma que a Emenda Constitucional de 1969, estabelecia uma série de restrições à autonomia dos Estados, apesar de declarar que cada entidade federada seria organizada de acordo com suas próprias constituições. Na verdade, os Estados passaram a ser entidades tuteladas pelo poder central. Em matéria tributária, a União reteve a maioria dos impostos de base econômica mais sólida e passou a interferir na cobrança de tributos próprios dos Estados e Municípios. Houve, é certo, razoáveis redistribuições federais aos outros níveis de governo através das transferências constitucionais e legais, assim como das chamadas "transferências negociadas". Essa situação, entretanto, gerou um certo comodismo das unidades federadas em relação à arrecadação de seus tributos próprios. Além disso, as "transferências negociadas" implicaram outra distorção ao sistema federativo, que foi a execução de obras e serviços públicos tipicamente regionais por órgãos da União.

Como todos sabemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma das grandes preocupações dos Constituintes de 1987-88 foi a de garantir a consolidação das liberdades públicas e das instituições democráticas. Nesse sentido, foram estabelecidos no novo texto constitucional dispositivos marcados pela idéia de fortalecimento do princípio federativo como um dos pilares da nova ordem democrática. Assim, os Estados - e também os Municípios, reconhecidos com o status de unidades federadas - passaram a ter maior liberdade no que concerne ao seu poder de auto-organização. Estados e Municípios tiveram também aumentada sua capacidade arrecadadora.

Persistiu na Carta Constitucional de 1988, entretanto, a tendência centralizadora. A União foi sobrecarregada de obrigações, notadamente na área da seguridade social. Privada de receitas, mas com os encargos mantidos ou até ampliados, a União aumentou a carga fiscal -sobretudo dos tributos não sujeitos à repartição constitucional -, promoveu alterações frequentes na legislação tributária e se envolveu em longas disputas judiciais. Além disso, as dificuldades geradas por esse aumento de despesas foram responsáveis pela acentuada elevação do déficit público federal, um dos principais fatores de alimentação do espectro inflacionário.

Com efeito, algumas pesquisas indicam que, mesmo antes da reforma tributária promovida pela Constituição de 1988, havia uma tendência ao aumento da participação dos Estados e dos Municípios na distribuição nacional das receitas. De acordo com estudo publicado na revista *Conjuntura Econômica*, de outubro de 1991, a disponibilidade tributária dos Estados em relação ao total da receita nacional subiu de 24,3 para 27,4% entre 1980 e 1988. No mesmo período, a disponibilidade dos Municípios elevou-se de 9,5 para 11,4% da receita nacional. Foram fatores importantes nessa tendência de descentralização tributária a pressão das unidades federadas, ante os efeitos adversos da contração econômica do início dos anos 80, e a liberalização política, principalmente após as eleições para governadores de Estado em 1982 e para prefeitos em 1985. Segundo dados preliminares levantados pelo referido estudo, Estados e Municípios retiveram, respectivamente, cerca de 30 e 16% da receita tributária nacional em 1990. Esses dados indicam que, apesar das mudanças promovidas pela Carta de 1988, há ainda no País uma considerável centralização tributária. E como todos sabemos, mesmo retendo a maior parte da receita fiscal, a União enfrenta crônico problema orçamentário, por estar sobrecarregada de responsabilidades.

A situação relativamente favorável dos entes federados em matéria tributária nos últimos anos não impediu que muitos deles acabassem envolvidos em gastos excessivos. Em consequência, por diversas vezes, o Governo Federal acabou assu-

mindando os custos das crises financeiras daqueles, através de transferências, de absorção dos serviços da dívida e de constante renegociação dos créditos junto às instituições financeiras centrais. Os notórios vínculos entre esse comportamento do poder central e nebulosos esquemas de manipulação política explicariam a existência, em diversos setores da administração pública, de uma forte resistência à criação de regras e ações mais disciplinadoras das relações econômico-financeiras entre a União, os Estados e os Municípios.

Podemos ver assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a presente ordem constitucional, apesar de ter possibilitado um avanço no que diz respeito ao sistema federativo, ainda não representou a formação de um sistema equilibrado entre o poder central e as entidades federadas. A atual Constituição promoveu uma reforma tributária incompleta e deixou de efetuar a transferência de responsabilidades entre as esferas de governo.

O que se constata hoje é a necessidade de redefinir alguns papéis no sistema federativo brasileiro. A importância de consolidar a autonomia das entidades federadas é inquestionável. Isso poderia ser feito mediante a transferência de competências da esfera federal para a dos Estados e Municípios e o consequente estabelecimento de uma base tributária mais sólida para os mesmos. Com certeza, essa descentralização exigiria maior responsabilidade fiscal e orçamentária por parte das entidades federadas, pois é preciso que estas se preocupem mais com os problemas macroeconômicos do País. A União, por sua vez, deveria ter suas atribuições limitadas às questões de caráter estritamente nacional, além de exercer suas funções redistributivas, como na correção das desigualdades regionais. Dessa forma, passariam a ser da responsabilidade privativa dos Estados e dos Municípios as obras e os serviços públicos que podem ser melhor executados e prestados pelos governos que se encontram mais próximos da população. Não faz sentido, por exemplo, que programas de distribuição de merenda e material escolares sejam conduzidos pelo Governo Federal. Por outro lado, deveriam ser estabelecidas regras mais rígidas de controle dos gastos públicos em geral, assim como de disciplina nas relações econômico-financeiras entre os níveis de governo. Por fim, cabe mencionar a necessidade do fortalecimento, em todos os níveis de governo, de uma postura ética que represente a rejeição a qualquer comportamento que envolva trocas ilegítimas de favores.

Julgo serem esses os caminhos adequados para se combater o centralismo, a irresponsabilidade e o clientelismo, vícios causadores das históricas distorções do ideal federalista em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 167, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 5º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências. (Dependendo de Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos)

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução
nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1993 (nº 270/93, na Câmara dos Deputados), *que aprova os textos das Resoluções nºs 267 (E-V), 268 (XII) da Conferência Geral do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), que alteram, respectivamente, a denominação legal do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e o parágrafo 2º de seu artigo 25, bem como o texto emendado do referido Tratado.* (Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução
nº 110, de 1993)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado
nºs 97 e 106, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1993, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, *que dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica, e dá outras providências.* (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 106, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1993, de autoria do Senador Júlio Campos, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de fortificação dos alimentos básicos e dá outras providências*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 80 e 97, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que *dispõe sobre a obrigatoriedade da adição de micronutrientes aos produtos de alimentação que especifica*. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, de autoria do Senador Mário Covas, que *dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994*. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h20min.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 86, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002683/94-6, resolve:

Aposentar, voluntariamente, JOSÉ SOARES SILVA, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com os artigos 34, § 2º, 37 e 41, da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com pro-

ventos proporcionais ao tempo de serviço observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 3 março de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 20, DE 1994

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003683/94-0, resolve:

Exonerar, a pedido, GERALDO ARRAES MAIA, matrícula nº 4616, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mauro Benevides, a partir de 28 de fevereiro de 1994.

Senado Federal, 2 de março de 1994. – **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PTB _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PRN _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PDS _ PI

Beni Veras _ PSDB _ CE

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Marco Maciel

Vice-Líderes

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN**Líder**

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP**Líder**

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Affonso Camargo

Esperidião Amim

Moisés Abrão

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Alufio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
PTB			
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Alufzio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Marcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	
PFL			
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
PSDB			
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dircceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
PTB			
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PRN			
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PSB / PT			
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
PP			
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Alufio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB

Beni Veras CE-3242/43/44 Almir Gabriel PA-3145/47
José Richa PR-3163/64 Dirceu Carneiro SC-3179/80
Mário Covas SP-3177/78 Vago

PTB

Afonso Camargo PR-3062/63 Louremberg N. Rocha MT-3035/36
Valmir Campelo DF-3188/89/4061 Luiz A. Oliveira PR-4059/60
Jonas Pinheiro AP-3206/07 Marluce Pinto RO-4062/63

PDT

Magno Bacelar MA-3074/75 Lavoisier Maia RN-3239/40

PRN

Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-4215/18
Ney Maranhão PE-3101/02 Aureo Mello AM-3091/92

PDC

Moisés Abrão GO-3136/37/3522 Gerson Camata ES-3203/04

PDS

Esperidião Amin SC-4206/07 Jarbas Passarinho PA-3022/24

PP

Meira Filho DF-3222/05 Irapuan C. Júnior GO-3089/90

PT/PSB

Eduardo Suplicy 3213/15/16 José Paulo Bisol 3224/25

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3515/3516/4354/3341
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekél Freitas

Titulares Suplentes

PMDB

Ronan Tito MG-3039/40 Mauro Benevides CE-3052/53
Alfredo Campos MG-3237/38 Flaviano Melo AC-3493/94
Nelson Carneiro RJ-3209/10 Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Divaldo Suruagy AL-3185/86 Mansueto de Lavor PE-3182/83
João Calmon ES-3154/55 Gilberto Miranda AM-3104/05
Ruy Bacelar BA-3160/61 Cesar Dias RR-3064/65

PFL

Guilherme Palmeira AL-3245/46 Francisco Rollemberg SE-3032/34
Hydekél Freitas RS-3064/65 Josaphat Marinho BA-3173/74
Lourival Baptista SE-3027/28 Raimundo Lira PB-3200/3201
Alvaro Pacheco PI-3085/86 Marco Maciel PE-3197/98

PSDB

Dirceu Carneiro SC-3179/80 Jutahy Magalhães BA-3171/72
José Richa PR-3163/64 Eva Blay SP-3119/20

PTB

Luiz A. Oliveira PR-4058/59 Valmir Campelo DF-3188/89
Marluce Pinto RR-4062/63 Jonas Pinheiro AP-3206/07

PDT

Darcy Ribeiro RJ-4230/31 Magno Bacelar MA-3074/75

PRN

Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-3255/4215

PDC

Gerson Camata ES-3203/04 Epitácio Cafeteira MA-4073/74

PP

Irapuan Costa Júnior 3088/3089 Pedro Teixeira 3127/3128

PDS

Jarbas Passarinho PA-3022/23 Lucídio Portella PI-3055/56

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 3496 e 3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dario Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo AC-3493/94 Amir Lando RO-3110/11
Mauro Benevides CE-3194/95 Ruy Bacelar BA-3161/62
Aluizio Bezerra AC-3158/59 Ronaldo Aragão RR-4052/53
Onofre Quinan GO-3148/49 Ronan Tito MG-3039/40
Gilberto Miranda AM-3104/05 Juvêncio Dias PA-3050/53
Alfredo Campos MG-3237/38 Antonio Mariz PB-4345/46
Marcio Lacerda MT-3029/30 Wilson Martins MS-4345/46
Vago

PFL

Dario Pereira RN/3098/99 Raimundo Lira PB-3201/02
Henrique Almeida AP-3191/92 João Rocha TO-4071/72
Elcio Alvares ES-3131/32 Carlos Patrocínio TO-4068/69
Bello Parga MA-3069/72 Guilherme Palmeira AL-3245/46
Hydekél Freitas RJ-3082/83 Vago

PSDB

Dirceu Carneiro SC-3179/80 Beni Veras CE-3242/43
Teotônio V. Filho AL-4093/94 Jutahy Magalhães BA-3171/72
José Richa PR-3163/64 Vago

PTB

Louremberg N. R. MT-3035/36 Afonso Camargo PR-3062/63
Marluce Pinto RR-4062/63 Vago

PDT

Lavoisier Maia RN-3239/40 Magno Bacelar BA-3074/75

PRN

Saldanha Derzi MT-4215/18 Albano Franco SE-4055/56

PDC

Gerson Camata ES-3203/04 Moisés Abrão TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella PI-3055/56 Esperidião Amin SC-4206/07

PP

João França RR-3067/68 Meira Filho DF-3221/22

Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 3496/3497

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

SemestralCR\$3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

SemestralCR\$3.620,00

J. avulsoCR\$30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.